



República Democrática de Timor-Leste

# Orçamento Geral do Estado 2021

---

## Panorama Orçamental

---

# Livro 1



## Livro 1 - Panorama Orçamentál

### Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento em recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e em publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão e com vista a promover a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Geral do Estado para 2021 no seguimento da aprovação do Conselho de Ministros.

A documentação referente ao Orçamento Geral do Estado para 2021 consiste na Lei do Orçamento, bem como em vários livros orçamentais de apoio:

<b>Livro 1</b>	<b>: Panorama Orçamental</b>
Livro 2	: Planos Anuais
Livro 3A	: Fundo Infraestrutura
Livro 3B	: Municípios
Livro 3C	: RAEOA & ZEESM
Livros 4AB	: Rubricas Orçamentais
Livro 5	: Parceiros de Desenvolvimento
Livro 6	: Fundo Especial - FDCH

O Livro 1 sobre *Panorama Orçamental* descreve a estratégia orçamental geral do Governo, dando informações sobre o panorama económico internacional e nacional, as receitas esperadas a nível interno e com base no petróleo, incluindo o rendimento sustentável esperado, bem como a despesa geral a médio prazo e as principais novas iniciativas no próximo ano.

A documentação orçamental está disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em [www.mof.gov.tl](http://www.mof.gov.tl). Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Direcção-Geral do Planeamento e Orçamento do Estado através do correio electrónico [jgama@mof.gov.tl](mailto:jgama@mof.gov.tl) (+67077852000), [syaquim@mof.gov.tl](mailto:syaquim@mof.gov.tl) (+67077305809) e [epmartins@mof.gov.tl](mailto:epmartins@mof.gov.tl) (+67077879183).

Considero que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, contribuindo para que as pessoas se tornem bons cidadãos e heróis da nossa nação, através do fornecimento de informações relevantes sobre o Orçamento do Estado de 2021.



**Sara Lobo Brites**

Ministra das Finanças Interina

---

## Índice

Índice .....	2
Lista de tabelas e figuras .....	3
1 Discurso do Primeiro Ministro .....	5
2 Descrição e análise do Orçamento de Estado para 2021.....	6
2.1 Sumário executivo .....	6
2.2 Panorama económico .....	13
2.2.1 Resumo .....	13
2.2.2 Tendências macroeconómicas .....	14
2.2.3 Tendências no setor financeiro .....	18
2.2.4 Panorama económico .....	19
2.3 Desenvolvimento nacional e prioridades .....	21
2.3.1 Prioridades do Governo para 2021 .....	21
2.3.2 Pacote de Recuperação Económica (PRE) .....	22
2.3.3 Análise da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2021 .....	24
2.4 Receitas .....	25
2.4.1 Panorama das projeções de receitas .....	25
2.4.2 Receitas do Fundo Petrolífero .....	33
2.5 Despesas e compromissos de Parceiros de Desenvolvimento .....	41
2.5.1 Despesa por Fundos .....	41
2.5.2 Alocações ministeriais .....	50
2.5.3 Compromissos de parceiros de desenvolvimento .....	51
2.6 Financiamento .....	53
2.6.1 Definição de financiamento .....	53
2.6.2 RSE e Levantamentos Excessivos .....	53
2.6.3 Empréstimos externos .....	54
2.6.4 Títulos do Governo (títulos soberanos) .....	62
2.6.5 Uso do saldo de caixa .....	63
2.6.6 Apoio ao orçamento .....	63
2.6.7 Parcerias Público-Privadas .....	63
3 Lei do Orçamento Geral de Estado para 2020 .....	69
3.1 Anexos .....	69
4 Documentos de Apoio .....	70
4.1 Justificação para a Transferência a partir do Fundo Petrolífero .....	70
4.2 Relatório do RSE: Requisito para Transferir o RSE de 2020 a partir do Fundo Petrolífero.....	70
4.3 Relatório do RSE: Transferências a partir do Fundo Petrolífero acima do RSE de 2020 .....	70

---

## Lista de tabelas e figuras

Tabela 1: Orçamento de Fontes Combinadas para 2019 a 2025, em milhões de dólares .....	6
Tabela 2: Tabela fiscal, em milhões de dólares.....	8
Tabela 3: Indicadores económicos entre 2020 e 2022, em percentagem .....	13
Tabela 4: PIB real entre 2010 e 2018.....	14
Tabela 5: Indicadores de crescimento entre 2018 e 2021, em percentagem.....	15
Tabela 6: Taxas de inflação global e regional para 2018 a 2021, em percentagem.....	15
Tabela 7: PIB real entre 2016 e 2022, em milhões de dólares.....	20
Tabela 8: Prioridades do VIII Governo para 2021 .....	21
Tabela 9: Orçamento e Instituição implementadora de PRE em 2021.....	23
Tabela 10: Total das receitas entre 2019 e 2025, em milhões de dólares.....	26
Tabela 11: Receitas domésticas entre 2019 e 2025, em milhões de dólares .....	26
Tabela 12: Total das receitas tributárias, valores concretos e projeções entre 2019 e 2025, em milhões de dólares.....	27
Tabela 13: Taxas e pagamentos, valores concretos e projeções entre 2019 e 2025, em milhares de dólares .....	29
Tabela 14: Receitas de juros, valores concretos e projeções entre 2019 e 2025, em milhares de dólares .....	31
Tabela 15: Instituições Autónomas e Região Administrativa Especial, valores concretos e projeções entre 2019 e 2025, em milhares de dólares .....	32
Tabela 16: Impacto da passagem da EDTL a empresa pública sobre as receitas domésticas entre 2021 e 2025, em milhões de dólares .....	33
Tabela 17: Riqueza petrolífera e Rendimento Sustentável Estimado (RSE).....	34
Tabela 18: Principais pressupostos por detrás do cálculo do RSE em 2021 .....	34
Tabela 19: Receitas do Fundo Petrolífero entre 2019 e 2025, em milhões de dólares .....	40
Tabela 20: Poupanças estimadas do Fundo Petrolífero, em milhões de dólares .....	40
Tabela 21: Despesa por fundos, em milhões de dólares.....	41
Tabela 22: Discriminação da despesa do FCTL, em milhões de dólares .....	42
Tabela 23: Despesa de Capital e Desenvolvimento, em milhões de dólares.....	48
Tabela 24: Orçamento e projeções para o Fundo de Infraestruturas, em milhões de dólares.....	48
Tabela 25: Despesa com projetos financiados através de empréstimos, em milhões de dólares .....	49
Tabela 26: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano por programa, em milhões de USD .....	50
Tabela 27: Alocações propostas a linhas ministeriais, em \$000.....	50
Tabela 28: Fontes de financiamento, 2021 a 2025, em milhões de dólares.....	53
Tabela 29: Estimativas de concessionalidade .....	54
Tabela 30: Indicadores da dívida externa, 2017-2021,% PIB e receita .....	57
Tabela 31: Riscos de câmbio e juros .....	58
Tabela 32: O Custo de Dívida VS Retorno de Investimento do FP.....	59
Tabela 33: Total Investimento em Obras Cívicas, \$ milhões.....	60
Tabela 34: Total Desembolsos do Empréstimo, 2020-2024, \$milhões.....	61
Tabela 35: Uso do saldo de caixa em 2021, em milhões de dólares .....	63
Figura 1: Despesa, receita e estimativas do saldo do Fundo Petrolífero num cenário de crescimento de 4% entre 2021 e 2040, em milhões de dólares .....	10
Figura 2: Despesa, receita e estimativas do saldo do Fundo Petrolífero entre 2021 e 2040, segundo um cenário de crescimento histórico, em milhões de dólares.....	11
Figura 3: Alteração no Índice de Preços no Consumidor em Timor-Leste entre 2014 e 2020, em percentagem.....	16
Figura 4: Índices de preços de matérias-primas entre 2011 e 2022.....	17
Figura 5: Índices de taxas de juro entre 2013 e 2020, em percentagem.....	18
Figura 6: Taxas de juro comercial e crédito .....	19
Figura 7: Crescimento real do PIB não petrolífero (RHS, %) e níveis (LHS, milhões de dólares) .....	19
Figura 8: Componentes do PIB não-petrolífero entre 2017 e 2021 .....	20

Figura 9: Comparação da despesa em 2019, dos Orçamentos para 2020 e 2021 proposta de OGE.....	25
Figura 10: Previsão do preço do petróleo no RSE de 2021 (do Orçamento para 2020 para Orçamento para 2021).....	36
Figura 11: Previsão da produção do Bayu-Undan no RSE de 2021.....	36
Figura 12: Análise de sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado, em milhões de dólares .....	37
Figura 13: Discriminação da alocação de ativos estratégicos do Fundo Petrolífero e gestores, agosto de 2020.....	38
Figura 14: Retornos dos Investimentos do Fundo Petrolífero.....	38
Figura 15: História do RSE, Riqueza Petrolífera e Levantamentos .....	39
Figura 16: Desembolsos de doadores sem ser na forma de empréstimos entre 2016 e 2024, em milhões de dólares.....	52
Figura 17: Desembolsos sem ser na forma de empréstimos planeados por grupos de doadores.....	52
Figura 18: Concessionalidade da carteira .....	55
Figura 19: Total do Empréstimo Externo.....	55
Figura 20: Capitalização vs Não-Capitalização .....	56
Figura 21: Juros vs Principal .....	56
Figura 22: Serviços de Dívidas, em 2012-2022, em milhões de dólares.....	57
Figura 23: Por projeto, andamento da construção em junho de 2020, desembolso, e preço do contrato .....	60
Figura 24: Alocação setorial do Teto Proposta Empréstimos para 2021 .....	61

---

## 1 Discurso do Primeiro Ministro



## 2 Descrição e análise do Orçamento de Estado para 2021

### 2.1 Sumário executivo

#### Política governamental

As políticas do Governo são organizadas em torno de quatro pilares do Plano Estratégico de Desenvolvimento: Quadro Institucional, Capital Social, Desenvolvimento Económico e Desenvolvimento de Infraestruturas, sendo que os três últimos foram designados como prioridades no mandato do VIII Governo Constitucional. A proposta de Orçamento para 2021 atribui a maior fatia ao setor do Capital Social, seguindo-se o Desenvolvimento de Infraestruturas, o Quadro Institucional e o Desenvolvimento Económico. O orçamento de fontes combinadas para 2021 está definido nos 2.050,1 milhões de dólares, com 1.895,0 milhões a virem de despesas governamentais. O resto vem de compromissos de Parceiros de Desenvolvimento. A tabela seguinte mostra as diferentes fontes de despesa orçamental.

Tabela 1: Orçamento de Fontes Combinadas para 2019 a 2025, em milhões de dólares

	2019 concr.	2020 orçam.	2021 orçam.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
<b>Orçamento de Fontes Combinadas</b>	<b>1.405,6</b>	<b>1.681,0</b>	<b>2.050,1</b>	<b>2.499,9</b>	<b>2.382,7</b>	<b>2044,5</b>	<b>2.167,7</b>
<b>Despesas governamentais por Fundos</b>	<b>1.243,8</b>	<b>1.497,0</b>	<b>1.895,0</b>	<b>2.433,4</b>	<b>2.370,7</b>	<b>2.035,7</b>	<b>2.159,0</b>
FCTL (excl. empréstimos, inc. UE, inc. segurança social)	1.169,6	1.426,3	1.811,3	2.366,0	2.310,8	1.987,3	2.066,8
<i>Segurança Social</i>	35,1	41,5	42,7	44,4	46,2	48,0	50,0
União Europeia (Apoio Orçamental)	6,7	10,6	9,1	9,0	5,0	2,8	3,8
FDCH	17,8	10,7	13,0	13,5	14,1	14,6	15,2
Empréstimos (desembolsos)	49,8	60,0	70,7	53,9	45,9	33,8	77,0
<b>Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento</b>	<b>161,8</b>	<b>184,0</b>	<b>155,1</b>	<b>66,5</b>	<b>12,0</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>

Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

#### Impacto do COVID-19 em Timor-Leste

Timor-Leste registou o seu primeiro caso de COVID-19 a 21 de março de 2020. Desde então registou-se no país um total de 26 casos, todos os quais entretanto já recuperaram. Não se registaram mortes no país devido ao COVID-19. Não há dados que apontem para transmissão comunitária, sendo que o último caso ativo foi anunciado a 20 de agosto.

Após o primeiro caso confirmado o Parlamento declarou o estado de emergência, para vigorar entre 28 de março e 27 de abril de 2020. Este prazo foi prolongado duas vezes, da primeira até 27 de maio e da segunda até 27 de junho. O primeiro novo caso no país desde 15 de maio foi registado a 3 de agosto, tendo sido instaurado um novo estado de emergência a 6 de agosto, para vigorar durante 30 dias. O estado de emergência pretende limitar as movimentações públicas, por via da suspensão dos transportes públicos, e proibir concentrações de 5 ou mais pessoas, incluindo serviços religiosos, festivais, eventos desportivos, atividades culturais e o

funcionamento de escolas/universidades. Foi proibida a entrada em território nacional de cidadãos estrangeiros não residentes, ao passo que os timorenses regressados ao país foram obrigados a completar uma quarentena de 14 dias aquando da sua chegada, num centro de quarentena financiado pelo país. Qualquer pessoa que apresentasse sintomas de COVID ficava obrigada a isolar-se e a apresentar-se para ser testada. A 13 de abril foi anunciado que as fronteiras seriam fechadas a todos os cidadãos, incluindo cidadãos timorenses, até notificação em contrário. Os voos comerciais internacionais foram suspensos.

O Parlamento Nacional aprovou um montante total de 536,3 milhões cuja retirada extraordinária do Fundo Petrolífero, com \$ 219,5 milhões a serem reservados para um Fundo COVID-19 autónomo onde o planeamento e orçamento coordenados pelo Centro Integrado de Gestão de Crises (CIGC) serão aprovados pelo Comitê Interministerial antes de proceder à aprovação final da execução pelo Conselho de gestão da COVID-19. O restante foi usado para financiar outras despesas necessárias para reforçar a conta do Tesouro durante o período de duodécima. O fundo são alocados no nível dos programas e subprogramas, consistem em US \$ 198,3 milhões para prevenção e combate ao COVID-19. Concentrou-se na aquisição de equipamentos e bens médicos essenciais, na criação e manutenção de centros de isolamento e na formação de pessoal-chave. US \$ 4,95 milhões foram usados para melhorar a produção e produtividade sustentáveis e US \$ 17,0 milhões para fornecer acesso a alimentos e serviços não alimentares. O restante da retirada extraordinária totalizou 316.8 milhões de dólares alocados para reforçar a conta do Tesouro durante o regime de duodécimos.

A 17 de abril o governo anunciou um pacote de resposta e estímulo económico com 19 medidas, incluem: pagamentos de imposto diferido; foram feitas transferências universais de 100 dólares por mês para famílias com rendimentos inferiores a 500 dólares por mês até 2 meses. Até aqui este esquema apoiou 298,495 famílias; Os empregados no setor privado impossibilitados de trabalhar devido ao estado de emergência receberam 60% do seu salário da parte do governo; Todos os consumidores de eletricidade (mais de 160.000 indivíduos) receberam um crédito de 15 dólares por mês durante o estado de emergência; O pagamento de contas da água; contribuições da segurança social (trabalhadores e patrões) e rendas de propriedades governamentais foi suspenso; mais de 4.200 estudantes timorenses atualmente no estrangeiro e impossibilitados de regressar ao país receberam um estipêndio, ao passo que os alunos impossibilitados de ir às aulas em Timor-Leste receberam um subsídio de internet com o intuito de lhes permitir estudar *online*; Foi comprado um abastecimento de arroz de emergência para 3 meses, com o porto a permitir descargas 24 horas por dia; A movimentação de bens alimentares no país foi subsidiada, em especial para áreas mais remotas. O pacote incluiu igualmente a criação de novas oportunidades de crédito e a redução dos pagamentos de juros. As empresas tiveram acesso a empréstimos de emergência para evitar falências, sendo que aquelas que importavam bens essenciais receberam garantias de crédito.

Em 2021 o Fundo COVID-19 receberá 31 milhões de dólares para medidas de mitigação de riscos e de recuperação. Serão alocados 23,9 milhões a Bens e Serviços, 3,5 milhões a Transferências Públicas e 3,6 milhões a Capital e Desenvolvimento.

### **Receitas do Fundo Petrolífero**

O Fundo Petrolífero continua a ser a principal fonte de financiamento do orçamento do estado. O Governo pode levantar montantes acima do RSE, desde que o justifique como sendo no interesse a longo prazo de Timor-Leste. Para se calcular o RSE é necessário projetar o valor do Fundo no início do ano orçamental, bem como o valor atual das receitas petrolíferas futuras. Os pressupostos usados no Livro do Orçamento para 2021 são na maioria idênticos aos que foram usados no Livro do Orçamento para 2020, ainda que os retornos dos investimentos e as receitas



petrolíferas de 2020 sejam agora mais elevados, de modo a refletir os valores do acumulado do ano. Isto faz com que o valor previsto do Fundo no final do ano aumente e que o RSE de 2021 passe para 547,9 milhões de dólares, um aumento de 12,3 milhões. Está previsto que os levantamentos para financiar o Orçamento para 2021 totalizem 1.377,6 milhões de dólares, o equivalente a 7,6% da Riqueza Petrolífera, ultrapassando o RSE de 2021 em 829,7 milhões.

Em setembro de 2020 o Fundo tinha um saldo de 18.469,5 milhões de dólares. Os rendimentos dos investimentos durante o ano até agosto foram de 906,5 milhões, o que se traduz num retorno de 5,2%. As receitas petrolíferas até setembro são de 290,4 milhões. Prevê-se que o Fundo termine o ano de 2020 com 18.065,7 milhões. Contudo o saldo no final do ano é incerto, dependendo em grande medida do desempenho dos mercados de ações e dos levantamentos para financiar as despesas do governo no último trimestre.

O valor do Fundo deverá continuar a descer durante e após o período de projeção orçamental. As receitas petrolíferas serão muito baixas comparativamente com anos anteriores, à medida que as reservas do Bayu-Undan se vão esgotando. Não é esperado que os retornos dos investimentos compensem os levantamentos. Poderá ser necessário ajustar a alocação de ativos do Fundo em face da redução prevista.

### Crescimento Económico

Para Timor-Leste se tornar um país com rendimentos médio-altos até 2030 irá precisar de um crescimento económico não petrolífero sólido e de alta qualidade. O investimento público entre 2008 e 2018, resultante da política de concentração de despesas nos primeiros anos, tem sido o motor do crescimento da economia não-petrolífera, numa média de 4,7% ao ano. Esta política teve como objetivo de providenciar os alicerces necessários para um desenvolvimento sustentável a longo prazo liderado pelo setor privado. As projeções preliminares do PIB em 2019 indicam que o PIB foi positivo, com um crescimento de cerca de 2,0%, recuperando de 2 anos anteriores de contração.

Prevê-se que a economia tenha uma contração de -6,0% em 2020 devido ao COVID-19 e ao atraso na aprovação do orçamento, mas que cresça 3,9% em 2021. Este regresso ao crescimento resulta do final à incerteza política e do retomar de uma despesa forte por parte do governo. Enquanto isso a inflação deverá permanecer baixa e estável, com 0,7% em 2020 e 2,1% em 2021.

### Despesa

A despesa total no orçamento para 2021 é de 1.895,0 milhões de dólares (excluindo atividades financiadas por doadores no valor de 155,1 milhões). O Orçamento de Estado para 2021 (excluindo atividades financiadas por doadores) é 27,0% superior ao orçamento para 2020.

Tabela 2: Tabela fiscal, em milhões de dólares

	2019 concr.	2020 orçam.	2021 orçam.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
<b>Total da despesa (inc. empréstimos)</b>	<b>1.243,8</b>	<b>1.497,0</b>	<b>1.895,0</b>	<b>2.477,8</b>	<b>2.416,9</b>	<b>2.083,8</b>	<b>2.209,0</b>
<b>Total da despesa (exc. empréstimos)</b>	<b>1.194,0</b>	<b>1.437,0</b>	<b>1.824,3</b>	<b>2.423,9</b>	<b>2.371,0</b>	<b>2.050,0</b>	<b>2.132,0</b>
<i>Correntes</i>	922,6	1.274,7	1.359,9	1.414,3	1.470,9	1.529,7	1.590,9
Salários e vencimentos	203,0	206,7	239,3	248,8	258,8	269,1	279,9

	2019 concr.	2020 orçam.	2021 orçam.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
Bens e serviços (inc. FDCH)	380,4	499,3	421,5	438,3	455,9	474,1	493,1
Transferências públicas (incl. segurança social)	339,3	568,7	699,1	727,1	756,2	786,4	817,9
<i>Capital</i>	314,6	222,3	535,1	1.019,1	899,9	506,0	568,1
Capital Menor	27,8	8,9	61,2	63,6	66,1	68,8	71,5
Capital e Desenvolvimento (inc. empréstimos)	286,8	213,4	474,0	955,5	833,7	437,2	496,6
<b>Receita</b>	<b>727,6</b>	<b>716,7</b>	<b>738,5</b>	<b>728,7</b>	<b>691,1</b>	<b>650,0</b>	<b>620,8</b>
Receita doméstica	198,6	172,3	190,6	202,1	212,1	218,7	229,0
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	529,0	544,4	547,9	526,6	478,9	431,3	391,8
<b>Saldo fiscal</b>	<b>(516,2)</b>	<b>(780,3)</b>	<b>(1.156,5)</b>	<b>(1.749,1)</b>	<b>(1.725,9)</b>	<b>(1.433,7)</b>	<b>(1.588,2)</b>
<b>Financiamento</b>	<b>529,9</b>	<b>780,3</b>	<b>1.156,5</b>	<b>1.749,1</b>	<b>1.725,9</b>	<b>1.433,7</b>	<b>1.588,2</b>
Levantamentos excessivos a partir do FP	440,0	419,5	829,7	1.686,2	1.675,0	1.397,1	1.507,4
Uso do saldo de caixa	33,4	290,1	247,0	-	-	-	-
<i>Saldo de caixa do Tesouro</i>	33,4	214,1	150,0	-	-	-	-
<i>Saldo de caixa da RAEOA/ZEESM</i>	-	76,0	97,0	-	-	-	-
Empréstimos (desembolsos)	49,8	60,0	70,7	53,9	45,9	33,8	77,0
União Europeia (AOD)	6,7	10,6	9,1	9,0	5,0	2,8	3,8

Fontes: Ministério das Finanças, 2020

### Análise da Sustentabilidade Fiscal

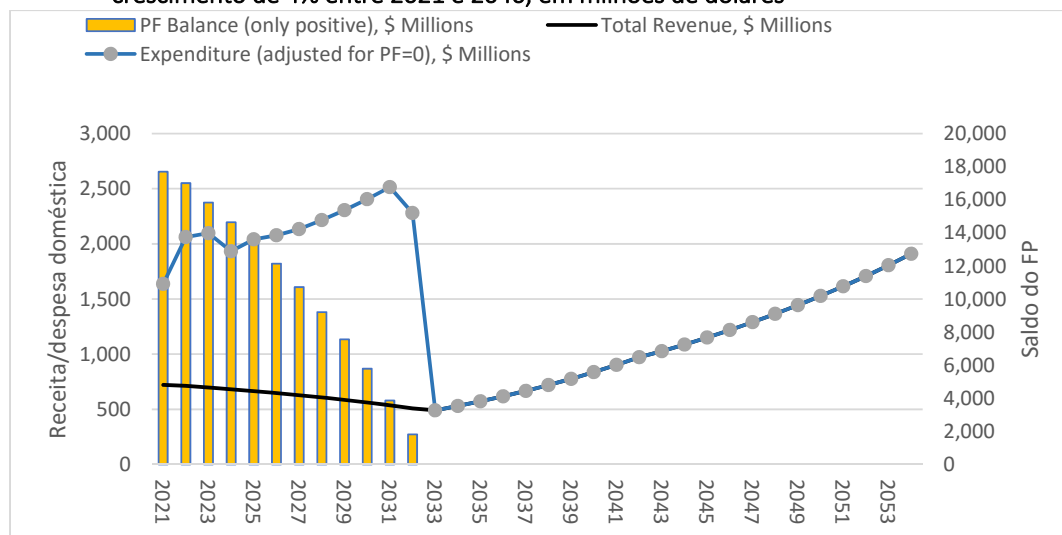
Atualmente a economia de Timor-Leste depende fortemente do Fundo Petrolífero para financiar o défice fiscal. A política governamental atual é de concentrar despesa nos primeiros anos, com orçamentos governamentais elevados a curto prazo para financiar despesa de capital em capital humano e infraestruturas essenciais, com o intuito de encorajar o desenvolvimento do setor privado, aumentar a diversificação e fazer crescer a economia geral. Uma economia timorense não-governamental mais forte necessitará de menos financiamento futuro do Fundo Petrolífero, uma vez que o défice fiscal será menor em virtude do aumento das receitas domésticas não-petrolíferas e da menor necessidade de gastos governamentais para fomentar a economia em tempos normais.

O Ministério das Finanças conduz uma análise da sustentabilidade fiscal relativamente ao teto orçamental escolhido em cada ciclo orçamental. Através do uso de modelos é possível estimar o impacto do teto orçamental selecionado na sustentabilidade a longo prazo de Timor-Leste, com destaque para o saldo global do Fundo Petrolífero. O modelo utilizado incide sobretudo no impacto da despesa de capital sobre o PIB a longo prazo e sobre as receitas domésticas, bem como no impacto destas sobre as reservas do Fundo Petrolífero.

No cenário de despesa contido neste livro orçamental (ver Tabela 1), a taxa de crescimento de todas as categorias de dotação aumenta 4%. A única expectativa é o Capital e Desenvolvimento, que se deverá ajustar seguindo montantes solicitados definidos pelo Fundo de Infraestruturas nos anos entre 2021 e 2025 e após isso a uma taxa de crescimento a longo prazo ligada à inflação.

De acordo com este teto fiscal, bem como com os pressupostos selecionados, o modelo prevê que o Fundo Petrolífero se esgote em 2033, daqui a 13 anos.

**Figura 1: Despesa, receita e estimativas do saldo do Fundo Petrolífero num cenário de crescimento de 4% entre 2021 e 2040, em milhões de dólares**



Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

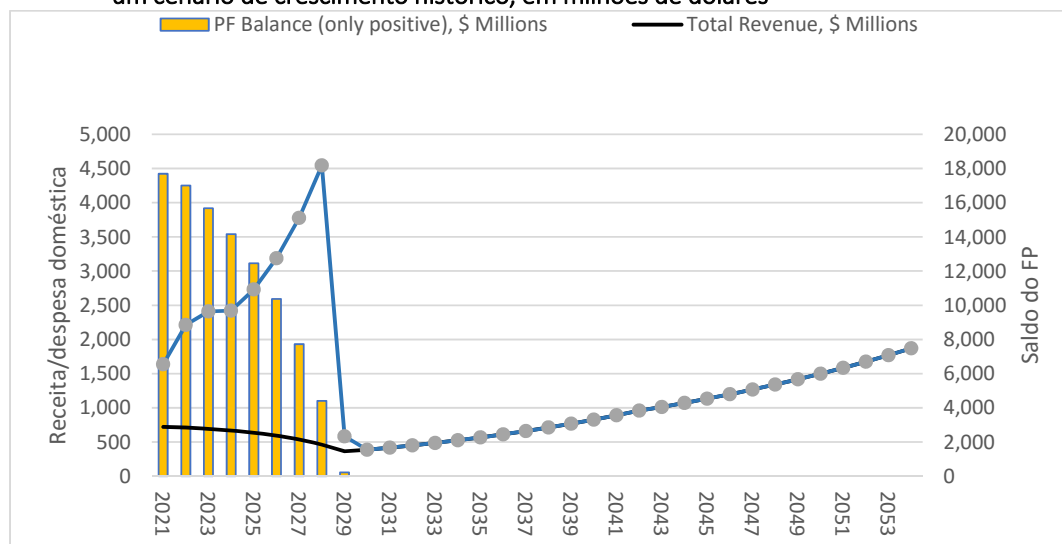
À medida que o Fundo se aproxima do zero a despesa terá de cair rapidamente de modo a corresponder à receita doméstica, uma vez que esta passará a ser a única fonte de rendimento (à exceção do endividamento externo). O modelo estima que isto significará uma queda de 80% na despesa em dois anos (2031 a 2033), caindo de 2,5 mil milhões de dólares para 491 milhões (ano em que a despesa terá de corresponder à receita doméstica).

Caso as receitas não aumentem tão rapidamente como o modelo prevê, a descida na despesa terá de ser ainda maior. É assim essencial que a mobilização da receita doméstica seja uma prioridade para o governo nos próximos anos.

Contudo o crescimento da despesa tem sido frequentemente superior a 4%. A taxa média de crescimento da despesa orçamental aprovada (não ajustada segundo a execução) em todas as categorias de dotação (incluindo empréstimos mas excluindo despesas de contingência) entre 2010 e 2019 foi de 20,9% ao ano. Isto disfarça uma variação significativa entre categorias, com o Capital Menor a registar o maior crescimento anual (46,7%) e os Bens e Serviços o menor (7,9%).

Usando as taxas históricas de crescimento e não o pressuposto de 4%, o modelo prevê que o Fundo Petrolífero se esgote em 2030, daqui a 10 anos. Ou seja, 3 anos antes da data prevista no cenário anterior.

**Figura 2: Despesa, receita e estimativas do saldo do Fundo Petrolífero entre 2021 e 2040, segundo um cenário de crescimento histórico, em milhões de dólares**



Fonte: Ministério das Finanças 2020.

O modelo prevê que isto signifique uma queda de 92% na despesa em dois anos (entre 2028 e 2030), passando de 4,5 mil milhões de dólares para 386 milhões (altura em que a despesa precisará corresponder à receita doméstica).

É importante notar que o modelo não prevê qualquer efeito para o PIB quando o saldo do Fundo Petrolífero chegar a zero, ou se aproximar deste valor. Este cenário parece pouco provável, uma vez que a queda associada na despesa causará provavelmente uma contração económica, com a redução da despesa dos consumidores e do setor privado e a descida do PIB. Esta contração terá igualmente um efeito sobre a receita doméstica, reduzindo ainda mais a despesa possível.

### Receitas domésticas

A previsão para 2021 vê as receitas domésticas a totalizarem 190,6 milhões de dólares até ao final do ano, incluindo empréstimos da RAEOA-ZEESM (ou 187,3 milhões, exclui a RAEOA-ZEESM). Isto representa praticamente um regresso à cobrança de 191,7 milhões registadas em 2019. As receitas não-petrolíferas deverão crescer de ano para ano a partir de 2021, ficando próximas dos 230 milhões até 2025, desde que as condições macroeconómicas se mantenham. A implementação de novas reformas à política fiscal poderá fazer subir ainda mais esta estimativa.

Deve-se notar que a partir de 2021 a EDTL será classificada como Empresa Pública, o que lhe dará maior autonomia e fará com que as suas receitas deixem de fazer parte da Conta do Governo em Geral. Ainda assim, continuaremos a prever as receitas de empresas públicas de modo a poder comparar melhor as receitas entre os anos. Em 2021 a EDTL representa cerca de 17% das receitas domésticas. Excluindo o FCTL, as receitas domésticas deverão situar-se nos 157,5 milhões. O impacto desta reestruturação é discutido em maior detalhe na secção 2.4.1.6.

## Financiamento

O déficit fiscal é igual à receita menos a despesa. O Governo utiliza levantamentos excessivos a partir do Fundo Petrolífero (FP), empréstimos, o saldo de caixa do Tesouro e da RAEOA-ZEESM e Apoio Orçamental da União Europeia para financiar o déficit em 2021.

O montante total de levantamentos excessivos a partir do FP (isto é, o valor retirado acima do RSE) em 2021 é de 829,7 milhões de dólares.

Os empréstimos estão-se a tornar uma ferramenta de financiamento cada vez mais importante para o Governo de Timor-Leste. Os empréstimos atuais contraídos pelo Governo de Timor-Leste são utilizados para financiar projetos essenciais de infraestruturas e têm taxas de juro relativamente baixas e períodos de graça consideráveis. O total de financiamento de empréstimos em 2021 é de 70,7 milhões de dólares.

O uso total do saldo de caixa para o Orçamento de Estado para 2021 é de 247,0 milhões de dólares, nomeadamente 150,0 milhões do Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL) e 97,0 milhões da RAEOA-/ZEESM.

O total de Apoio Orçamental da União Europeia ao Orçamento de Estado para 2021 é de 9,1 milhões de dólares. Esta foi uma nova fonte de financiamento introduzida de forma independente no Orçamento para 2020. É incluída como um item operacional próprio, uma vez que o apoio será usado diretamente por instituições governamentais.

## Empréstimos e Parcerias Público-Privadas (PPPs)

Atualmente Timor-Leste contrai empréstimos externos junto de bancos multilaterais internacionais, tais como o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Mundial, e de uma agência bilateral, a JICA. Estes empréstimos têm um grau considerável de concessionalidade comparando favoravelmente com o custo de oportunidade de retirar fundos do fundo petrolífero.

No final de 2019 as existências de dívida tinham aumentado para 192,2 milhões de dólares. O surto de COVID-19 faz com que seja de esperar uma quebra nos desembolsos em 2020, dado que os projetos de construção podem sofrer atrasos. No final do 3.º trimestre de 2020 os empréstimos tinham desembolsado 213,4 milhões. Está previsto que este valor aumente novamente em 2021, à medida que o país recupera da queda económica provocada pelo COVID-19.

Existem atualmente 15 projetos rodoviários em curso financiados por empréstimos concessionais, 8 dos quais já foram concluídos. Há outros projetos que serão muito provavelmente concluídos em 2020/2021, elevando a taxa de conclusão para quase 70%.

É esperado que o desenvolvimento de infraestruturas continue a ter um papel essencial no desenvolvimento económico do país de médio a longo prazo. Setores estratégicos tais como o da água, educação, telecomunicações e transportes aéreos devem receber financiamento concessional. Isto ajudaria a libertar o potencial de crescimento de outras atividades económicas, conduzindo a um crescimento económico inclusivo e à redução da pobreza. O Governo propõe assim um teto estimado de 400 milhões de dólares para novos empréstimos externos concessionais a negociar em 2021.

Existem vários projetos de PPPs atualmente em curso, nomeadamente a PPP do Porto da Baía de Tibar, que se encontra em fase de implementação e operação, a PPP de Diagnósticos Médicos, que se encontra em fase de aprovisionamento e negociação, e a PPP de Habitações Acessíveis, a

PPP do Cristo Rei e a PPP do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, que se encontram em fase de viabilidade.

Nota: A proposta da lei do Orçamento para 2021 inclui a proposta com teto de \$20 Milhões de dólares americanos para a possível emissão de títulos de dívidas públicas, para além do teto de \$400 Milhões de empréstimos concessionais, como sendo uma fonte combinada de \$420 Milhões de dívidas públicas, dependendo da aprovação do quadro jurídico dos títulos do governo durante o ano de 2021.

### Parceiros de Desenvolvimento

Prevê-se que o apoio dos parceiros de desenvolvimento diminua 15,7% em 2021 comparativamente aos desembolsos planeados para 2020, com um total estimado de 155,1 milhões. Esta queda deve-se a um aumento significativo em 2020, quando os parceiros de desenvolvimento aumentaram o seu apoio a Timor-Leste com vista a uma resposta rápida e efetiva ao COVID-19.

## 2.2 Panorama económico

### 2.2.1 Resumo

Tabela 3: Indicadores económicos entre 2020 e 2022, em percentagem

Resumo	Estimativa		
	2020	2021	2022
PIB real (não-petrolífero)	-6,0%	3,9%	2,5%
Inflação do IPC	0,7%	2,1%	2,7%

Fonte: Ministério das Finanças, 2020 <sup>1</sup>

- Prevê-se que o crescimento real do PIB não-petrolífero se contraia 6% em 2020, devido aos efeitos combinados do atraso na aprovação do Orçamento, da incerteza política, do COVID-19 e do estado de emergência.
- Em 2021 o PIB deverá regressar a um crescimento positivo de 3,9%, em resultado da recuperação do investimento privado e do consumo das famílias.
- Prevê-se que a inflação permaneça baixa e estável, nos 0,7% em 2020 e nos 2,1% em 2021. Isto dará um contributo positivo à competitividade de Timor-Leste, uma vez que se espera que esta inflação seja inferior à média da região.
- Entre agosto de 2019 e agosto de 2020 o dólar americano apresentou uma valorização ligeira de 0,3% comparativamente a um cabaz ponderado de moedas dos parceiros comerciais de Timor-Leste (a taxa de câmbio nominal efetiva – NEER). Nos últimos anos registou-se uma valorização geral ligeira, o que reduziu o preço das importações e colocou uma pressão descendente na inflação doméstica, beneficiando assim os consumidores timorenses. Por outro lado esta valorização tornou as exportações não-petrolíferas de Timor-Leste mais caras nos mercados internacionais, condicionando assim o desenvolvimento do setor das exportações do país.

<sup>1</sup> Note-se que a previsão do PIB será atualizada para refletir os dados das Contas Nacionais de 2019, quando forem lançados.

- A previsão relativa à taxa de câmbio indica uma ligeira depreciação junto dos parceiros comerciais de Timor-Leste a médio prazo, entre 2021 e 2024, o que deverá fomentar a competitividade.

## 2.2.2 Tendências macroeconómicas

### 2.2.2.1 Crescimento

Tabela 4: PIB real entre 2010 e 2018

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB real (em milhões de dólares)	1294,8	1370,0	1452,4	1483,3	1549,3	1596,7	1653,3	1590,5	1578,1
Crescimento do PIB real (em %)	9,5	5,8	6,0	2,1	4,5	3,1	3,6	-3,8	-0,8

Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2000 e 2018, Ministério das Finanças, 2020. <sup>2</sup>

#### Timor-Leste

Em 2018 o PIB real não-petrolífero de Timor-Leste desceu -3,8%, para os 1.578,1 milhões de dólares. Só existem dados das Contas Nacionais até 2018, pelo que este é o último ano em que não é necessário prever o PIB.

Timor-Leste registou um crescimento do PIB, com valores médios de 3,3% ao ano entre 2010 e 2018. Estas taxas de crescimento foram impulsionadas por aumentos nas despesas governamentais, em linha com a estratégia económica do Governo de garantir que Timor-Leste possui as infraestruturas necessárias que permitam o florescimento a longo prazo do setor privado. A estratégia económica do Governo usa o financiamento através de empréstimos e levantamentos excessivos<sup>3</sup> a partir do Fundo Petrolífero para financiar investimentos de alta qualidade em infraestruturas e no desenvolvimento de capital humano. Tal como delineado no Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste, os investimentos governamentais de retorno elevado assentarão os alicerces necessários para um desenvolvimento sustentável a longo prazo liderado pelo setor privado. Os investimentos do Governo melhoraram significativamente a cobertura rodoviária e elétrica em Timor-Leste, o que ajudou a melhorar tanto os níveis de vida como o ambiente empresarial.

O crescimento do PIB não-petrolífero em 2019 apresenta sinais de recuperação relativamente aos recentes episódios de crescimento negativo (-3,8% em 2017 e -0,8% em 2018). A contração foi consequência de declínios na despesa governamental e no investimento do setor privado, bem como da redução das exportações. A incerteza política também resultou num menor apoio por parte dos parceiros de desenvolvimento e na redução da atividade empresarial. A estimativa preliminar para 2019 indica um retorno ao crescimento de cerca de 2,0%. Isto deve-se sobretudo à estabilidade política, que fomenta a atividade empresarial e o consumo das famílias. Em 2020 o impacto do estado de emergência derivado da pandemia global de COVID-19, juntamente com o atraso na aprovação do orçamento, levou a uma previsão de contração do PIB em -6,0%.

<sup>2</sup> NA 2000-2018 correct as of October 15th 2020. Historical GDP figures will be updated when National Accounts 2019 are published in late October.

<sup>3</sup> Levantamentos a partir do Fundo Petrolífero acima do RSE.



## Internacional

Tabela 5: Indicadores de crescimento entre 2018 e 2021, em percentagem

País	Concreto		Estimativa	
	2018	2019	2020	2021
Mundo	3,6%	2,9%	-4,9%	5,4%
Economias avançadas	2,2%	1,7%	-8,0%	4,8%
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,5%	3,7%	-3,0%	5,9%
Ásia emergente e em desenvolvimento	6,3%	5,5%	-0,8%	7,4%
China	6,8%	6,1%	1,0%	8,2%

Fonte: Panorama Económico Mundial do FMI, 2020.

Prevê-se que o panorama do crescimento global tenha uma contração de -4,9% em 2020. Esta estimativa é mais pessimista que a de abril de 2020, que apontava para -3,0%. As economias avançadas são as que deverão encolher mais, com -8,0%, ao passo que o crescimento em mercados emergentes e economias em vias de desenvolvimento deverá cair -3,0%. A descida no crescimento global resulta sobretudo do surto de COVID-19. Está projetado que a economia dos EUA se contraia este ano em -8,0%. A China, porém, deverá manter um crescimento positivo de 1,0% em 2020.

É esperado que o crescimento global recupere para os 5,4% em 2021, com o grupo das economias avançadas a crescer 4,8% e o grupo dos mercados emergentes e economias em vias de desenvolvimento a crescer 5,9%. Todavia a recuperação em 2021 é incerta e dependerá de quão rápida a pandemia desaparece. Foram feitos muitos esforços para acomodar as necessidades de saúde pública no mundo inteiro para evitar a disseminação do vírus. Ainda assim a política limitou a atividade económica e o sistema financeiro, o que contribuiu para a redução do crescimento em 2020. Não obstante isto, níveis de crescimento elevados, sobretudo na Ásia, constituem bases sólidas para exportadores timorenses e para o desenvolvimento económico em Timor-Leste. O cenário internacional de 2020 em diante oferece condições favoráveis que Timor-Leste poderá aproveitar.

### 2.2.2.2 Preços e inflação

Tabela 6: Taxas de inflação global e regional para 2018 a 2021, em percentagem

País	Concreto		Estimativa	
	2018	2019	2020	2021
Mundo	3,6%	3,6%	3,0%	3,3%
Economias avançadas	2,0%	1,4%	0,5%	1,5%
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,8%	5,0%	4,6%	4,5%
Ásia emergente e em desenvolvimento	2,6%	3,2%	3,0%	2,9%
Timor-Leste*	2,3%	0,9%	0,7%	2,1%

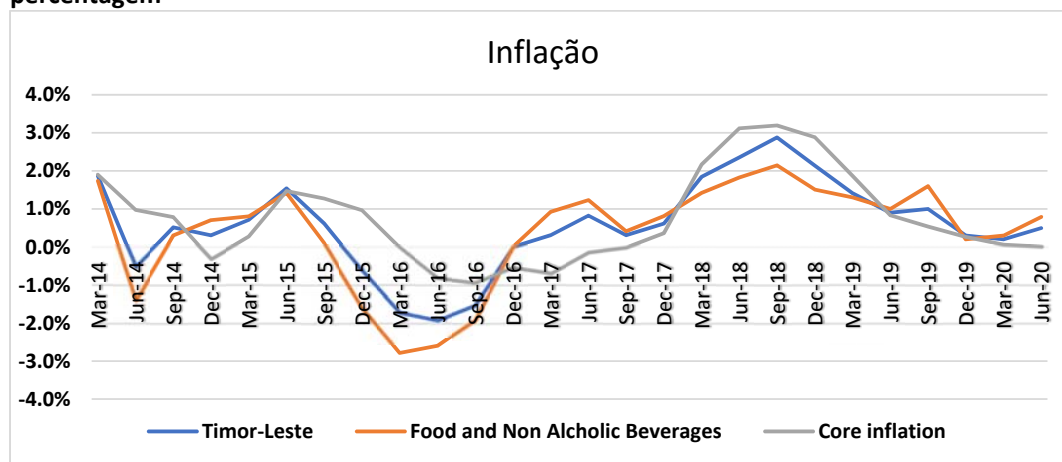
Fonte: Panorama Económico Mundial do FMI, abril de 2020. \*Previsão do Ministério das Finanças, 2020.

## Timor-Leste

Com a inflação anual em agosto de 2020 nos 0,6%, Timor-Leste continua a apresentar um nível de inflação baixo. Em face do peso considerável dos alimentos e das bebidas não alcoólicas no cesto do IPC e da proporção elevada de alimentos importados por Timor-Leste todos os anos, os preços internacionais dos alimentos continuam a ser um dos principais elementos determinantes da taxa global do IPC, pelo que o MF continua a monitorizar os níveis de preços. O índice de preços dos alimentos do Banco Mundial (BM) permaneceu estável entre maio de 2019 e maio de 2020, aumentando apenas 0,5%. Os preços domésticos dos alimentos permaneceram também

quase inalterados, aumentando apenas 0,8% durante esse período. É esperado que os preços atuais dos alimentos desçam ligeiramente em 2020 e que tenham uma pequena subida em 2021, permanecendo no geral estáveis. Mais especificamente, o arroz é uma parte essencial da dieta dos timorenses. O arroz tailandês 5%, que é a referência para Timor-Leste, deverá aumentar 8% entre 2019 e 2020 e 2% entre 2020 e 2021, o que terá um efeito negativo nas famílias mais pobres, nas quais os alimentos representam a maior parte da sua despesa, deixando-as assim com menos rendimentos disponíveis. Os preços do café deverão descer em 2020, nomeadamente 3% no caso do Arábica e 7% no caso do Robusta, porém deverão voltar a aumentar entre 2020 e 2021, nomeadamente 2% no caso do Arábica e 3% no caso do Robusta. Isto terá um efeito positivo nas famílias que vivem da produção de café em Timor-Leste.

**Figura 3: Alteração no Índice de Preços no Consumidor em Timor-Leste entre 2014 e 2020, em percentagem**



Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

## Internacional

O FMI previu uma inflação global de 3,0% em 2020. A descida nos preços das matérias-primas, em especial do petróleo, contribuiu para as quedas acentuadas na inflação de preços no consumidor nas economias avançadas. Todavia está previsto que a inflação abrande nos próximos anos. A inflação tem vindo a aumentar nas economias de mercados emergentes, refletindo a desvalorização da moeda e a subida dos preços das matérias-primas, contudo deverá moderar em resultado do impacto de uma política monetária mais apertada e das recentes descidas no preço do petróleo. Neste contexto, uma inflação baixa em Timor-Leste ajudará a tornar o país mais competitivo a nível internacional.

## Preços do petróleo

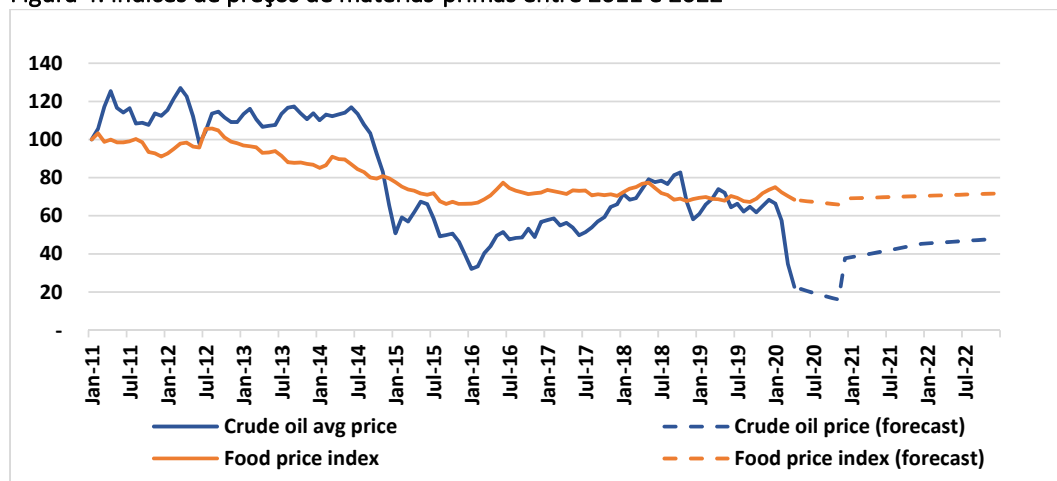
Os preços do petróleo são importantes para Timor-Leste, tanto para os cidadãos enquanto consumidores como para o país enquanto exportador de petróleo. O preço internacional Brent médio do barril de petróleo tem vindo a registar quedas dramáticas desde junho de 2014, passando de picos de 112 dólares por barril para valores de 32,2 dólares por barril em janeiro de 2016. A descida no preço do petróleo foi resultante do aumento da oferta global durante um período de baixa procura. Após isto os preços tinham começado a recuperar, sendo que em 2019 o petróleo teve um preço médio de 64 dólares por barril. Contudo a procura global por petróleo caiu a pique desde o início da pandemia de COVID-19. Desde o início de janeiro de 2020 que muitos governos no mundo inteiro impuseram restrições às deslocações e decretaram o

encerramento temporário de alguns estabelecimentos, com a finalidade de conter o surto. O preço do petróleo caiu para os 21 dólares por barril em abril de 2020, ainda que se preveja que o preço médio em 2020 vá ficar ligeiramente acima dos 40 dólares por barril. Isto representa uma quebra de 33% relativamente a 2019. Prevê-se que o preço aumente para os 50 dólares por barril em 2021.

### Preços de produtos agrícolas

Uma parte significativa dos alimentos consumidos em Timor-Leste é importada, o que faz com que as alterações nos preços internacionais dos alimentos possam ter um impacto considerável na taxa de inflação e nos níveis de vida. Segundo a Estimativa de Preços de Matérias-Primas do Banco Mundial (2011=100), os preços internacionais dos alimentos continuaram a descer a partir de um pico de 105,8 em agosto de, ainda que os preços tenham estado estáveis, situando-se em média nos 73 em 2018 e nos 70 em 2019. O Banco Mundial prevê que os preços dos alimentos desçam ligeiramente em 2020 e que recuperem em 2021 e 2022, ainda que este aumento seja ligeiro e que no geral os preços dos alimentos deverão permanecer estáveis. Mais especificamente, o arroz é uma parte essencial da dieta dos timorenses. O arroz tailandês 5%, que é a referência para Timor-Leste, deverá aumentar 8% entre 2019 e 2020 e 2% entre 2020 e 2021, passando de 86 dólares/mt em 2020 para 88 dólares/mt em 2021, o que terá um efeito negativo nas famílias mais pobres. Os preços do café deverão descer em 2020, nomeadamente 3% no caso do Arábica e 7% no caso do Robusta, porém deverão voltar a aumentar entre 2020 e 2021, nomeadamente 2% no caso do Arábica e 3% no caso do Robusta (o Arábica passará de 2,8 dólares por kg para 2,85 dólares por kg, enquanto o Robusta passará de 1,5 dólares por kg para 1,54 dólares por kg). Isto terá um efeito positivo nas famílias que vivem da produção de café em Timor-Leste.

Figura 4: Índices de preços de matérias-primas entre 2011 e 2022



Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

### 2.2.2.3 Taxas de câmbio e competitividade

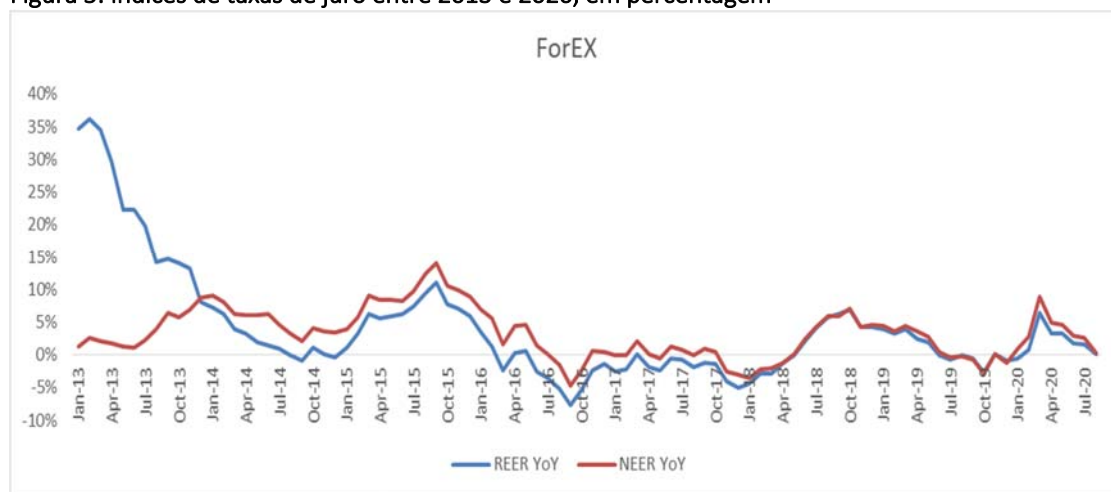
Entre agosto de 2019 e agosto de 2020 o dólar americano valorizou 0,3% comparativamente a um cabaz ponderado de moedas dos parceiros comerciais de Timor-Leste (a taxa de câmbio nominal efetiva – NEER). Nos últimos anos registou-se uma valorização geral ligeira, o que reduziu o preço das importações e colocou uma pressão descendente na inflação doméstica, beneficiando assim os consumidores timorenses. Por outro lado esta valorização tornou as

exportações não-petrolíferas de Timor-Leste mais caras nos mercados internacionais, condicionando assim o desenvolvimento do setor das exportações do país.

Uma medida da taxa de câmbio ajustada à inflação, a taxa de câmbio real efetiva (REER), é uma forma mais eficaz de medir a competitividade. Se a inflação em Timor-Leste for inferior à de outros países, isso pode ajudar a mitigar a valorização da taxa de câmbio. De facto, a REER valorizou apenas 0,1% entre agosto de 2019 e agosto de 2020, em resultado das taxas alterações às taxas de câmbio capturadas na NEER e à inflação mais baixa em Timor-Leste no último ano comparativamente à dos seus vizinhos.

No futuro próximo é esperado que a taxa de inflação em Timor-Leste seja inferior à dos seus vizinhos, pelo que a competitividade de Timor-Leste deverá aumentar. Isto ajudará o mercado das exportações timorenses a estar bem colocado no mercado internacional. Embora isto seja uma boa notícia, o Governo não pode ser complacente com a questão da competitividade. É prioritário melhorar o cenário ambiental para encorajar uma maior competitividade, sendo que a política de alvo de inflação é um dos passos para a concretização desta prioridade.

Figura 5: Índices de taxas de juro entre 2013 e 2020, em percentagem



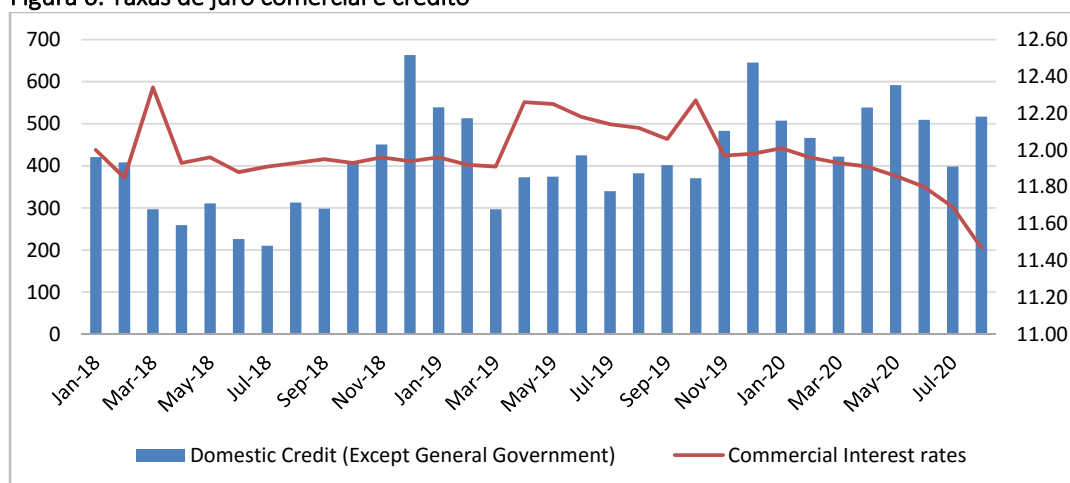
Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

## 2.2.3 Tendências no setor financeiro

### Taxas de juro comercial e crédito

O montante e custo do crédito para o setor privado é um indicador importante para o desenvolvimento do setor privado. Em agosto de 2020 os empréstimos ao setor privado apresentavam uma taxa média de juro de 11,47%, o que constitui uma descida em relação aos 12,12% registados no período homólogo de 2019. O total de crédito doméstico, excluindo a administração pública, foi de 517 milhões de dólares em agosto de 2020. Nos 12 meses anteriores registou-se uma média de 429 milhões. Nota: A taxa de juro comercial entre janeiro de 2017 e julho de 2020 foi revista retrospectivamente, uma vez que o Banco Central de Timor não incluía a BRI (*Bank Rakyat Indonesia*) no seu cálculo da média ponderada de taxas de juro comercial.

Figura 6: Taxas de juro comercial e crédito



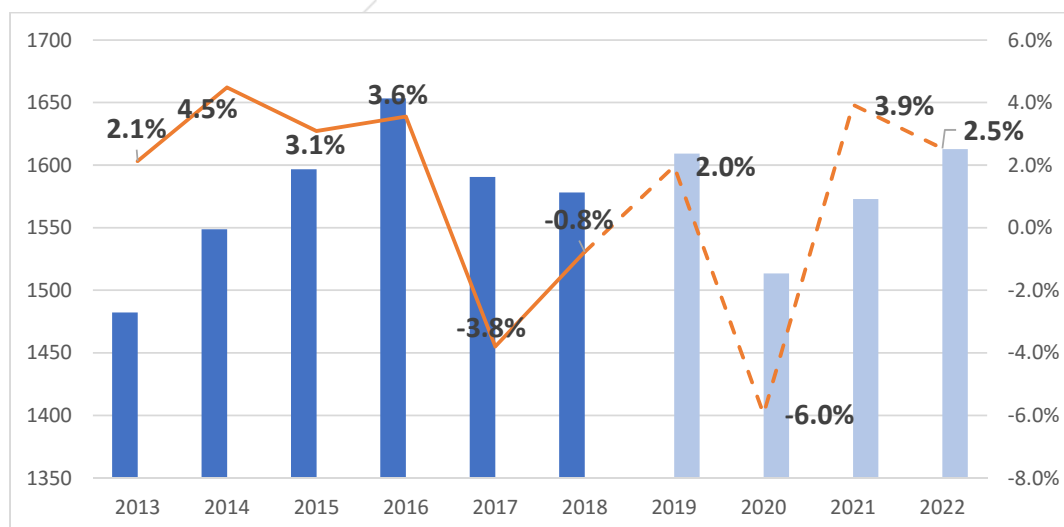
Fonte: Banco Central Timor-Leste, agosto de 2020. Taxa de juro (RHS, %), Crédito (LHS, milhões de dólares).

## 2.2.4 Panorama económico

O Ministério das Finanças prevê que o crescimento do PIB não-petrolífero seja de -6,0% em 2020. Isto deve-se à demora na aprovação do orçamento, a qual condiciona a despesa pública, e à incerteza política, a qual tem um impacto negativo no setor privado. A isto junta-se o impacto da crise provocada pelo COVID e do estado de emergência associado. Prevê-se que o PIB tenha um crescimento de 3,9% em 2021, em resultado da recuperação do investimento privado e do consumo das famílias. Esta previsão reflete dados históricos das Contas Nacionais entre 2000 e 2018 e será atualizada em conformidade aquando da publicação das Contas Nacionais de 2019.

A médio prazo o Governo antecipa o retorno a um crescimento sustentável positivo, resultantes da estabilidade política e do investimento do setor privado.

Figura 7: Crescimento real do PIB não petrolífero (RHS, %) e níveis (LHS, milhões de dólares)



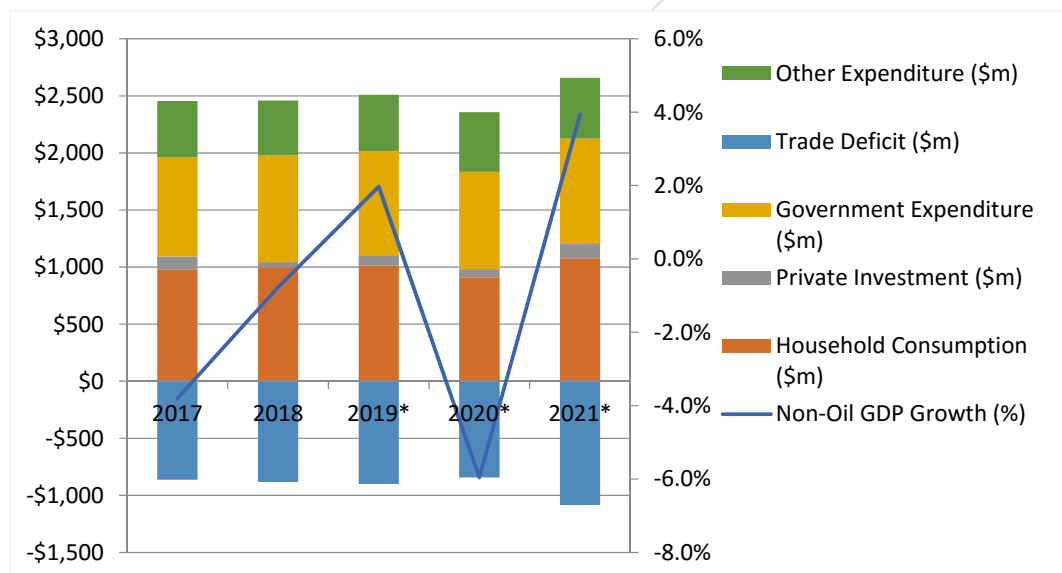
Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2000 e 2018; Previsões Económicas para 2019 a 2022, Ministério das Finanças, 2020.

O impacto negativo do COVID-19 e do estado de emergência nos níveis de vida será minorado devido às várias políticas governamentais que visam ajudar os mais vulneráveis durante a crise, incluindo o pagamento de 60% dos salários e a estabilização de uma linha de crédito com o intuito de manter o poder de compra e a capacidade do setor privado. É provável que o consumo caia durante 2020, sobretudo durante os meses do estado de emergência. Um cenário inflacionário baixo, devido à queda no preço mundial do petróleo, ajudará o consumo em certa medida, porém o aumento no custo do arroz irá atingir sobretudo as famílias mais pobres.

O investimento do setor público em 2020 foi algo condicionado pelo sistema de duodécimos. Ainda assim, a nova coligação deve trazer a estabilidade política que permita a aprovação do Orçamento para 2021, dando maior ímpeto a projetos de infraestruturas públicas, em especial na educação, saúde e água e saneamento. Estes projetos criarão igualmente emprego para os trabalhadores timorenses. Os ativos de infraestruturas resultantes deste investimento público, assim como a reforma legal, criarão um cenário propício a um forte crescimento do setor privado, o qual fomentará o crescimento no futuro. Para lá disto o Pacote de Recuperação Económica a 3 anos pretende estimular a recuperação da economia no rescaldo da crise do COVID-19.

A curto e médio prazo assistiremos à continuação da construção do Porto da Baía de Tibar e à expansão de projetos comerciais no país, tanto projetos atuais como novos projetos. Estes investimentos são consistentes com a estratégia económica do Governo e serão acompanhados por investimentos continuados em capital humano e educação, visando atrair investidores e por conseguinte criar emprego no território.

Figura 8: Componentes do PIB não-petrolífero entre 2017 e 2021



Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2000 e 2018; Previsões Económicas para 2019 a 2021, Ministério das Finanças, 2020. \*indica estimativa

Tabela 7: PIB real entre 2016 e 2022, em milhões de dólares

Preços de 2015	2016	2017	2018	2019*	2020*	2021*	2022*
Consumo privado	976	1.011	1.037	1.044	945	1.110	1.151
Consumo público	927	873	864	959	1.047	969	997
<b>Total do consumo</b>	<b>1.902</b>	<b>1.883</b>	<b>1.901</b>	<b>2.003</b>	<b>1.992</b>	<b>2.079</b>	<b>2.149</b>
Investimento privado	126	143	70	109	100	155	197
Investimento público	527	401	465	386	260	421	382

Preços de 2015	2016	2017	2018	2019*	2020*	2021*	2022*
<b>Total do investimento</b>	653	544	535	495	360	576	579
Outros	26	26	23	12	6	3	1
<b>Total da despesa nacional</b>	2.582	2.454	2.459	2.510	2.357	2.657	2.729
Exportações	53	32	35	32	31	45	50
Importações	(981)	(896)	(916)	(933)	(875)	(1.129)	(1.166)
<b>PIB não-petrolífero</b>	1.653	1.590	1.578	1.609	1.513	1.573	1.613

Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2000 e 2018; Previsões económicas para 2019-2020, Ministério das Finanças, 2020. Estimativa 2019 a 2022

### Risco, incertezas e pressupostos

As estimativas ou projeções económicas visam prever as taxas de crescimento anual do PIB e os valores macroeconómicos de alto nível. Elaborar previsões sobre quais poderão ser as variáveis macroeconómicas no futuro é importante para ajudar governos e empresas a tomar decisões relativamente a políticas, planeamento e investimento. Contudo, é importante perceber que para fazer estas previsões é necessário fazerem-se alguns pressupostos sobre condições futuras. Assim sendo todas as projeções incluem sempre um elemento de incerteza. As principais incertezas nas previsões vêm das importações e da execução orçamental governamental. Caso a despesa governamental seja particularmente dependente das importações, ou por outras palavras se muita da nova despesa for para bens e serviços vindos de fora de Timor-Leste, as previsões do PIB para anos futuros poderão ser reduzidas em baixa, uma vez que as importações têm um efeito negativo sobre o PIB final.

Para lá disto, caso haja uma mudança significativa nas taxas de execução, tal poderá ter um impacto assinalável na economia, em especial uma vez que o Orçamento de Estado representa uma parte importante do PIB de Timor. As taxas de execução variam de ano a ano por razões diferentes, estando também dependentes da capacidade de absorção da economia timorense.

## 2.3 Desenvolvimento nacional e prioridades

Há seis áreas definidas como prioridades no Orçamento para 2021 e no restante do mandato do Governo (2021 a 2023):

### 2.3.1 Prioridades do Governo para 2021

Tabela 8: Prioridades do VIII Governo para 2021

N.º	Prioridade
1	Desenvolvimento de Capital Social
2	Desenvolvimento Económico
3	Desenvolvimento de Infraestruturas Básicas
4	Desenvolvimento e Proteção do Ambiente
5	Desenvolvimento Institucional
6	Reforma de Pilares Essenciais

As alocações propostas ao orçamento pretendem assim refletir estas prioridades, as quais são descritas de seguida.



#### **Desenvolvimento do Setor Social**

- Criar oportunidades a nível de educação e formação que sejam de boa qualidade e inclusivas e que respondam às necessidades da economia.
- Continuar a preparar o setor da saúde em termos de qualidade e da prestação de serviços, especialmente em resposta à pandemia de COVID-19.
- Melhorar a água potável e as infraestruturas de saneamento, de modo a garantir qualidade de vida e saúde, bem como a prevenir doenças.

#### **Desenvolvimento Económico**

- Foco na recuperação da economia após a descida provocada pelo impacto do COVID-19 em 2020.
- Facilitação do investimento no setor privado, dando prioridade a pequenas e médias empresas.
- Criação de opções de emprego para aumentar a produtividade nacional e de oportunidades para todos.
- Melhoria da produtividade agrícola e da segurança alimentar através da melhoria e criação de novas infraestruturas, canais de distribuição e armazenamento de produtos agrícolas.
- Diversificação da economia e aumento da taxa de crescimento de forma inclusiva e sustentável, seguindo as prioridades do governo.

#### **Desenvolvimento de Infraestruturas Básicas**

- Desenvolvimento de portos, aeroportos e estradas urbanas e rurais
- Desenvolvimento de capacidade logística em terra, cursos de água e ar

#### **Desenvolvimento e Proteção do Ambiente**

- Promoção de comportamentos ambientais sustentáveis
- Ênfase do princípio de redução, reutilização e reciclagem

#### **Desenvolvimento Institucional**

- Consolidação das instituições de defesa e de negócios estrangeiros
- Consolidação de relações externas

#### **Reforma de Pilares Essenciais**

Realização de melhorias nos seguintes setores:

- Administração Pública
- Reforma Judicial
- Reforma Fiscal e da Gestão das Finanças Públicas

### **2.3.2 Pacote de Recuperação Económica (PRE)**

Para lá das prioridades acima indicadas, a 12 de agosto o Governo aprovou um Pacote de Recuperação Económica com o objetivo de ajudar a recuperação da economia no rescaldo do COVID-19, entre 2021 e 2023. O plano tem três objetivos claros:

- Aumento do emprego, garantindo que todos os postos de trabalho são produtivos e dignos
- Realização e consolidação de programas públicos de investimento social (Educação, Saúde, Habitação e Proteção Social)
- Análise de setores produtivos e promoção de áreas que contribuam para o crescimento económico.

O Pacote de Recuperação Económica final é de 123,9 milhões de dólares. Isto inclui atividades em curso e medidas adicionais de recuperação económica para LMs/SFAs/Ms que prestem serviços essenciais ou contribuam para atividades essenciais. O Ministério das Finanças mapeou o apoio existente/novo recebido a partir de doadores, o qual será detalhado no Livro Orçamental 5 de 2021.

**Tabela 9: Orçamento e Instituição implementadora de PRE em 2021**

Instituições implementadoras do PRE	Total
Administração Municipal de Aileu	396.836
Administração Municipal de Ainaro	441.029
Administração Municipal de Covalima	442.008
Administração Municipal de Lautém	430.907
Administração Municipal de Liquiçá	450.288
Administração Municipal de Manatuto	382.691
Administração Municipal de Manufahi	404.586
Administração Municipal de Viqueque	501.466
Autoridade Municipal de Baucau	654.847
Autoridade Municipal de Bobonaro	548.625
Autoridade Municipal de Díli	652.458
Autoridade Municipal de Ermera	694.259
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional	41.000
Comissão da Função Pública	17.200
Hospital Nacional Guido Valadares	1.739.000
Instituto Nacional de Saúde	235.290
Ministério da Administração Estatal	31.416.640
Ministério da Agricultura e Pesca	5.177.675
Ministério da Educação, Juventude e Desporto	31.711.000
Ministério da Justiça	2.067.000
Ministério da Saúde	12.651.000
Ministério das Obras Públicas	21.503.286
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	2.185.000
Ministério dos Transportes e Comunicações	3.042.000
Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos	340.000
Secretariado da Formação Profissional e Emprego	1.354.000
Secretariado das Cooperativas	3.500.000
Secretaria de Estado do Ambiente	540.000
Serviço de Registo e Verificação Empresarial	438.000
<b>Total</b>	<b>123.958.091</b>

**Desenvolvimento Económico:** Promoção da produção pecuária sustentável, melhoria do acesso ao microcrédito, criação de formação móvel, organização de feiras de carreira, investigação sobre potenciais empregos, organização de formação técnica, vocacional e profissional, promoção de pequenas e microempresas, desenvolvimento de novos serviços na internet para promoção de turismo, criação de uma nova autoridade turística e zona turística, aumento da produção e diversificação de produtos agrícolas, melhoria de serviços de registo de empresas, melhoria do acesso a sementes e maquinaria, etc.

**Capital Social:** Reflorestação e reabilitação de áreas degradadas (incluindo programa comunitário de gestão de recursos rurais), desenvolvimento de sistemas de abastecimento de água para a agricultura, construção de mais escolas CAFE e edifícios ESG, melhoria dos programas de formação de professores para os vários graus de ensino (INFORDEPE), construção de postos de saúde, capacitação de profissionais de saúde, integração de medicina tradicional e alopática através de meios legais, construção de clínicas especializadas, provisão de uma linha de crédito a universidades, etc.

**Quadro Institucional:** Aprovação das regulações associadas da lei das terras, preparação de quadros reguladores para o ambiente empresarial, aumento da funcionalidade do sistema jurídico, maior descentralização da administração, reforma da administração pública, etc.

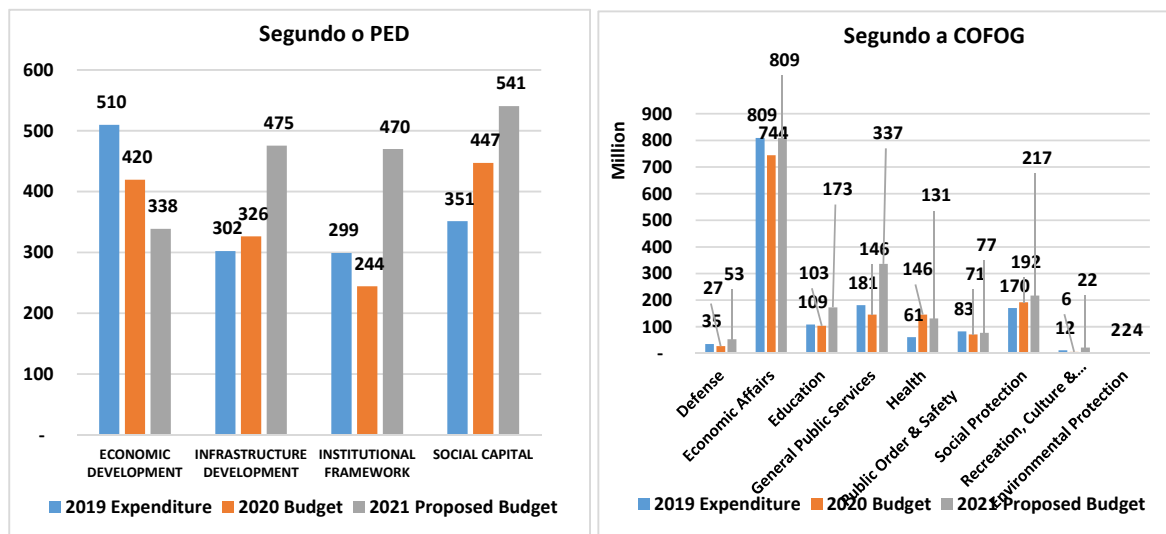
**Desenvolvimento de Infraestruturas:** Criação de áreas e infraestruturas turísticas e culturais, melhoria do saneamento básico, combustível biológico e novos métodos de armazenamento, construção e reabilitação de infraestruturas a nível municipal, estabelecimento de centros industriais, etc.

### 2.3.3 Análise da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2021

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste está organizado em torno de quatro pilares: Quadro Institucional, Capital Social, Desenvolvimento Económico e Desenvolvimento de Infraestruturas, com os três últimos a serem designados como prioritários no mandato do VIII Governo Constitucional. A proposta de OGE para 2020 atribui a maior fatia ao setor do Social Capital, seguido pelo Desenvolvimento Económico, Desenvolvimento de Infraestruturas e Quadro Institucional. Isto exclui, porém, desembolsos de empréstimos. Note-se que tanto o Desenvolvimento de Infraestruturas como o Desenvolvimento Económico contribuem para os Assuntos Económicos sob a Classificação das Funções de Governo (COFOG).

Seguindo antes a classificação setorial internacional e mais detalhada da COFOG (ver Figura 7), pode-se observar que o setor dos Assuntos Económicos continua a ser o maior, tal como no ano anterior, seguido pelos Serviços Públicos Gerais, a Proteção Social, Educação, Ordem Pública e Segurança. Deve notar-se, porém, que a COFOG divide o setor do Capital Social do PED em Proteção Social, Saúde, Educação e Lazer, Cultura e Religião.

Figura 9: Comparação da despesa em 2019, dos Orçamentos para 2020 e 2021 proposta de OGE para 2021 por Setor\*



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020. \*Não inclui empréstimos

## 2.4 Receitas

### 2.4.1 Panorama das projeções de receitas

Está previsto que as receitas domésticas não-petrolíferas aumentem em 2021, depois de uma queda acentuada em 2020. A cobrança em 2020 deverá registar uma descida de 10,1% comparativamente com 2019. Isto deve-se ao impacto do COVID-19, tanto diretamente através do estado de emergência como indiretamente através de outros efeitos da pandemia. Embora ainda não seja claro durante quanto tempo o COVID-19 irá afetar o sistema económico global e a economia timorense, as previsões atuais apontam para um aumento de 10,6% na cobrança de receitas domésticas em 2021, com a economia a recuperar da recessão causada pelo COVID-19. Este é um aumento considerável em comparação com as previsões para 2021 no orçamento anterior que apontavam para um aumento de 6,5% comparativamente com as receitas estimadas para 2020. As principais razões deste aumento são a despesa governamental para 2021, que sobe acima das previsões, e o crescimento relacionado do PIB previsto.

É esperado que as projeções futuras de receitas domésticas não-petrolíferas anuais cresçam de forma positiva de ano para ano. Uma maior atividade no setor privado, estabilidade política e a continuação de projetos capitais do Governo ajudarão também a promover o crescimento das receitas. Prevê-se que a tendência positiva se mantenha até 2025, em face das atuais expectativas de crescimento macroeconómico.

Timor-Leste continua a depender fortemente do petróleo, o qual representou mais de 80% do total das receitas em 2019. Contudo, está previsto que as receitas petrolíferas diminuam à

medida que a produção nos campos existentes se aproxima do fim. 2021 será o primeiro ano nos últimos tempos em que a receita doméstica deverá representar a maior parte do total da receita. Isto faz com que seja prioritário fazer uma Reforma Fiscal e da Gestão das Finanças Públicas. Ultrapassar a questão da base tributária, melhorar a capacidade de cobrança de receitas, introduzir novos instrumentos fiscais e rever os instrumentos existentes, visitar políticas tributárias e legislação que promova investimentos e aumentar a cobrança de receitas serão medidas que poderão melhorar consideravelmente as receitas fiscais e não fiscais

É importante notar que as previsões de anos futuros não incluem receitas adicionais provenientes destas reformas, dado que as mesmas carecem ainda de aprovação por parte do Parlamento Nacional.

Tabela 10: Total das receitas entre 2019 e 2025, em milhões de dólares

	2019 concr.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
<b>Total das receitas</b>	<b>947,9</b>	<b>478,5</b>	<b>258,7</b>	<b>234,8</b>	<b>320,8</b>	<b>218,7</b>	<b>229,0</b>
Receitas domésticas	191,7	172,3	190,6	202,1	212,1	218,7	229,0
Receitas petrolíferas (excluindo retornos de investimentos)	756,3	306,1	68,1	32,7	108,7	-	-

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020.

### Receitas Domésticas

As receitas domésticas de Timor-Leste consistem em receitas tributárias, taxas e pagamentos, juros sobre saldos de tesouraria e receitas de instituições autónomas e regiões administrativas especiais.

O efeito da alteração na estrutura da EDTL, saindo da alçada do Ministério das Obras Públicas para passar a ser uma empresa pública, não foi incluído nas estimativas fornecidas. O impacto potencial nas receitas domésticas será explorado numa secção própria, a secção 2.4.1.6.

A Tabela 11 discrimina as receitas domésticas nestas categorias, apresentando valores concretos e previstos entre 2019 e 2025.

Tabela 11: Receitas domésticas entre 2019 e 2025, em milhões de dólares

	2019 concr.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
<b>Total das receitas domésticas</b>	<b>191,7</b>	<b>172,3</b>	<b>190,6</b>	<b>202,1</b>	<b>212,1</b>	<b>218,7</b>	<b>229,0</b>
Impostos (excl. RAEOA-ZEESM)	122,3	110,5	123,6	133,2	138,0	141,3	148,1
Impostos da RAEOA-ZEESM	3,9	3,2	3,3	0,4	4,4	4,6	4,7
Taxas e pagamentos	56,4	51,3	54,3	55,2	59,5	62,3	65,1
Juros	0,63	0,53	0,58	0,59	0,57	0,58	0,57
Instituições Autónomas e Regiões Administrativas Especiais	8,4	6,8	8,8	9,0	9,7	10,1	10,6

Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

#### 2.4.1.1 Receitas tributárias

As receitas tributárias compõem de forma consistente a maior fonte de receitas domésticas em Timor-Leste, representando 64% do total das receitas domésticas em 2019. Isto deverá continuar em 2021, com o total das receitas tributárias (incluindo impostos na RAEOA-ZEESM) a representar 66,6% do total das receitas domésticas, com base nas previsões atuais. A Tabela 12 resume as projeções tributárias, as quais estão divididas em Impostos Diretos e Impostos

Indiretos. A tabela não inclui impostos da RAEOA-ZEESM, dado que estes não foram estimados a nível de itens operacionais. A Tabela 11 contém o total dos impostos da RAEOA-ZEESM.

A cobrança de impostos deverá cair consideravelmente em 2020, com uma descida de 10,1% em relação a 2019. Isto deve-se sobretudo ao estado de emergência e a outros efeitos da pandemia global. Os impostos indiretos, aplicados a bens e serviços, são os mais afetados. O imposto sobre o consumo, o maior contribuidor individual para as receitas domésticas, deverá cair cerca de um quinto comparativamente com a cobrança em 2019. O imposto sobre vendas e os direitos de importação deverão cair respetivamente 12,8% e 10%. A retenção na fonte, o segundo maior contribuidor tributário, deverá aumentar ligeiramente em relação a 2019. Isto deve-se a uma cobrança extremamente elevada em janeiro de 2020, 2 vezes e meia superior à cobrança em janeiro de 2019, devido a pagamentos em atraso no final de 2019. Prevê-se igualmente que os impostos coletivos aumentem devido a cobranças elevadas durante a primeira metade do ano, sobretudo no primeiro trimestre. No final do 3.º trimestre de 2020 as receitas tributárias equivaliam a 77,2% das receitas previstas para o ano. Os dois maiores impostos são o imposto sobre o consumo e os impostos coletivos, que representam 82,9% do total, implicando que o seu total para o ano poderá ser superior ao estimado. O imposto com menor cobrança foi o imposto sobre os rendimentos no setor público, com 58,3%, o que pode sugerir que a cobrança final para o ano será inferior ao previsto. Em 2019 o total da receita tributária acumulada no período homólogo era de 73,9% do total da cobrança tributária durante o ano.

As previsões para 2021 registam um aumento considerável nas receitas tributárias, subindo 11,8% em comparação com as estimativas para 2020, ainda que se continue a esperar que ultrapassem apenas muito ligeiramente os níveis anteriores ao COVID-19. Comparando as cobranças em 2019 com as previsões para 2021, temos que as receitas tributárias aumentam apenas 1%.

Os impostos diretos deverão ter um aumento menor em 2021 já que também desceram menos em 2020. Os impostos indiretos costumam ser os principais motores de crescimento, estando previsto que aumentem 15,4% em comparação com as estimativas para 2020. O maior aumento deverá ocorrer no imposto sobre o consumo e no imposto sobre as vendas, justamente os dois que se previa que caíssem mais em 2020. Ainda assim, está previsto que o imposto sobre o consumo só ultrapasse os níveis anteriores ao COVID-19 em 2023.

Está previsto que os próximos anos tragam um aumento nas receitas tributárias, conduzido por um cenário macroeconómico e político estável. A tendência positiva deverá manter-se durante 2025. O grande aumento na despesa de capital em 2022 e 2023 faz com que a retenção na fonte (o imposto por norma associado a projetos de capital) aumente de forma significativa durante o mesmo período. Também as reformas ao nível de sistemas de cobrança tributária, com a passagem para o SIGTAS (Sistema Integrado Padrão de Administração Tributária do Governo) 3.0, devem melhorar a capacidade da Autoridade Tributária para assegurar uma maior conformidade fiscal. Não obstante isto, é importante explorar outros instrumentos tributários durante este período, de modo a aumentar a base tributária do país e a ajudar a garantir a sustentabilidade fiscal a médio e longo prazo.

Tabela 12: Total das receitas tributárias, valores concretos e projeções entre 2019 e 2025, em milhões de dólares

	2019 concr.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
<b>Total de impostos (excluindo RAEOA-ZEESM)</b>	122,3	110,5	123,6	133,2	138,0	141,3	148,1
<b>Impostos diretos</b>	51,2	50,7	54,6	63,1	62,4	62,2	65,3

	2019 concr.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
Imposto sobre rendimentos	20,5	18,6	19,8	20,1	21,7	22,7	23,7
<i>Rendimentos individuais (setor público)</i>	7,2	7,4	6,9	7,0	7,6	7,9	8,3
<i>Rendimentos individuais (outros)</i>	13,2	11,2	12,9	13,1	14,1	14,7	15,4
Imposto coletivo	8,7	9,7	10,4	10,6	11,4	11,9	12,5
Retenção na fonte	22,0	22,4	24,4	32,4	29,3	27,6	29,1
<b>Impostos indiretos</b>	71,1	59,8	69,0	70,1	75,6	79,1	82,7
Imposto sobre serviços	3,7	3,6	3,8	3,8	4,1	4,3	4,5
Imposto sobre vendas	15,3	13,4	15,1	15,3	16,5	17,3	18,1
Imposto sobre o consumo	38,3	30,3	36,3	36,9	39,8	41,6	43,5
Direitos de importação	13,9	12,5	13,8	14,1	15,2	15,9	16,6

Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

### 2.4.1.2 Taxas e pagamentos

As taxas e pagamentos incluem uma vasta seleção de categorias de fontes não-tributárias que contribuem para as receitas domésticas. Estas englobam taxas administrativas, pagamentos de serviços e pagamentos de royalties ao Governo provenientes da exploração de recursos naturais que não o petróleo. Historicamente as taxas e pagamentos representam cerca de 30% do total das receitas domésticas não-petrolíferas. Em 2021 prevê-se que representem 28,5%.

Prevê-se que as taxas e pagamentos em 2020 desçam 9,1% comparativamente ao valor cobrado em 2019. Isto resulta do impacto sobre os pagamentos de eletricidade, o maior contribuidor para as receitas, representando muitas vezes mais de 60,6% do total da cobrança. Os pagamentos de eletricidade foram fortemente atingidos durante o segundo trimestre de 2020, com uma descida de 30% relativamente ao período homólogo, em resultado da introdução do subsídio durante o estado de emergência. Em face disto prevê-se que a cobrança geral de eletricidade desça cerca de 25% em 2020 comparativamente com o total de 2019. Outros elementos importantes, como por exemplo arrendamento de propriedades, taxas de vistos e receitas de jogos sociais, deverão igualmente cair. Um dividendo de grande dimensão do BCTL é um dos poucos itens operacionais em que é esperada uma subida, com um aumento de 50,8% a partir do montante cobrado em 2019.

As previsões para 2021 registam um crescimento significativo nas cobranças, com uma taxa de crescimento de 5,9% relativamente às projeções para 2020. Esta taxa de crescimento é inferior à de outros elementos que contribuem para as receitas domésticas. Ainda assim, o montante global só deverá ultrapassar os níveis de 2019 em 2023. Prevê-se que as taxas e pagamentos de eletricidade continuem a ser o maior contribuidor, representando 60,6% do total. São também esperadas contribuições significativas da parte dos pagamentos do BCTL, rendas de propriedades e direitos de extração mineira e de exploração de pedreiras.

É esperado que as projeções para anos mais distantes registem uma tendência positiva, em face das previsões atuais de crescimento do PIB para 2022 em diante. A cada vez maior descentralização das cobranças resultou também na introdução de instrumentos não fiscais nos municípios através de publicidade e serviços de estacionamento. A continuação da descentralização, as melhorias e reforço nos mecanismos de cobrança em ministérios operacionais e a introdução de novos instrumentos não-tributários deverão aumentar as cobranças. Está previsto que as contribuições das taxas e pagamentos provenientes dos



transportes, arrendamento de propriedades, dividendos e jogos sociais regressem a um caminho de crescimento estável a partir de 2021.

Note-se por favor que as projeções futuras continuam a incluir pagamentos a partir da EDTL através de taxas e pagamentos de eletricidade e de novas instalações. Quando a EDTL se tornar uma empresa pública as suas receitas passarão a ser retidas internamente e deixarão assim de fazer parte da conta do governo central. Isto terá como consequência uma redução significativa nas cobranças de taxas e pagamentos, bem como nas receitas domésticas em geral. A secção 2.4.1.6. contém mais detalhes sobre os efeitos potenciais desta alteração.

Tabela 13: Taxas e pagamentos, valores concretos e projeções entre 2019 e 2025, em milhares de dólares

		2019 concr.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
<b>Ministério cobrador</b>	<b>Total de taxas e pagamentos</b>	<b>56.443,0</b>	<b>51.307,9</b>	<b>54.312,5</b>	<b>55.191,2</b>	<b>59.515,4</b>	<b>62.253,1</b>	<b>65.116,8</b>
MF	Outras receitas não tributárias das Alfândegas	479,3	717,0	739,7	751,6	810,5	847,8	886,8
MF	Taxas de serviços aduaneiros	4,4	3,3	4,0	4,0	4,4	4,6	4,8
MF	Coimas aduaneiras	5,3	3,9	3,7	3,8	4,1	4,3	4,5
MF	Pagamentos tardios de juros	5,2	3,9	4,0	4,1	4,4	4,6	4,8
MTCI	Taxas de licenças comerciais	22,8	5,0	18,3	18,6	20,0	21,0	21,9
MTC	Taxas de correio	25,8	21,6	26,4	26,8	28,9	30,3	31,7
MJ	Rendas de propriedades	4.249,3	2.691,2	3.956,7	4.020,7	4.335,8	4.535,2	4.743,8
MOP	Taxas de água	145,8	135,1	207,8	211,2	227,7	238,2	249,2
MTC	Taxas de registo de veículos	1.408,3	1.178,8	1.345,2	1.367,0	1.474,1	1.541,9	1.612,8
MTC	Taxas de inspeção de veículos	781,7	648,7	801,6	814,6	878,4	918,8	961,1
MTC	Taxas de cartas de condução	523,4	288,0	536,7	545,4	588,1	615,2	643,5
MTC	Taxas de franchising de transportes públicos	227,4	190,3	233,2	237,0	255,6	267,3	279,6
MTC	Coimas de transportes / trajetórias	133,5	97,7	136,9	139,2	150,1	157,0	164,2
MTC	Outras taxas de transportes	51,8	158,0	175,7	178,6	192,6	201,4	210,7
MJ	Passaportes e Bls	1.658,1	898,1	1.304,3	1.325,4	1.429,3	1.495,0	1.563,8
MI	Taxas de vistos	3.041,2	1.439,1	1.985,3	2.017,4	2.175,5	2.275,5	2.380,2

		2019 concr.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
Tribunais	Tribunais – Coimas e sanções	435,7	496,6	<b>446,8</b>	454,0	489,6	512,1	535,6
MTC	Inspeção de veículos importados	62,7	51,3	<b>64,3</b>	65,4	70,5	73,7	77,1
MOP	Taxas e pagamentos de eletricidade	32.674,0	23.998,7	<b>32.936,9</b>	33.469,8	36.092,1	37.752,4	39.489,0
MTC	Receitas de domínios de internet de TL	281,8	180,9	<b>259,5</b>	263,6	284,3	297,4	311,1
SEFOPE	Coimas e abdições	451,2	229,3	<b>260,2</b>	264,4	285,1	298,2	311,9
MPM	Direitos de extração mineira e exploração de pedreiras	2.401,7	1.802,2	<b>2.332,9</b>	2.370,6	2.556,4	2.674,0	2.797,0
MF	Receção de documentos de propostas – Ministérios	147,4	26,7	<b>74,1</b>	75,3	81,2	84,9	88,8
MF	Leilões	468,0	16,8	<b>435,5</b>	442,6	477,3	499,2	522,2
MTCI	Receitas de jogos sociais	1.626,8	880,5	<b>1.000,2</b>	1.016,4	1.096,0	1.146,5	1.199,2
MTCI	Rendas de propriedades governamentais	51,1	68,6	<b>52,4</b>	53,2	57,4	60,0	62,8
MTCI	Produtos de silvicultura	93,4	80,9	<b>95,7</b>	97,3	104,9	109,7	114,8
ME, incl. SEJD	Taxa de serviços de saneamento	9,9	9,8	<b>10,2</b>	10,3	11,1	11,7	12,2
MS	Registo de profissionais de saúde	22,3	15,3	<b>22,9</b>	23,2	25,0	26,2	27,4
ME	Instituto Politécnico de Betano	65,6	74,7	<b>67,3</b>	68,4	73,7	77,1	80,7
PCM	Taxa de impressão – PCM	147,0	162,1	<b>150,8</b>	153,2	165,2	172,8	180,8
MS	Taxa farmacêutica	45,9	39,7	<b>46,5</b>	47,3	51,0	53,3	55,8
MF	Dividendos do BCTL	4.342,1	6.549,8	<b>4.034,0</b>	4.099,3	4.420,5	4.623,8	4.836,5
MF	Outras receitas não fiscais	157,2	134,1	<b>124,0</b>	126,0	135,8	142,1	148,6
MAE	Receitas com publicidade no	123,8	148,0	<b>172,5</b>	175,3	189,0	197,7	206,8

		2019 concr.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
	Município de Díli							
MAE	Receitas com publicidade no Município de Ainaro	2,5	3,0	3,0	3,1	3,3	3,5	3,6
MAE	Receitas com publicidade no Município de Covalima	6,5	1,4	6,7	6,8	7,3	7,7	8,0
MAE	Receitas com publicidade no Município de Baucau	4,1	1,2	4,2	4,3	4,6	4,8	5,1
MAE	Receitas com publicidade no Município de Ermera	4,5	8,9	5,7	5,8	6,2	6,5	6,8
MAE	Receitas com publicidade no Município de Aileu	1,1	1,4	1,1	1,2	1,3	1,3	1,4
MAE	Taxas de estacionamento no Município de Díli	22,2	21,9	30,7	31,2	33,6	35,2	36,8
MAE	Sanções administrativas e coimas	2,5	1,7	2,6	2,6	2,8	2,9	3,1
MOP	Receitas da EDTL – Novas instalações	28,6	173,1	192,2	195,4	210,7	220,3	230,5

Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

### 2.4.1.3 Juros

Os juros refletem pagamentos de juros recebidos a partir do dinheiro mantido em fundos governamentais. Em 2019 registou-se um aumento nas taxas de juro e nos saldos de tesouraria detidos pelo Governo, fazendo com que os juros atingissem um pico de 0,62 milhões de dólares. Prevê-se uma descida em 2020, em resultado do declínio nas taxas de juro mundiais. A cobrança deverá permanecer relativamente estável ao longo dos próximos 5 anos, entre os 0,56 milhões de dólares e os 0,61 milhões.

Tabela 14: Receitas de juros, valores concretos e projeções entre 2019 e 2025, em milhares de dólares

	2019 proj.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
Receitas de juros (todos os fundos)	626,7	528,9	584,8	592,4	569,4	582,3	571,5

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020.

#### 2.4.1.4 Instituições autônomas e Região Administrativa Especial

O número de instituições autônomas tem vindo a aumentar gradualmente nos últimos anos, refletindo o desejo do Governo em atribuir maior independência financeira às instituições para assim melhorar a eficiência destas. Está previsto que a cobrança total represente 4,6% em 2021.

Prevê-se que as cobranças das Instituições Autônomas desçam 10% em 2020, comparativamente com 2019. Isto fica a dever-se essencialmente à quebra nos pagamentos portuários devido a restrições à movimentação de bens durante o estado de emergência. As receitas das Propinas da UNTL deverão descer ligeiramente, tal como as receitas do IGE. É esperado que estas receitas sejam compensadas pelo aumento das cobranças do CLN a partir da venda de produtos locais e de arroz, bem como das Taxas de Licenciamento da ANC.

Prevê-se que as cobranças provenientes de taxas e pagamentos da RAEOA-ZEESM e de agências autônomas aumentem 16,8% em 2021, comparativamente com as previsões de 2020. Este aumento resulta de um crescimento nas cobranças da APORTIL

O Centro de Bambu deverá aumentar consideravelmente devido a uma maior procura, em linha com o plano estratégico e com um retorno a taxas históricas. As receitas do CLN – Venda de Produtos Locais, receitas do IGE, taxas da AIFAESA e receitas do Centro SENAI deverão igualmente registar aumentos proporcionais elevados, regressando aos níveis que apresentavam antes do COVID-19. As receitas deverão crescer ainda mais nos anos futuros, à medida que a economia recupera do confinamento e dos efeitos globais do COVID-19.

Tabela 15: Instituições Autônomas e Região Administrativa Especial, valores concretos e projeções entre 2019 e 2025, em milhares de dólares

	2019 concr.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
Total das Instituições Autônomas Agencies	<b>8.405,1</b>	<b>6.809,8</b>	<b>8.828,5</b>	<b>8.982,4</b>	<b>9.660,9</b>	<b>10.105,3</b>	<b>10.570,2</b>
CLN – Venda de produtos locais	360,2	107,9	<b>216,1</b>	219,6	236,8	247,7	259,1
ANC – Taxa de licenciamento	1.462,4	1.389,7	<b>1.520,9</b>	1.545,5	1.666,6	1.743,3	1.823,5
APOINTIL – Taxas e pagamentos portuários	3.517,0	2.657,9	<b>3.583,8</b>	3.641,7	3.927,1	4.107,7	4.296,7
IGE – Receitas	407,4	222,1	<b>416,8</b>	423,5	456,7	477,7	499,7
SAMES – Receitas	-	27,7	<b>34,4</b>	34,9	37,7	39,4	41,2
UNTL – Propinas da Universidade Nacional	1.213,0	1.153,1	<b>1.524,7</b>	1.549,3	1.670,7	1.747,6	1.828,0
HNGV – Taxas hospitalares e médicas	249,7	278,0	<b>325,2</b>	330,5	356,4	372,7	389,9
Centro de Bambu de Tibar – Receitas	-	0,5	<b>51,6</b>	52,5	56,6	59,2	61,9
AMRT – Taxas	3,6	3,9	<b>3,7</b>	3,7	4,0	4,2	4,4
IADE – Taxas de serviços	3,0	2,4	<b>3,1</b>	3,1	3,4	3,5	3,7
AIFAESA – Taxas	87,0	52,0	<b>89,2</b>	90,6	97,7	102,2	106,9
Centro SENAI – Receitas	-	1,5	<b>2,0</b>	2,1	2,2	2,3	2,4

	2019 concr.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
SERVE IP – Receitas	-	61,6	68,4	69,5	74,9	78,4	82,0
CLN – Venda de Arroz	365,1	180,4	232,0	235,7	254,2	265,9	278,1
ZEESM – Taxas e Pagamentos	736,9	671,2	756,7	780,0	815,8	853,4	892,6

Fonte: Ministério das Finanças, 2020. As receitas da ZEESM incluem apenas taxas e pagamentos, com as receitas fiscais a serem apresentadas em separado na tabela 11.

#### 2.4.1.5 EDTL

Tal como já referido, as receitas da EDTL representam consistentemente mais de 60,6% das taxas e pagamentos, muitas vezes ultrapassando os 60%. As taxas e pagamentos são cerca de 28,5% do total das receitas domésticas.

A passagem da EDTL a empresa pública dar-lhe-á uma maior autonomia e a capacidade de tomar as suas próprias decisões políticas, incluindo a nível de planeamento futuro. Contudo também significa que terão um maior controlo sobre as suas receitas, as quais serão independentes do Governo Central. A EDTL terá a sua própria conta privada e deixará de fazer parte da Conta Geral do Governo. Isto causará uma quebra significativa nas receitas domésticas. Por exemplo, excluindo as contribuições da EDTL as receitas em 2021 descem 17,3%. Esta tendência mantém-se ao longo do horizonte a 5 anos que é dado.

Tabela 16: Impacto da passagem da EDTL a empresa pública sobre as receitas domésticas entre 2021 e 2025, em milhões de dólares

	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
<b>Total da Receita Doméstica</b>	<b>190,6</b>	<b>202,1</b>	<b>212,1</b>	<b>218,7</b>	<b>229,0</b>
<b>Total da Receita Doméstica excluindo receitas da EDTL</b>	<b>157,5</b>	<b>168,5</b>	<b>175,8</b>	<b>180,8</b>	<b>189,3</b>
<i>Taxas e pagamentos de eletricidade</i>	<i>32,9</i>	<i>33,5</i>	<i>36,1</i>	<i>37,8</i>	<i>39,5</i>
<i>Receitas da EDTL – Novas instalações</i>	<i>0,19</i>	<i>0,20</i>	<i>0,21</i>	<i>0,22</i>	<i>0,23</i>

Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

#### 2.4.2 Receitas do Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero continua a ser a fonte principal de financiamento do Orçamento de Estado a cada ano. O levantamento total a partir do Fundo pode ser dividido entre o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) e qualquer levantamento excessivo justificado pelo Governo como servindo os interesses a longo prazo de Timor-Leste. Esta secção apresenta o cálculo do RSE para 2021, juntamente com os pressupostos subjacentes. Descreve também a estratégia de investimento do Fundo, o seu desempenho e as projeções para o Fundo ao longo do período do orçamento.

##### 2.4.2.1 Calculando a Riqueza Petrolífera e o RSE de 2021

Os levantamentos a partir do Fundo são orientados pelo RSE. O RSE representa o montante máximo que pode ser retirado do Fundo Petrolífero num determinado ano fiscal de modo um saldo suficiente no Fundo que permita o levantamento de um montante de valor real idêntico em todos os anos futuros. O RSE está definido como 3 por cento da Riqueza Petrolífera, a qual engloba o saldo do Fundo e o valor atual líquido das receitas petrolíferas futuras.

Por norma a Riqueza Petrolífera (RP) e o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) são atualizados apenas uma vez por ano, como parte do processo orçamental principal. O RSE para 2020 foi recalculado em agosto de 2020 como parte do novo Livro do Orçamento para 2020. Alguns dos pressupostos mudaram consideravelmente desde a primeira estimativa em setembro de 2019, incluindo o saldo de abertura do Fundo, a produção, os custos e o preço do petróleo. O Livro do Orçamento para 2021 foi preparado pouco tempo a seguir ao Livro do Orçamento para 2020, pelo que no geral partilha os mesmos pressupostos, tal como se explica mais abaixo.

Estima-se que a Riqueza Petrolífera total segundo o valor líquido atual vá ser de 18.262,4 milhões de dólares a 1 de janeiro de 2021. Este valor é superior em 410 milhões ao valor anteriormente calculado no Orçamento para 2020. O aumento deve-se a uma revisão em alta das previsões para receitas petrolíferas e retornos dos investimentos em 2020. A Tabela 17 mostra a Riqueza Petrolífera e o RSE estimados a partir de 2019, assumindo que os levantamentos a partir do Fundo são iguais aos levantamentos projetados neste livro orçamental. O RSE de 2021 é de 547,9 milhões. As estimativas do RSE para os anos financeiros seguintes descem, uma vez que se prevê que se continuem a fazer levantamentos acima do RSE

Tabela 17: Riqueza petrolífera e Rendimento Sustentável Estimado (RSE)

	2019*	2020*	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Rendimento Sustentável Estimado (RPx3%)</b>	529,0	544,4	<b>547,9</b>	526,6	478.9	431.3	391.8
<b>Total da Riqueza Petrolífera (RP)</b>	17.633,6	18.145,1	<b>18.262,4</b>	17.552,6	15,964.9	14,376.7	13,059.9
Saldo inicial do FP	16.489,6	17.691,8	<b>18.065,6</b>	17.417,7	15,858.2	14,376.7	13,059.9
Valor Atual Líquido das receitas futuras	1.144,0	453,2	<b>196,8</b>	134,9	106.7	0,0	0,0

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020. \* O valor do RSE de 2019 e 2020 é o estimado nos Orçamentos para 2019 e 2020.

A Tabela 18 apresenta os principais pressupostos por detrás dos cálculos.

Tabela 18: Principais pressupostos por detrás do cálculo do RSE em 2021

<b>Reconhecimento de ativos</b>	Só são incluídas previsões de receitas petrolíferas para projetos com planos de desenvolvimento aprovados. O Bayu-Undan (BU) é o único campo em funcionamento.
<b>Reservas petrolíferas e previsões de produção</b>	O operador do projeto apresenta estimativas de produção. Em agosto de 2020 o operador apresentou 3 cenários de previsão: baixo, base e alto. Para o cálculo do RSE de 2020 e de 2021 utiliza-se a média entre o cenário baixo e o cenário base.
<b>Estimativa do preço do petróleo</b>	O crude Brent tem-se revelado o melhor indicador dos preços dos produtos líquidos do BU, nomeadamente condensado e GPL. O RSE referente aos Orçamentos para 2020 e 2021 é preparado usando a média entre o cenário baixo da Agência de Informações Energéticas (EIA) e o cenário de referência para o Brent no Panorama Energético Anual (AEO) para 2020, lançado em janeiro de 2020.
<b>Preços para produtos petrolíferos específicos</b>	O BU produz condensado, Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL). Os pressupostos das estimativas de cada produto derivam dos diferenciais históricos observados com o Brent. A relação histórica tem sido relativamente estável, com o condensado a atingir em média 95 por cento e o GPL a atingir em média 71 por cento do índice de referência.

	Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) são estimados utilizando a fórmula de preço provisória negociada entre a instalação de GNL de Darwin (DLNG) e os compradores japoneses de GNL. A fórmula de preço é renegociada a cada três anos.
<b>Custos de produção</b>	Esta é a estimativa central dos custos capitais e operacionais futuros, providenciada pelo operador do projeto, a Santos. A estimativa inclui propostas de provisões de custos com perfuração e desmantelamento, sendo que os custos com desmantelamento são superiores ao que tinha sido previsto anteriormente.
<b>Taxa de desconto</b>	Segundo o Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero, a taxa de juro utilizada para descontar receitas petrolíferas futuras é a taxa esperada de retorno da carteira de aplicações financeiras detidas no Fundo. A estratégia de investimento do Fundo é de 5% em caixa, 55% em títulos, 35% em ações e 5% em alternativas. O retorno nominal a longo prazo previsto para a carteira foi revisto em baixa para 3,8 por cento no último trimestre de 2019.

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020.

### Alterações no RSE de 2021

A estimativa atual do RSE de 2021 é superior em 12,3 milhões de dólares à estimativa contida no Livro do Orçamento para 2020, que era de 535,6 milhões. A diferença é pequena, uma vez que os dois orçamentos foram preparados com um intervalo curto entre ambos. As duas estimativas adotam o valor concreto do Fundo no início de 2020; as mesmas previsões de produção; as mesmas previsões sobre o preço do petróleo; os mesmos diferenciais de preço; os mesmos custos; e a mesma taxa de desconto.

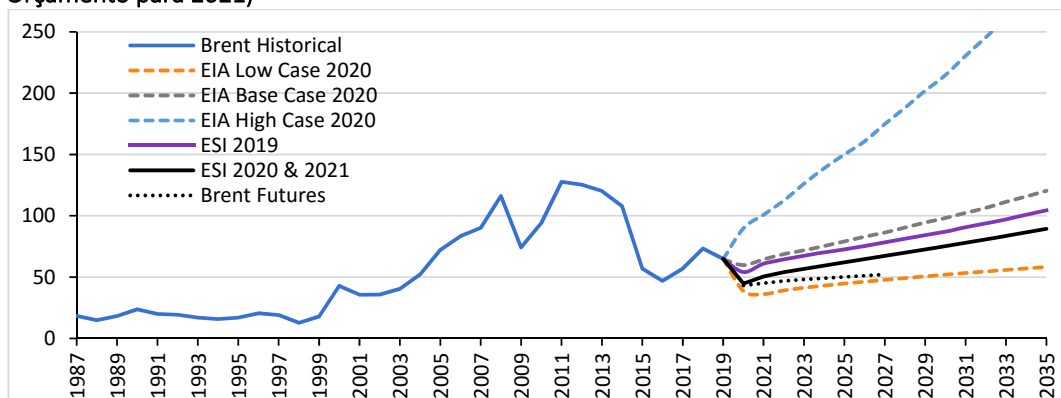
O retorno assumido dos investimentos em 2020 incorpora o desempenho do Fundo até à data. O retorno do Fundo em setembro de 2020 está estimado nos 5,2%. Incorporando o retorno concreto e ajustando as estimativas do 4.º trimestre de acordo com a rentabilidade muito baixa das obrigações, obtém-se a estimativa de retorno anual de 5,9%. Este valor é superior ao retorno nominal a longo prazo esperado de 3,8%.

A outra diferença é a receita petrolífera assumida para 2020, que tinha sido anteriormente prevista como sendo de 268,7 milhões de dólares. As receitas petrolíferas líquidas concretas até setembro são já de 290,4 milhões. A estimativa anual é revista em alta para 306,1 milhões, de modo a levar em conta os montantes recebidos e a receita prevista para o 4.º trimestre de 2020. A projeção para 2021 mantém-se nos 68,1 milhões.

As previsões do preço do petróleo representam a média dos cenários Baixo e Base da previsão dos preços do petróleo Brent por parte da Administração de Informações Energéticas (EIA) do Governo dos EUA. O preço estimado para 2020 é de 41,2 dólares por barril, aumentando para 50 dólares em 2021 e 54 dólares em 2022. O preço de referência médio do Brent entre janeiro e agosto de 2020 foi de 40,9 dólares por barril. A EIA prevê atualmente que a média dos preços mensais à vista do Brent seja de 42,3 dólares por barril durante o 4.º trimestre, aumentando para uma média de 50 dólares por barril em 2021.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Panorama Energético a Curto Prazo da EIA, emitido a 9 de setembro de 2020. [www.eai.gov](http://www.eai.gov).

Figura 10: Previsão do preço do petróleo no RSE de 2021 (do Orçamento para 2020 para Orçamento para 2021)



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020

Tal como foi referido em Orçamentos anteriores o campo Bayu-Undan é um campo maduro e a sua produtividade tem vindo a descer gradualmente desde o pico em 2012. A produção dos seus poços existentes tem vindo a diminuir, com cada vez mais água e menor pressão. Este declínio é ilustrado nas Figuras 11A e 11B. O projeto de perfuração de preenchimento do Bayu-Undan (BUIW) em meados de 2018 ajudou a elevar a produção recente comparativamente com as projeções de há poucos anos. Entretanto foi apresentado à aprovação da autoridade um novo programa de perfurações.

Figura 11: Previsão da produção do Bayu-Undan no RSE de 2021

Figura A. Previsões de líquidos no BU para o O2020

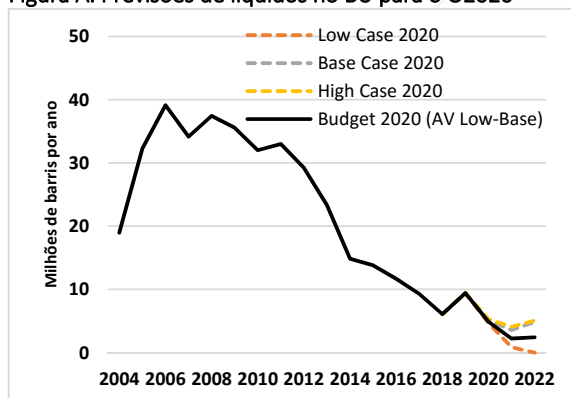
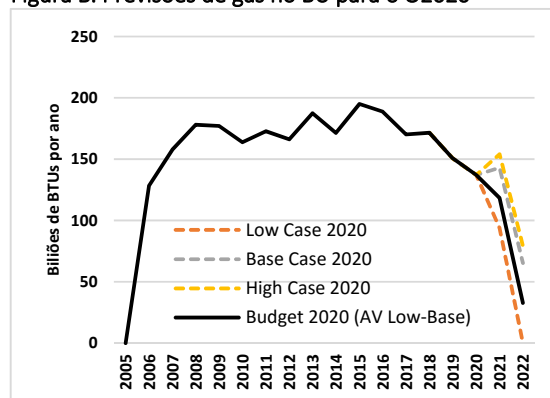


Figura B. Previsões de gás no BU para o O2020



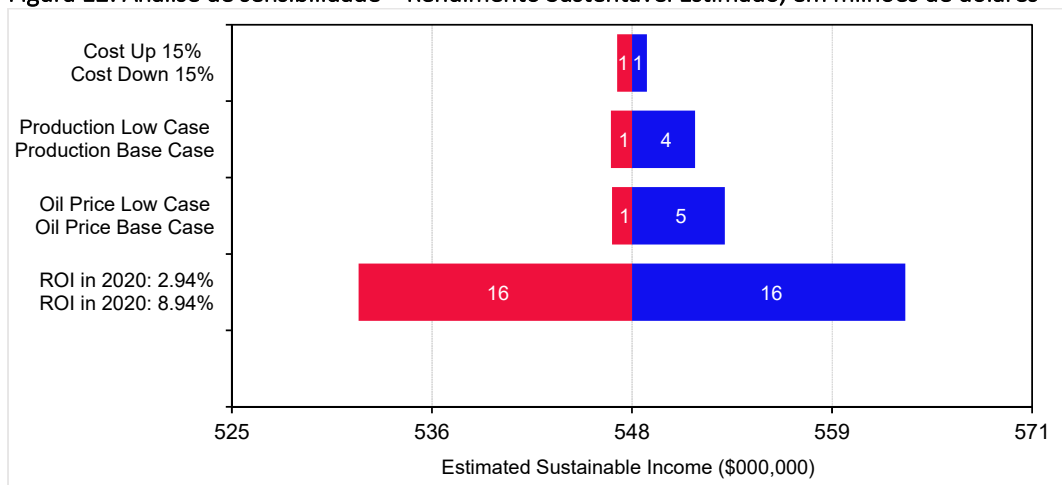
Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

### Análise de sensibilidade

O objetivo do Governo é preparar um RSE que seja no geral prudente, tal como exigido pela Lei do Fundo Petrolífero. Embora os cálculos assentem nas melhores informações disponíveis, cada elemento está sujeito a uma incerteza considerável. A Figura 11 mostra como o RSE de 2021 de 547,9 milhões de dólares mudaria caso os pressupostos de variáveis específicas fossem alterados individualmente. Cada cálculo de sensibilidade é descrito de forma sucinta abaixo.



Figura 12: Análise de sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado, em milhões de dólares



Fonte: Ministério das Finanças, 2020

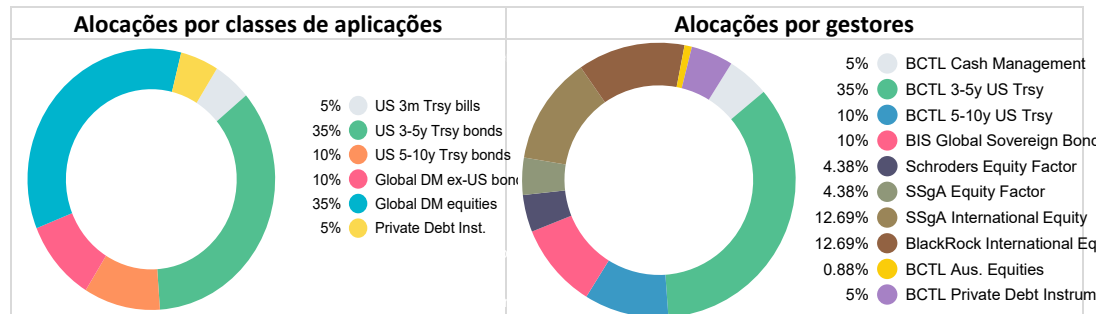
1. O valor do Fundo no início de 2021 depende do retorno assumido dos investimentos para 2020. O retorno anual para 2020 está estimado nos 5,9%, após levar em conta os retornos concretos até à data. O retorno realizado para 2020 depende das movimentações do mercado no último trimestre. São aplicadas variações de +/-3,0% para ilustrar como a volatilidade pode ter impacto no valor de encerramento do Fundo. Alterar o retorno dos investimentos anuais para 2,9% ou 8,9% faz com que o RSE suba/desça 16 milhões.
2. O RSE calculado para 2021 não é muito sensível à previsão do preço do petróleo. Tal como já foi referido, a previsão dos preços futuros do Brent assenta na média dos cenários Baixo e Base a longo prazo da EIA. Caso se preveja o preço do Brent segundo o cenário Baixo ou o cenário Base da EIA, o RSE será superior em aproximadamente 1 milhão de dólares ou inferior em aproximadamente 5 milhões, respetivamente.
3. O RSE calculado para 2021 não é muito sensível a alterações às previsões e custos de produção. Caso se use a previsão de produção do cenário Baixo ou do cenário Base o RSE será inferior em 1 milhão de dólares ou superior em 4 milhões, respetivamente. Caso os custos subam ou desçam 15%, o RSE subirá ou descerá 1 milhão de dólares.

#### 2.4.2.2 Gestão e projeções do Fundo Petrolífero

A Lei do Fundo Petrolífero estabelece os investimentos elegíveis para o Fundo, as diretivas para a alocação de aplicações e os limites de risco. Desde janeiro de 2019 a Lei do Fundo Petrolífero deve ser lida em conjunto com a Primeira Alteração à Lei N.º 13/2005, Lei das Atividades Petrolíferas, a qual foi modificada para permitir investimentos em operações petrolíferas.

Atualmente o Fundo Petrolífero é investido 5% em caixa, 55% em títulos governamentais, 35% em ações e 5% em operações relacionadas com o petróleo, através de colocação de dívida privada na Timor GAP E.P. A Figura 13 faz a discriminação por classes de aplicações e gestores.

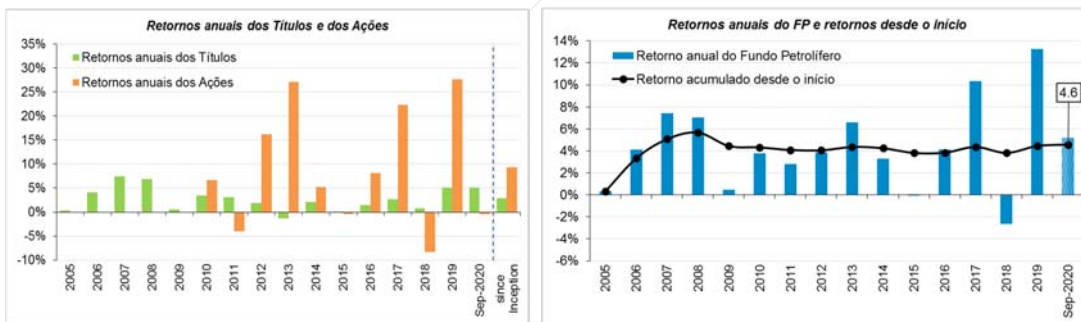
**Figura 13: Discriminação da alocação de ativos estratégicos do Fundo Petrolífero e gestores, agosto de 2020**



Fonte: Ministério das Finanças, 2020

As ações são as aplicações de crescimento na carteira do Fundo Petrolífero. O horizonte a longo prazo que segue do quadro fiscal significa que o Fundo pode beneficiar de retornos superiores ao esperado nas ações, aguentando a volatilidade de ano para ano associada. A Figura 13 mostra que a carteira de ações veio impulsionar o desempenho do Fundo, gerando retornos de 9,9% ao ano desde o primeiro investimento em ações em 2010. Em comparação, durante o mesmo período a carteira de títulos gerou um retorno anual médio de 2,0%.<sup>5</sup> O retorno do Fundo desde a sua criação até setembro de 2020 é de 4,6% ao ano, o que equivale a 2,8% em termos reais após ter em conta a inflação nos EUA.

**Figura 14: Retornos dos Investimentos do Fundo Petrolífero**



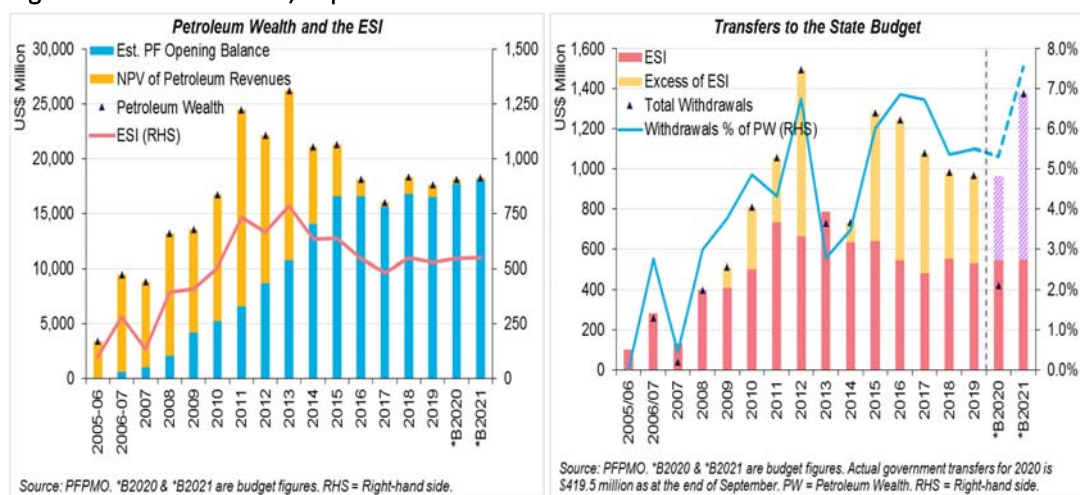
Fonte: Ministério das Finanças, de 2020.

O quadro fiscal do Fundo está interrelacionado com a estratégia de investimento e enfrenta dois desafios substanciais. O primeiro é que os retornos dos investimentos esperados são atualmente consideravelmente inferiores ao que eram quando a alocação de 40% em ações foi originalmente pensada para atingir um alvo de retorno real de 3%. As taxas de juro são atualmente muito baixas, o que resultará em retornos baixos de obrigações a longo prazo. Isto faz com que seja pouco provável que o Fundo Petrolífero vá gerar um retorno real de 3% ao longo dos próximos 10 anos com a sua atual alocação de ativos. A alocação de ações teria de aumentar de forma considerável para ser possível atingir esse retorno, algo que não é apropriado nesta conjuntura, tendo em conta a capacidade e a disponibilidade do país para suportar riscos. Isto significa que o nível real dos levantamentos sustentáveis é inferior a 3%.

<sup>5</sup> O Relatório Anual do Fundo Petrolífero de 2019 contém uma discussão mais detalhada sobre o desempenho do Fundo.

O segundo desafio é que os levantamentos não têm seguido o quadro fiscal. De acordo com este, os levantamentos sustentáveis são compensados pelo retorno real esperado dos investimentos, protegendo assim o poder de compra do fundo. Contudo, tal como se pode ver na Figura 14, os levantamentos têm vindo a exceder o RSE desde 2009, representando em média cerca de 5% da Riqueza Petrolífera em vez dos 3% previstos na Lei do FP. São igualmente apresentados os levantamentos orçamentados para 2020 e 2021. Os governos justificaram os levantamentos excessivos com a necessidade de priorizar o desenvolvimento económico. Embora o valor real da Riqueza Petrolífera tenha baixado, o saldo do Fundo Petrolífero conseguiu ir aumentando enquanto as receitas petrolíferas eram elevadas.

Figura 15: História do RSE, Riqueza Petrolífera e Levantamentos



O valor real do Fundo Petrolífero diminuiu em resultado dos levantamentos excessivos, ainda que o seu saldo tenha conseguido crescer enquanto as receitas petrolíferas eram levadas. No futuro, porém, haverá vários anos em que se espera que o saldo do Fundo diminua, uma vez que os levantamentos deverão ultrapassar os retornos esperados dos investimentos e as baixas receitas petrolíferas. Durante este período será necessário gerir com cuidado a sustentabilidade a longo prazo do Fundo. O Fundo pode esgotar-se caso os levantamentos se mantenham elevados durante um período alargado, mesmo que entretanto se comecem a receber receitas a partir do Sunrise ou de outros campos.

É necessário gerir o risco na carteira de investimentos durante uma fase de desacumulação. A redução da alocação de ações do Fundo está a ser considerada, de modo a levar em conta os levantamentos projetados. Por exemplo, o Comité de Assessoria para o Investimento notou que um horizonte de apenas 10 anos garantiria uma redução gradual, porém significativa, na alocação de ações ao longo dos próximos anos. Em face da rentabilidade muito baixa das obrigações, o resultado seria um retorno muito inferior ao esperado para o Fundo total.

### Projeções atualizadas para o Fundo Petrolífero

O saldo do Fundo Petrolífero é uma função das receitas petrolíferas, rendimentos de investimentos e levantamentos governamentais. A Tabela 19 mostra uma atualização das receitas do Fundo Petrolífero. Tal como foi referido, as receitas petrolíferas para 2020 foram revistas em alta, passando dos 268,7 milhões de dólares previstos no Orçamento para 2020 para 306,1 milhões. Não obstante isto, continuam a ser consideravelmente inferiores às registadas em 2019. Está previsto que as receitas petrolíferas continuem a descer em 2021 e 2022, após o que aumentarão para 108,7 milhões em 2023 como resultado do IVA sobre o desmantelamento.

As projeções não incluem o Greater Sunrise, uma vez que o desenvolvimento deste campo ainda não foi aprovado.

**Tabela 19: Receitas do Fundo Petrolífero entre 2019 e 2025, em milhões de dólares**

	2019 concr.	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Total das Receitas do Fundo Petrolífero</b>	<b>2.857,2</b>	<b>1.337,7</b>	<b>729.7</b>	<b>653.2</b>	<b>672.4</b>	<b>511.6</b>	<b>460.2</b>
Retorno dos investimentos do Fundo Petrolífero	2.100,9	1031,6	661.6	620.5	563.8	511.6	460.2
<b>Total das receitas petrolíferas</b>	<b>756,3</b>	<b>306,1</b>	<b>68,1</b>	<b>32,7</b>	<b>108,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
FTP/Royalties	331,8	138,5	27,9	6,1	0,0	0,0	0,0
Petróleo de lucro	97,1	30,8	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto sobre rendimentos	120,3	23,4	7,3	0,0	22,1	0,0	0,0
Imposto s/ o lucro acrescentado	181,6	54,7	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto s/ o valor acrescentado	6,7	25,2	8,6	8,1	86,6	0,0	0,0
Outros pagamentos fiscais	18,7	33,5	18,8	18,5	0,0	0,0	0,0

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020.

O retorno dos investimentos do Fundo para o ano até setembro é de +5,2%, o que se traduz em rendimentos líquidos de 906.5 milhões de dólares. Isto segue-se ao retorno forte do último ano, com as ações a valorizarem-se 27,7%. A carteira de ações apresentou um retorno de -0.04% para o ano até agosto, ao passo que a alocação de rendimentos fixos apresentou um retorno de +5,1%. As ações recuperaram da queda acentuada no trimestre de março, associada com o surto do Coronavírus e confinamentos rigorosos. As aplicações de risco foram fomentadas por estímulos de política monetária e fiscal, embora o panorama económico permaneça incerto. Prevê-se que o rendimento dos investimentos para 2020 seja de 5,9%, enquanto para 2021 e anos futuros o pressuposto se prevê um retorno nominal a longo prazo de 3,8%.

Por duas vezes o Parlamento aprovou levantamentos extraordinários do Fundo, num total de 536,3 milhões de dólares. Deste montante, 220,0 milhões visam dar resposta ao Covid-19 e 316,3 milhões servem para financiar a conta do Tesouro durante a vigência do regime de duodécimos, até que o Orçamento para 2020 seja aprovado pelo Parlamento. Durante o ano até agosto foram levantados apenas 419,5 milhões.

O saldo do fundo era de \$18,469.5 milhões de dólares em setembro de 2020. Isto representa um aumento de \$777.7 milhões em relação ao início do ano. A Tabela 20 mostra que o saldo do Fundo deverá ser de 18.065,7 milhões no final de 2020, após ter em conta as estimativas de receitas e deduzir o levantamento estimado de 963,9 milhões em 2020 aprovado pelo Parlamento.

**Tabela 20: Poupanças estimadas do Fundo Petrolífero, em milhões de dólares**

	2019 concr.	2020 prov.	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Saldo de abertura do FP</b>	<b>15,803.6</b>	<b>17,691.8</b>	<b>18,065.7</b>	<b>17,417.8</b>	<b>15,858.2</b>	<b>14,376.7</b>	<b>13,059.9</b>
Receitas petrolíferas (excluindo juros do FP)	756.3	306.1	68.1	32.7	108.7	0.0	0.0
Juros do Fundo Petrolífero, líquidos*	2,100.9	1,031.6	661.6	620.5	563.8	511.6	460.2
Total de levantamentos	969.0	963.9	1,377.6	2,212.8	2,153.9	1,828.4	1,899.2
<b>Saldo de encerramento do FP</b>	<b>17,691.8</b>	<b>18,065.7</b>	<b>17,417.8</b>	<b>15,858.2</b>	<b>14,376.7</b>	<b>13,059.9</b>	<b>11,620.9</b>

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020.

O total de levantamentos para financiar o Orçamento de Estado para 2021 é de 1.377,6 milhões de dólares. Este montante representa 7,5% da Riqueza Petrolífera e excede o RSE de 2021 em 829,7 milhões. A Tabela 20 mostra que o Fundo deverá descer para 17.417,8 milhões até ao final de 2021, uma vez que os levantamentos ultrapassam as receitas petrolíferas e os retornos dos investimentos. Prevê-se que esta situação continue a cada ano, o que fará com que o saldo do Fundo caia para os \$11,620.9 million até ao final de 2025. Estas são previsões centrais e é necessário esperar uma variação considerável, em face da volatilidade dos retornos dos investimentos. Tal como é explicado na secção sobre Sustentabilidade Fiscal, prevê-se que o Fundo continue a diminuir de valor para lá do período projetado, a não ser que a política fiscal mude de forma considerável ou que surjam novas receitas petrolíferas significativas.

## 2.5 Despesas e compromissos de Parceiros de Desenvolvimento

O total da despesa no orçamento para 2021 é de 2.050,1 milhões de dólares (incluindo atividades financiadas por doadores no valor de 155,1 milhões e empréstimos de 70,7 milhões). O Orçamento de Estado para 2021 é 22,0% mais elevado do que o OE para 2020. Isto deve-se sobretudo i) a medidas de recuperação económica, ii) à introdução de novas medidas que não foi possível introduzir em 2020 devido aos consecutivos estados de emergência e à pandemia de COVID-19, e iii) à não continuação do regime de duodécimos em 2021.

### 2.5.1 Despesa por Fundos

A despesa governamental está dividida entre o Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL), o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH), empréstimos e o Apoio Orçamental da União Europeia. O Fundo de Infraestruturas é uma instituição autónoma sob o FCTL desde 2016. As alocações para o FCTL aumentaram 27,0% em 2021 comparativamente com o Orçamento de Estado para 2020. Todavia o FDCH aumentou 21,1% e os desembolsos de empréstimos aumentaram 17,8%, com vista à introdução de novas medidas e ao aumento de alocações para programas existentes, o que não foi possível em 2020.

Tabela 21: Despesa por fundos, em milhões de dólares

	2019 concr.	2020 orçam.	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Orçamento de Fontes Combinadas</b>	<b>1.405,6</b>	<b>1.681,0</b>	<b>2.050,1</b>	<b>2.499,9</b>	<b>2.382,7</b>	<b>2.044,5</b>	<b>2.167,7</b>
<b>Despesas governamentais por fundo</b>	<b>1.243,8</b>	<b>1.497,0</b>	<b>1.895,0</b>	<b>2.433,4</b>	<b>2.370,7</b>	<b>2.035,7</b>	<b>2.159,0</b>
FCTL (excl. empréstimos, inc. DBS-EU, inc. segurança social)	1.169,6	1.426,3	<b>1.811,3</b>	2.366,0	2.310,8	1.987,3	2.066,8
<i>Segurança Social</i>	35,1	41,5	<b>42,7</b>	44,4	46,2	48,0	50,0
União Europeia (Apoio Orçamental)	6,7	10,6	<b>9,1</b>	9,0	5,0	2,8	3,8
FDCH	17,8	10,7	<b>13,0</b>	13,5	14,1	14,6	15,2
Empréstimos (desembolsos)	49,8	60,0	<b>70,7</b>	53,9	45,9	33,8	77,0
<b>Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento</b>	<b>161,8</b>	<b>184,0</b>	<b>155,1</b>	66,5	12,0	8,7	8,7

Fonte: Ministério das Finanças, 2020. Fundo Consolidado de Timor-Leste

### 2.5.1.1 FCTL

O FCTL é a conta central do Governo, incluindo todas as despesas relativas a linhas ministeriais e institutos autónomos, à exceção do FDCH. Dentro do FCTL as despesas correntes e de capital estão divididas entre cinco categorias de dotação, tal como se pode ver na Tabela 22.

O total das alocações no FCTL aumentará 27% em 2020 comparativamente com o Orçamento de Estado para 2020.

As alocações de Transferências Públicas para muitos ministérios e agências aumentaram também, com a alocação para a categoria como um todo a ser 22,9% mais elevada do que no Orçamento de Estado para 2020. Os Bens e Serviços no FCTL desceram 16,4%, uma vez que o orçamento para Bens e Serviços tinha aumentado em 2020 para financiar o Fundo COVID-19, apesar do regime de duodécimos. A partir de 2020 não são esperados aumentos desta dimensão.

Já as alocações para Capital Menor e Capital e Desenvolvimento aumentaram 587,6% e 162,9%, respetivamente, em comparação com o Orçamento de Estado para 2020. Estes aumentos visam permitir novos projetos no Orçamento de Estado para 2021, uma vez que as alocações foram limitadas em 2020.

Tabela 22: Discriminação da despesa do FCTL, em milhões de dólares

	2019 concr.	2020 orçam.	2021 orçam.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
<b>Total da despesa do FCTL</b>	<b>1.169,6</b>	<b>1.426,3</b>	<b>1.811,3</b>	<b>2.366,0</b>	<b>2.310,8</b>	<b>1.987,3</b>	<b>2.066,8</b>
<b>Corrente</b>	<b>904,8</b>	<b>1.264,0</b>	<b>1.346,9</b>	<b>1.400,8</b>	<b>1.456,8</b>	<b>1.515,1</b>	<b>1.575,7</b>
Salários e Vencimentos	203,0	206,7	239,3	248,8	258,8	269,1	279,9
Bens e Serviços	362,6	488,6	408,5	424,8	441,8	459,5	477,9
Transferências Públicas	339,3	568,7	699,1	727,1	756,2	786,4	817,9
<b>Capital</b>	<b>264,8</b>	<b>162,3</b>	<b>464,4</b>	<b>965,2</b>	<b>854,0</b>	<b>472,2</b>	<b>491,1</b>
Capital Menor	27,8	8,9	61,2	63,6	66,1	68,8	71,5
Capital e Desenvolvimento	237,0	153,4	403,3	901,6	787,8	403,4	419,6
<i>Fundo de Infraestruturas (excluindo empréstimos)</i>	226,2	124,1	267,8	760,7	641,4	251,1	261,2

Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

### Salários e Vencimentos

A alocação no Orçamento de Estado para 2021 referente a Salários e Vencimentos é de 239,3 milhões de dólares, o que representa um aumento de 15,8% comparativamente com a alocação para 2020. O Governo orçamentou para financia seguintes medidas principais:

#### Medidas principais

- 11,1 milhões para a RAEOA-ZEESM, destinados a pagar funcionários públicos.
- 1,3 milhões para a Força de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), destinados ao recrutamento de novos efetivos.
- 0,6 milhões para todas as instituições aplicáveis através de Todo o Governo, destinados à promoção interna de funcionários públicos.

## Bens e Serviços

O orçamento do FCTL (não incluindo o FDCH) relativo a Bens e Serviços para 2021 é de 408,5 milhões de dólares, o que representa uma redução de 16,4% comparativamente com a alocação no Orçamento de Estado para 2020. Isto inclui financiamento da RAEOA-ZEESM, estradas especiais, projetos de saneamento e controlo de cheias, e medidas especiais de prevenção e mitigação relacionadas com a pandemia de COVID-19.

### Medidas principais

- 23,9 milhões para o Fundo COVID-19, destinados à continuação do programa de prevenção e mitigação.
- 23,8 milhões para a RAEOA-ZEESM, destinados a financiar novos investimentos e despesas regulares, como por exemplo compra de combustível e manutenção para Oe-Cusse.
- 13,8 milhões para o Ministério das Obras Públicas, destinados a manutenção rodoviária e a um programa de controlo de cheias para precaver possíveis danos provocados por cheias na costa e no interior.
- 13,0 milhões para o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, destinados ao seu programa de bolsas de estudo, formação técnica, formação vocacional e outros tipos de formação, para estudantes tanto no estrangeiro como em Timor-Leste.
- 8,5 milhões para Todo o Governo, destinados ao fundo contrapartido. Isto irá contribuir para a continuação da implementação de projetos importantes de financiamento contrapartido, incluindo entre a compra do ferry Nakroma II.
- 8,1 milhões para Todo o Governo, destinados a serviços jurídicos. Este dinheiro permitirá ao Estado defender-se em vários processos judiciais.
- 7,9 milhões para o SAMES, com vista à aquisição de medicamentos e bens farmacêuticos para ajudar a melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados em todo o país.
- 6,9 milhões para o Ministério das Obras Públicas, destinados à manutenção de equipamentos e edifícios.
- 3,4 milhões para Todo o Governo, destinados ao pagamento de quotas em instituições internacionais. Isto garantirá a continuação da participação de Timor-Leste em atividades regionais e internacionais.
- 3,1 milhões para Todo o Governo, destinados ao censo populacional e habitacional.
- 2,5 milhões para a Administração Portuária de Timor-Leste (APORTIL), destinados à compra de combustível e à manutenção do ferry Nakroma.
- 1,2 milhões para o Conselho de Ministros, a fim de apoiar a saúde e alojamento de membros do governo.
- 1,0 milhões para o Ministério do Interior, destinados a itens alimentares e não alimentares em caso de desastres naturais.
- 0,5 milhões para Todo o Governo, destinados a atividades e a apoio geral à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
- 0,5 milhões para Todo o Governo, destinados à adesão à ASEAN.

## Transferências Públicas

As Transferências Públicas englobam todo o dinheiro que o Governo gasta com concessões e pagamentos consignados.

A alocação para esta categoria é de 669,1 milhões de dólares, o que representa um aumento de 22,9% comparativamente com o Orçamento de Estado para 2020. Inclui o pacote de prevenção e mitigação da pandemia de COVID-19, a manutenção dos geradores de Hera e Betano através da EDTL, que passa a ser empresa pública, um programa de empréstimos bonificados para o Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, habitação para populações vulneráveis e um programa comunitário de diagnósticos de saúde, entre outros. 29,2 milhões incluídos em Todo o Governo serão transferidos para a RAEOA-ZEESM como parte do seu orçamento de Capital e Desenvolvimento.

### Medidas principais

- 194,5 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas (EDTL, empresas públicas e BÉ Timor, empresa pública), destinados a combustível e manutenção de geradores em Hera e Betano. Isto inclui o pagamento da dívida relativa a abastecimento de combustível, manutenção da transmissão elétrica (150KW) e subestações de 20KW – torres em pontos críticos de sete localizações (N117, N31, N71, N72, N15, N24, N34 e N76). O fornecimento de eletricidade a todo o país é essencial para gerar crescimento e desenvolvimento em todo o território. Os projetos BÉ Timor incidirão no abastecimento de água e saneamento em todo o país.
- 93,6 milhões para o Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação nacional com vista ao pagamento de pensões a ex-combatentes, bolsas de estudo para familiares e tratamentos de saúde.
- 83,6 milhões para o Ministério do Petróleo e Recursos Naturais, destinados a apoiar a Autoridade nacional do Petróleo e Minerais (ANPM), o TIMOR GAP e o Instituto de Petróleo e Geologia (IPG), de modo a assegurar que Timor-Leste beneficia ao máximo dos seus recursos naturais. Isto inclui planeamento de investimentos, certificação ISO e mapeamento de dados geológicos.
- 42,7 milhões para Todo o Governo, destinados ao Regime Contributivo e ao Regime Não-Contributivo, a serem transferidos para o Instituto Nacional de Segurança Social.
- 40,0 milhões para Todo o Governo, destinados à capitalização do Banco Nacional Comercial de Timor-Leste (BNCTL).
- 33,0 milhões para o Ministério da Administração Estatal. Esta verba inclui 8 milhões para o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS) e 25,0 milhões para habitações para populações vulneráveis.
- 22,8 milhões para o Ministério da Educação, Juventude e Desporto, destinados a concessões para escolas públicas e privadas, pagamento de professores contratados e custos operacionais das escolas CAFE.
- 15,5 milhões para Todo o Governo, destinados à provisão de pensões para funcionários públicos efetivos sob o regime contributivo.
- 15,0 milhões para Todo o Governo, destinados a apoiar atividades da igreja através da Conferência das Igrejas Episcopais.
- 12,5 milhões para Todo o Governo, destinados ao pagamento de empréstimos.
- 11,6 milhões para o Ministério da Saúde, destinados a tratamentos no estrangeiro, cuidados de saúde primários e subsídios aos médicos cubanos em Timor-Leste. Estes



investimentos são importantes para continuar a melhorar a qualidade dos serviços e saúde prestados à população.

- 10,0 milhões para Todo o Governo, destinados à capitalização do Banco Central de Timor-Leste (BCTL).
- 8,9 milhões para o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, destinados a um programa de assistência social a nível comunitário.
- 6,4 milhões para a Secretaria da Juventude e Desporto, destinados a prestar apoio a diversos eventos desportivos e atividades de jovens ao longo do ano, incluindo um subsídio para a Federação de Futebol e para a Liga Amadora.
- 6,0 milhões para Todo o Governo, destinados a pagamentos de pensões a ex-titulares e ex-membros de órgãos de soberania.
- 5,9 milhões para o Gabinete do Primeiro-Ministro, destinados ao bem-estar cívico. Isto inclui apoio a ONGs, a construção das igrejas de Ai-Mutin e Becora, e atividades de diversas organizações da sociedade civil.
- 4,4 milhões para a Secretaria de Estado das Cooperativas, destinados a subsidiar grupos de cooperativas.
- 4,3 milhões destinado ao RAEOA-ZEESM. Isto o financiamento para despesas regular e compromissos em 2021.
- 3,5 milhões para o Fundo COVID-19, destinados à continuação do programa de prevenção e mitigação.
- 2,5 milhões para Todo o Governo, destinados à criação de uma linha de crédito para universidades privadas.
- 2,5 milhões para Todo o Governo, destinados a pagar contribuições de apoio financeiro internacional. Isto irá ajudar a comunidade internacional e permitirá a Timor-Leste influenciar ainda mais a comunidade global.
- 2,0 milhões para Todo o Governo, destinados a uma parceria público-privada de diagnóstico de questões de saúde a nível comunitário.
- 1,8 milhões para a Secretaria de Estado da Política de Formação Profissional e Emprego (SEPFOPE), destinados ao programa de emprego por conta própria. Este programa contribuirá para a promoção da criação de emprego e do crescimento económico.
- 1,8 milhões para a Secretaria de Estado da Comunicação Social, destinados a subsidiar a Radiotelevisão de Timor-Leste (RTTL) e rádios comunitárias.
- 1,5 milhões para o Parlamento Nacional, destinados a subsídios.
- 1,0 milhões para o Ministério do Interior, destinados a medidas de contingência em caso de desastres naturais.
- 1,0 milhões para o Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, destinados a um programa de empréstimos bonificados.
- 0,6 milhões para o Ministério do Ensino Superior, Arte e Cultura, destinados ao apoio de atividades nas artes.
- 0,6 milhões para o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, destinados a um programa sobre VIH/SIDA.
- 0,5 milhões para o Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos, destinados a subsidiar indústrias e pequenas empresas.

- 0,3 milhões para a Presidência da República, destinados a um programa de solidariedade comunitária.

### Capital Menor

O Capital Menor inclui despesas com veículos, mobiliário e outros bens móveis. O orçamento para esta categoria em 2021 é de 61,2 milhões de dólares, o que representa um aumento de 587,6% comparativamente com os 8,9 milhões do Orçamento de Estado para 2020. Esta categoria não recebeu própria alocação em 2020, sendo que todas as novas atividades considerando para 2021.

#### Medidas principais

- 9,8 milhões de dólares para o Ministério da Agricultura e Pescas, destinados a uma oficina de mecânica, veículos, barcos industriais, unidades de refrigeração, barcos em fibra de vidro, peças sobresselentes para equipamentos e tratores agrícolas, e outros equipamentos menores.
- 9,1 milhões para o Ministério das Finanças, destinados a um Centro de Dados de Recuperação em caso de Desastres e equipamentos, servidores e licenças associados para as Alfândegas, equipamentos de segurança, equipamentos de raio-X e balanças de pesagem de camiões para a segurança fronteiriça e as alfândegas.
- 4,8 milhões para o Ministério da Administração Estatal, destinados a veículos motores para municípios, hardware informático incluindo servidores de dados para Aileu e computadores para postos administrativos municipais, equipamento para o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral com vista às eleições presidenciais de 2022, e outros equipamentos menores.
- 2,9 milhões para o Ministério da Educação, destinados a veículos motores, equipamento informático, mobiliário para escolas e bibliotecas, e projetores.
- 2,4 milhões para a RAEOA-ZEESM, destinados à compra de ambulância, camioneta portátil de Água, carro operacional, mobiliário, equipamento de eletrónica, entre outros
- \$ 2,0 milhões para Instituto Gestão do Equipamento (IGE) para compra equipamento pesados e equipamentos associados para construir e manutenção estrada rurais, inclui intervenção para situação de emergência.
- \$ 1,9 milhões para a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) para a compra de veículos e equipamento de segurança, entre outros.
- \$ 1,9 milhões para o Ministério da Defesa para equipamentos de segurança, equipamento de informática e equipamentos de comunicação.
- \$ 1,9 milhões para o Ministério da Saúde para a compra de ambulâncias multifunções, equipamento medico para hospitais de referência e centros de saúde.
- \$ 1,7 milhões ao TIC para aquisição de viaturas e equipamentos informática e outros.
- \$ 1,7 milhões ao Ministério do Interior para a compra de veículos, equipamento de segurança, equipamento informática, etc.
- \$ 1,6 milhões para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para a compra de veículos, equipamentos para edifício central missão diplomática diáspora, etc.
- \$ 1,6 milhões ao Ministério do Planeamento e Ordenamento Território para a compra de veículos, mobiliário, equipamento informático e material de escritório.

- \$ 1,6 milhões aos municípios para a compra de veículos, equipamentos informático, material de escritório, móveis, etc.
- \$ 1,1 milhões ao Ministério dos Transportes e Comunicações para aquisição de veículos, equipamentos informático e de comunicações.
- \$ 1,1 milhões para as Forças de Defesa de Timor-Leste (FALINTIL) para a compra de veículos, equipamentos informático, equipamento de fotocópia, etc.
- \$ 1,1 milhões para Tribunais para aquisição de veículos, equipamentos informático e de comunicação, etc.
- \$ 0,9 milhões para o Ministério das Obras Públicas para a compra de veículos, equipamentos informático, etc.
- \$ 0,8 milhões para a Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL) para pagamento da dívida à Timor Telcom, e compra equipamentos escritório (carteiras).
- \$ 0,7 milhões para o Ministério da Justiça para a compra de veículos, equipamento de comunicação, etc.
- \$ 0,7 milhões para o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão para a compra de veículos funerário, equipamentos comunicação, eletrónico , etc.
- \$ 0,5 milhões ao Procurador-Geral da República para a compra de veículos, equipamento de segurança, equipamento informática, etc.

### Capital e Desenvolvimento

A alocação para Capital e Desenvolvimento em 2021 (403,3 milhões de dólares) aumentará 162,9% comparativamente à alocação para 2020. Serão iniciados vários novos projetos em 2021, o que não foi possível em 2020 devido à pandemia de COVID-19 e à vigência do regime de duodécimos. Tal como se pode ver na Tabela 23 as alocações de Capital e Desenvolvimento sob o FCTL estão divididas em 267,8 milhões de dólares para o Fundo de Infraestruturas (excluindo empréstimos), 10,7 milhões para programas de desenvolvimento distrital e 124,7 milhões para outros projetos de Capital e Desenvolvimento através das linhas ministeriais e agencia autónomas incluindo RAEOA-ZEESM.

Note-se que incluindo os 29,2 milhões de dólares para a RAEOA-ZEESM no Capital e Desenvolvimento, o orçamento total de Capital e Desenvolvimento (incluindo empréstimos) passa a ser de 503,2 milhões.

#### Medidas principais

- 267,8 milhões de dólares para o Fundo de Infraestruturas, com vista à continuação da construção de projetos plurianuais e a novos projetos.
- 56,3 milhões de dólares para a RAEOA-ZEESM, incluindo o financiamento de novos projetos e projetos em curso para o desenvolvimento regional. Isto exclui uma transferência de 29,2 milhões colocado na Dotação do Todo o Governo a ser usada para financiar os seus projetos de capital.
- 64,8 milhões de dólares para a conclusão de projetos de linhas ministeriais novos, retidos e dotados novamente.
- 10,7 milhões de dólares para o Programa de Desenvolvimento Integrado Municipal (PDIM).
- 3,6 milhões de dólares para o Fundo COVID-19, destinados à continuação do programa de prevenção e mitigação.

Tabela 23: Despesa de Capital e Desenvolvimento, em milhões de dólares

	2019 concr.	2020 orçam.	2021 orçam.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
<b>Total de capital e desenvolvimento</b>	<b>237,0</b>	<b>153,4</b>	<b>403,3</b>	<b>901,6</b>	<b>787,8</b>	<b>403,4</b>	<b>419,6</b>
Fundo de Infraestruturas (excluindo empréstimos)	226,2	124,1	267,8	760,7	641,4	251,1	261,2
Programas de desenvolvimento distrital	4,0	6,0	10,7	11,1	11,6	12,0	12,5
Ministérios / instituições	6,8	23,4	124,7	129,7	134,9	140,3	145,9

Fonte: Ministério das Finanças, 2020. O orçamento do PNDS foi entretanto movido do Capital e Desenvolvimento para as Transferências Públicas.

### 2.5.1.2 Fundo de Infraestruturas

Tal como indicado no Plano Estratégico de Desenvolvimento, a construção e manutenção de infraestruturas vitais produtivas são pilares centrais para o desenvolvimento a longo prazo de Timor-Leste, com vista à promoção de crescimento económico sustentável, inclusão social e conectividade nacional. O Fundo de Infraestruturas foi criado em 2011, com a missão de financiar os projetos estratégicos plurianuais de infraestruturas. Desde 2011 a 2020 foi aprovado um total de 4,8 mil milhões de dólares para programas do FI, incluindo projetos de Parcerias Público Privadas (PPPs) e empréstimos externos, tendo o Fundo de Infraestruturas executado 3,1 mil milhões (64%). Em 2016 o Fundo de Infraestruturas passou a operar como instituição autónoma.

O VIII Governo Constitucional estabeleceu as prioridades de desenvolvimento de infraestruturas na área das infraestruturas básicas para o setor social e para o setor económico. Estas incluem programas tais como pontes, estradas, água e saneamento e o fornecimento sustentável de eletricidade. Muitos projetos relacionados com estas áreas foram já concluídos em anos anteriores. Serão necessárias outras infraestruturas importantes para apoiar a modernização e o crescimento da economia timorense, incluindo infraestruturas digitais e infraestruturas de transporte e logística para o comércio, bem como para apoiar o desenvolvimento industrial.

Em 2021 o FI terá um orçamento total de 339,6 milhões de dólares, destinado a 21 programas (incluindo empréstimos e custo operacional \$1,1 milhões). O programa de estradas e pontes é o maior, representando 33% do total. Seguem-se o Sistema Informático (13%) e projetos financiados através de empréstimos (21%). O orçamento restante é alocado para os outros programas do FI, que incluem entre outros o setor da eletricidade, a defesa e segurança, os edifícios públicos, a água e saneamento e a agricultura. O orçamento para 2021 foi alocado para projetos cujos contratos já foram assinados e para os quais o governo precisa fazer pagamentos até ao final de 2021, bem como para projetos prioritários nas áreas da educação, saúde e defesa e segurança, relacionados com a proteção das fronteiras terrestres e a prevenção do COVID-19.

Tabela 24: Orçamento e projeções para o Fundo de Infraestruturas, em milhões de dólares

Programas de Infraestruturas	2019 concr.*	2020 orçam.	2021 orçam.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
<b>Total do Orçamento (excluindo SGP, incluindo empréstimos)</b>	276,0	184,1	338,5	829,5	708,1	327,9	206,9

<b>Programas de Infraestruturas</b>	<b>2019 concr.*</b>	<b>2020 orçam.</b>	<b>2021 orçam.</b>	<b>2022 proj.</b>	<b>2023 proj.</b>	<b>2024 proj.</b>	<b>2025 proj.</b>
<b>Total do Orçamento (excluindo SGP e empréstimos)</b>	226,2	124,1	267,8	760,7	641,4	251,1	129,9
Agricultura	1,0	1,2	3,8	36,0	33,7	11,6	0,7
Água e saneamento	0,3	2,6	3,4	45,5	33,2	6,1	0,5
Desenvolvimento urbano e rural	4,3	2,3	6,2	13,1	5,9	3,1	2,5
Edifícios públicos	1,0	3,3	7,7	47,2	61,8	30,8	6,1
Educação	0,2	0,1	4,8	39,0	49,9	28,8	3,4
Eletricidade	9,9	4,3	18,3	1,9	0,7	0,0	0,0
Informática	4,1	2,6	41,6	14,7	8,4	2,3	0,0
Saúde	0,1	0,2	4,8	7,1	5,1	1,8	0,0
Segurança e Defesa	2,5	3,8	13,9	36,6	26,5	9,5	1,5
Solidariedade Social	0,0	0,6	1,0	2,7	1,1	0,4	0,0
Tasi Mane	45,3	2,0	8,5	286,4	289,5	113,0	108,8
Aeroportos	5,3	4,0	19,8	35,4	27,5	13,7	0,0
Preparação de desenhos e supervisão	0,2	3,6	9,4	17,5	7,5	2,5	0,0
Estradas	134,7	80,0	105,2	118,3	51,7	19,1	2,7
Pontes	9,1	3,5	4,9	2,8	5,3	0,8	0,0
Portos	0,2	2,0	1,8	5,4	5,4	1,2	0,8
Turismo	0,1	0,0	0,7	0,3	0,0	0,0	0,0
Sistema financeiro para apoio a infraestruturas	3,2	3,1	2,9	4,2	3,0	3,0	3,0
Juventude e desporto	0,4	0,6	2,0	9,6	10,4	3,5	0,0
Manutenção e reabilitação	4,4	4,3	6,9	37,0	14,7	0,0	0,0
Programa de empréstimos	49,8	60,0	70,7	68,8	66,7	76,8	77,0

Fonte: Secretariado dos Grandes Projetos, Ministério do Planeamento e Ordenamento Território, 2020.

\*Execução orçamental concreta em 2019 segundo os registos do FreeBalance.

### 2.5.1.3 Despesa por projetos financiados através de empréstimos

Prevê-se que a despesa com projetos financiados por empréstimos atinja os 70,7 milhões de dólares em 2021, conforme mostrado na tabela abaixo. Isto representa um aumento de 17,8% comparativamente com a alocação no Orçamento de Estado para 2020, em resultado do arranque de novos projetos após o hiato em 2020 devido à pandemia de COVID-19 e aos períodos de estado de emergência. A Secção 2.6.3 contém uma descrição detalhada destes projetos.

Tabela 25: Despesa com projetos financiados através de empréstimos, em milhões de dólares

	<b>2019 concr.</b>	<b>2020 orçam.</b>	<b>2021 proj.</b>	<b>2022 proj.</b>	<b>2023 proj.</b>	<b>2024 proj.</b>	<b>2025 proj.</b>
Despesa com empréstimos	49,8	60,0	70,7	68,8	66,7	76,8	77,0

Fonte: Ministério das Finanças e Ministério do Planeamento e Ordenamento Território, 2020.

### 2.5.1.4 Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano

O Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH), criado em 2011, tem como principal objetivo desenvolver os recursos humanos nas áreas prioritárias estratégicas, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional. Os programas financiados através do FDCH

estão classificados em quatro grupos principais, nomeadamente: Formação vocacional, formação técnica, bolsas de estudo e outros tipos de formação.

O programa de formação profissional visa sobretudo formar jovens numa língua estrangeira para poderem procurar oportunidades de trabalho no estrangeiro, bem como formação na indústria. O programa de formação técnica abrange atividades de formação referentes à administração pública, como parte do programa de desenvolvimento profissional para melhorar a capacidade dos funcionários públicos em todos os departamentos governamentais. O programa de bolsas de estudo pretende aumentar os conhecimentos e as qualificações necessários para o desenvolvimento socioeconómico do país. Abrange concessões e bolsas de estudo para filhos de veteranos, funcionários públicos, professores em universidades privadas e jovens sem recursos. O programa de outros tipos de formação abrange programas relacionados com investigação, estudos, inspeção, estágios profissionais para promover os elementos que terminam bolsas de estudo do FDCH, etc.

O orçamento total do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH) no Orçamento de Estado para 2021 é de 12.995 milhões de dólares. Este montante servirá para financiar os 4 tipos de programas de formação e 59 atividades de 16 instituições governamentais. O montante alocado em 2021 é baixo quando comparado com os montantes de anos anteriores (à exceção de 2020, quando o orçamento foi de apenas 10,7 milhões de dólares).

A tabela seguinte resume as alocações orçamentais para o FDCH por programa. Tal como se pode ver na Tabela 26, a maior parte das verbas é alocada ao programa de bolsas de estudo, representando mais de metade (60,0%) do orçamento total. Seguem-se o programa de formação técnica (24%), o programa de outros tipos de formação (8%) e o programa de formação profissional (8%).

Em virtude da pandemia de COVID-19 houve determinadas restrições à implementação de programas do FDCH em 2021, incluindo a suspensão de todas as ações de formação no estrangeiro, tanto de curta como de longa duração (novas bolsas de estudo).

Tabela 26: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano por programa, em milhões de USD

	2019 concr.	2020 orçam.	2021 orçam.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 concr.
<b>Total do FDCH (por programa)</b>	<b>17,7</b>	<b>10,7</b>	<b>12,995</b>	<b>25,8</b>	<b>26,8</b>	<b>27,8</b>	<b>28,9</b>
Formação vocacional	3,3	0,8	1,078	3,7	3,8	3,9	4,1
Formação técnica	5,3	1,3	3,146	7,2	7,5	7,8	8,1
Bolsas de estudo	7,0	6,8	7,764	12,5	13,0	13,5	14,0
Outros tipos de formação	2,1	1,9	1,007	2,4	2,5	2,6	2,7

Fonte: Secretariado do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, 2020.

## 2.5.2 Alocações ministeriais

A Tabela 27 resume as alocações finais às linhas ministeriais.

Tabela 27: Alocações propostas a linhas ministeriais, em \$000

Setor do PED	Ministério	Proposta de Orçamento para 2020
<b>Desenvolvimento Económico</b>	Ministério da Agricultura e Pescas	31.964
	Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	85.573
	Ministério de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos	2.117

Setor do PED	Ministério	Proposta de Orçamento para 2020
	Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	11.802
	Secretaria de Estado da Política de Formação Vocacional e Emprego	6.244
	Secretaria de Estado para o Setor Cooperativo	7.623
<b>Desenvolvimento de Infraestruturas</b>	Ministério do Planeamento	15.211
	Ministério das Obras Públicas	240.674
	Ministério dos Transportes e Comunicações	13.348
<b>Quadro Institucional</b>	Dotações para Todo o Governo	228.533
	Ministro de Estado para a Presidência do Conselho de Ministros	5.023
	Ministério da Defesa, incluindo a FDTL	39.222
	Ministério das Finanças	34.133
	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	26.738
	Ministério do Interior, incluindo a PNTL	54.459
	Ministério da Justiça	15.523
	Ministério da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares, incluindo SECS	9.930
	Ministério da Administração Estatal	52.809
	Primeiro-Ministro	10.267
<b>Capital Social</b>	Ministério da Educação, Juventude e Desporto, incluindo a SEJD	111.478
	Ministério da Saúde	58.848
	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, incluindo a SEAC	6.320
	Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	104.521
	Ministério da Solidariedade Social e Inclusão	19.943
	Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	2.554
	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	2.955
	Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	9.476

Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

### 2.5.3 Compromissos de parceiros de desenvolvimento

Está previsto que o apoio dos parceiros de desenvolvimento desça quase 16% em comparação com os valores de 2020. Isto sucede por duas razões. Em primeiro lugar, a pandemia de coronavírus criou uma necessidade considerável de despesa acrescida em Timor-Leste para proteger a nação contra a potencial disseminação do COVID-19. Em segundo lugar, o reporte dos doadores referentes a 2020 foi conduzido a meio de 2020, pelo que os parceiros de desenvolvimento tiveram uma noção mais clara de quanto iriam desembolsar até ao final do ano. Note-se por favor que os programas de Apoio Orçamental Direto da União Europeia não estão incluídos nestes valores.

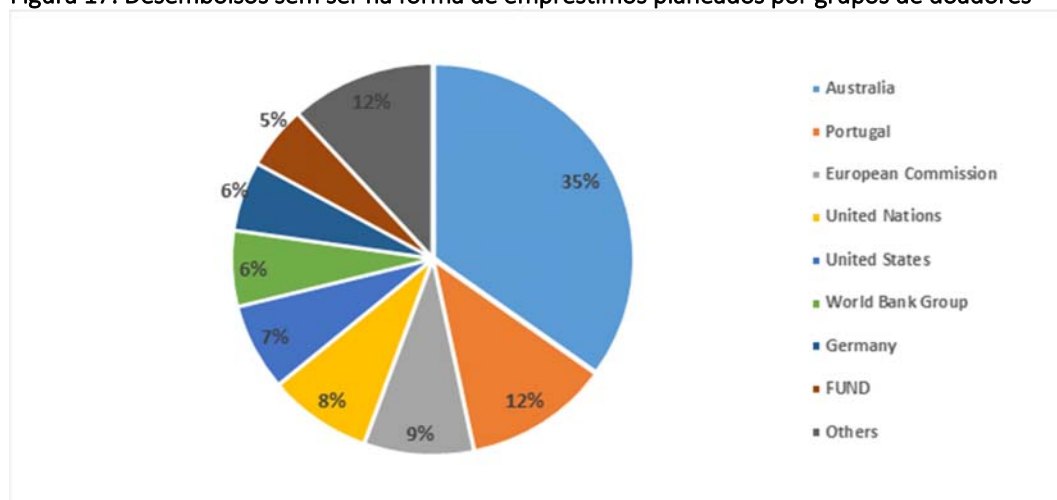
Figura 16: Desembolsos de doadores sem ser na forma de empréstimos entre 2016 e 2024, em milhões de dólares



Fonte: Portal de Transparência da Ajuda (PTA), relatório gerado a 28 de setembro de 2020.

Os cinco grupos de doadores com maiores montantes de financiamento previstos para 2021 são: Governo da Austrália, com 54,2 milhões de dólares (35,0% do total); Portugal, incluindo financiamento do Instituto Camões, com 18,2 milhões (11,8% do total); União Europeia, com 13,7 milhões (8,9% do total)<sup>[1]</sup>; Nações Unidas, com 12,9 milhões (8,3% do total); e Estados Unidos da América, com 11,1 milhões (7,2% do total). A Parte 5 do Livro 5 do Orçamento contém detalhes sobre desembolsos de doadores e agências executoras.

Figura 17: Desembolsos sem ser na forma de empréstimos planeados por grupos de doadores



Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2020.

<sup>[1]</sup> Este valor não inclui os aproximadamente 8 milhões de dólares a serem fornecidos ao Tesouro do GTL através de Apoio Orçamental Direto. Este financiamento visa apoiar os esforços do Governo no que diz respeito à Reforma da GFP, Descentralização e Nutrição.



## 2.6 Financiamento

### 2.6.1 Definição de financiamento

A despesa total orçamentada para 2021 é superior às receitas domésticas que serão cobradas durante o mesmo período. Isto resulta num défice não-petrolífero (receitas domésticas menos despesas), o qual é financiado através de levantamentos a partir do Fundo Petrolífero (FP), empréstimos e uso do saldo de caixa (contas do Tesouro e da RAEOA/ZEESM), assim como de Apoio Orçamental Direto por parte da União Europeia. Os levantamentos a partir do FP podem ser num montante sustentável, utilizando as receitas do Fundo, ou podem ultrapassar o nível sustentável (ver secção seguinte). A Tabela 28 mostra o valor com que contribui cada um dos itens de financiamento seguintes.

**Tabela 28:: Fontes de financiamento, 2021 a 2025, em milhões de dólares**

	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Total do financiamento</b>	<b>1.156,5</b>	<b>1.704,7</b>	<b>1.678,3</b>	<b>1.382,9</b>	<b>1.456,8</b>
Levantamentos excessivos a partir do FP	829,7	1.641,8	1.627,4	1.346,3	1.453,0
Uso do Saldo de Caixa	247,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Uso do Saldo de Caixa do Tesouro	150,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Uso do Saldo de Caixa da RAEOA/ZEESM	97,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos (desembolsos)	70,7	53,9	45,9	33,8	77,0
União Europeia (AOD)	9,1	9,0	5,0	2,8	2,8

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020.

### 2.6.2 RSE e Levantamentos Excessivos

Existem razões económicas importantes para fazer a distinção entre receitas e itens de financiamento. As receitas domésticas resultam de impostos pagos por empresas e indivíduos em Timor-Leste relativamente à produção e aos rendimentos. O RSE é o montante que pode ser retirado do FP a cada ano, sem com isso vir a esgotar o Fundo. Gastar somente até ao total das receitas (receitas domésticas e RSE) mantém a sustentabilidade fiscal e constitui o nível de despesa de referência para entender a tendência a longo prazo das finanças governamentais. O RSE pode assim ser considerado receita. O Governo alterou a definição de receitas para passar a incluir o RSE, uma vez que isto torna mais claro o que é sustentável em termos fiscais.

O RSE é igual a 3% da riqueza petrolífera líquida, o que corresponde a 547,9 milhões de dólares em 2021. Isto constitui um aumento ligeiro em comparação com o RSE de 2020, resultante do aumento no saldo do Fundo Petrolífero. A Secção 2.4.2.1. do presente Livro Orçamental contém mais detalhes sobre o RSE e sobre a riqueza petrolífera.

O Governo tenciona levantar 829,7 milhões acima do RSE em 2021. Este valor é quase o dobro do registado em 2020, ano em que os levantamentos acima do RSE totalizaram 419,6 milhões. Os levantamentos excessivos estão em linha com a política governamental de concentração de despesas nos primeiros anos e são utilizados para financiar infraestruturas de base e capital humano, essenciais para o crescimento a longo prazo.

### 2.6.3 Empréstimos externos

O Governo tem vindo a implementar um programa de desenvolvimento de infraestruturas como uma das principais estratégias para tornar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos até 2030, tal como previsto no Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2011 a 2030. Todavia a concretização deste objetivo requer recursos financeiros substanciais que com frequência não existem a nível interno em quantidade suficiente e em termos favoráveis, o que torna assim indispensável a contração de empréstimos externos. Isto permite ao país investir e consumir para lá dos limites da sua capacidade interna de produção, o que possibilita mais celeridade a nível de crescimento económico e do alívio da pobreza.

Tal como muitos outros estados pequenos e jovens, Timor-Leste contrai atualmente empréstimos concessionais junto de agências de governos ou Bancos de Desenvolvimento Multilateral. Por definição, empréstimos concessionais são empréstimos que têm taxas de juros inferiores às do mercado, períodos de graça, ou uma combinação de ambos. Por norma os empréstimos concessionais têm períodos de graça longos.

A tabela seguinte estima a concessionalidade de usar empréstimos concessionais comparativamente com levantar dinheiro a partir do Fundo Petrolífero, refletindo a natureza favorável de grande parte da dívida acordada com instituições financeiras internacionais.

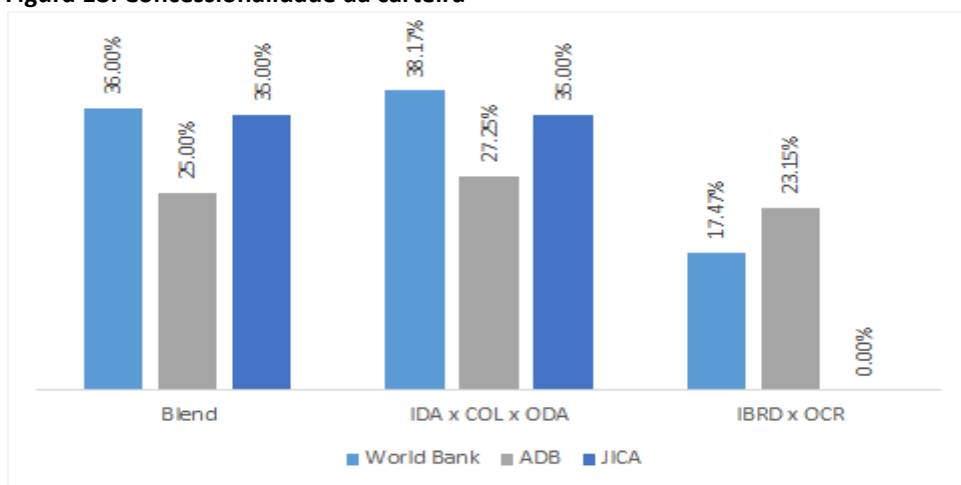
**Tabela 29: Estimativas de concessionalidade**

IFIs/Programa	Montante do empréstimo inicial (milhões de dólares)	Moeda	Ajuste da taxa de câmbio a 30 de junho de 2020	Maturidade (anos)	Período de graça (anos)	Estimativa da média das taxas de juro (%)	Comissão inicial (%)	Concessionalidade (%)
<b>Banco Asiático de Desenvolvimento</b>								
COL	117,02	USD, DES	114,73	25,50	5,20	2,00	-	27,25
OCR	154,63	USD, DES	154,63	25,00	5,00	2,20	-	23,15
Total	271,65		269,36					
<b>Banco Mundial</b>								
IDA	119,20	USD, DES	119,24	32,00	7,50	1,5	0,25	38,17
IBRD	15,00	DES	15,00	28,00	8,00	3,00	-	17,47
Total	134,20		134,24					
<b>JICA</b>								
ODA	68,70	JPY	49,00	30	10	0,61	-	49,53**

Fonte: Ministério das Finanças, 2020

Parece haver uma relação de concessionalidade inversa entre os fundos de empréstimos do BAoD e do BM. Embora seja mais barato obter um empréstimo de taxa fixa do AID-Banco Mundial, o empréstimo de taxa flutuante do ADB, OCR, oferece maior concessionalidade do que o BIRD. Por outro lado, apesar de ter a maior percentagem de 49,53% no ponto de originação do empréstimo, o nível de concessionalidade do empréstimo da JICA flutua significativamente ao longo dos anos devido à desvalorização da moeda.

**Figura 18: Concessionalidade da carteira**



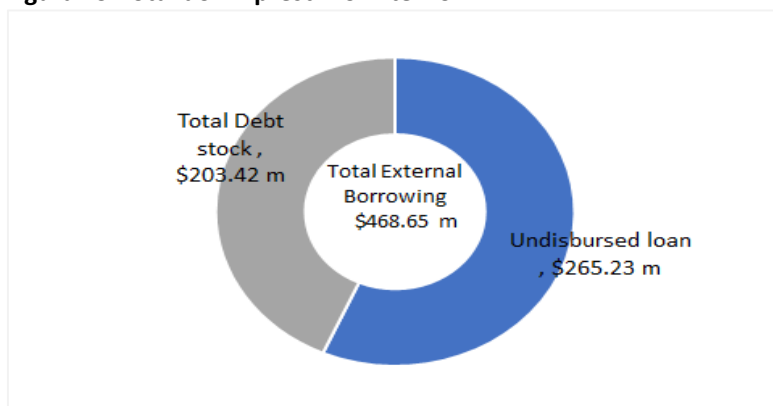
Fonte: Ministério das Finanças, 2020

No nível da carteira, até agora o BIRD e IDA do Banco Mundial oferece o pacote de empréstimos mais competitivo. Embora o ADB atualmente esteja abaixo dos outros, o seu nível de concessionalidade pode ser ainda mais aprimorado por meio da concessão de empréstimos mais concessionais com taxas fixas.

### Total do Empréstimo Externo

No final de junho de 2020, o total dos contratos de empréstimo assinados era de US \$ 474,57 milhões, dos quais US \$ 5,92 milhões foram amortizados desde 2017, resultando em um saldo de US \$ 468,65 milhões. O saldo é um empréstimo total. É composto pelo total da dívida pendente desembolsada e pelos empréstimos não desembolsados. A parcela dos empréstimos não desembolsados correspondeu a US \$ 265,23 milhões e os desembolsados pendentes totalizaram US \$ 203,42 milhões.

**Figura 19: Total do Empréstimo Externo**



Fonte: Ministério das Finanças, 2020

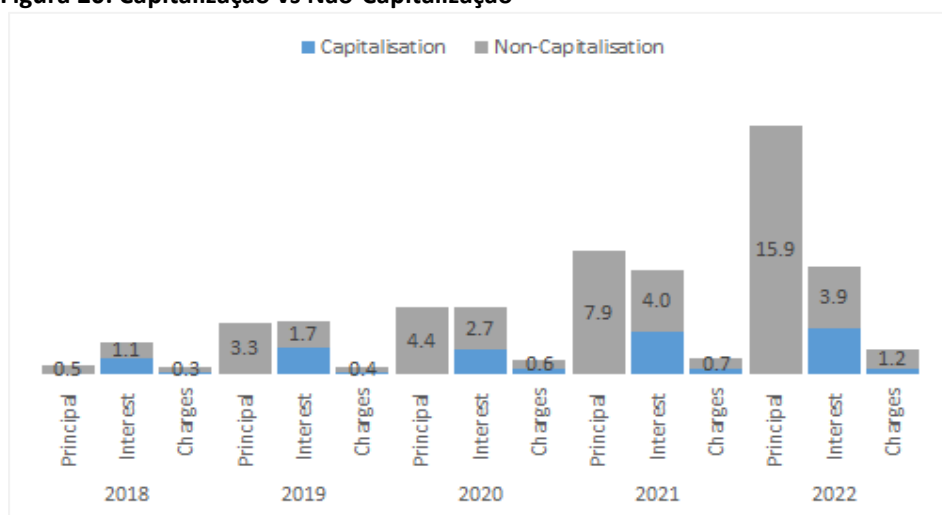
### Serviço de débito

O serviço da dívida inclui o pagamento de juros, principal e outros encargos diversos. Durante os períodos de graça, exceto o reembolso do principal, alguns dos componentes do custo são

normalmente pagos a partir de contas de empréstimo também conhecidas como capitalização. Isso inclui juros, encargos de compromisso e outras taxas e encargos.

Visto que a maioria dos períodos de graça de empréstimos em andamento está chegando ao fim, o valor do serviço da dívida que deve ser liquidado em dinheiro como parte dos pagamentos do serviço de empréstimo aumenta significativamente. Enquanto em 2018 a proporção de não capitalização para capitalização é de apenas 2 para 1, os números comparativos aumentam para 7 para 1 em 2022.

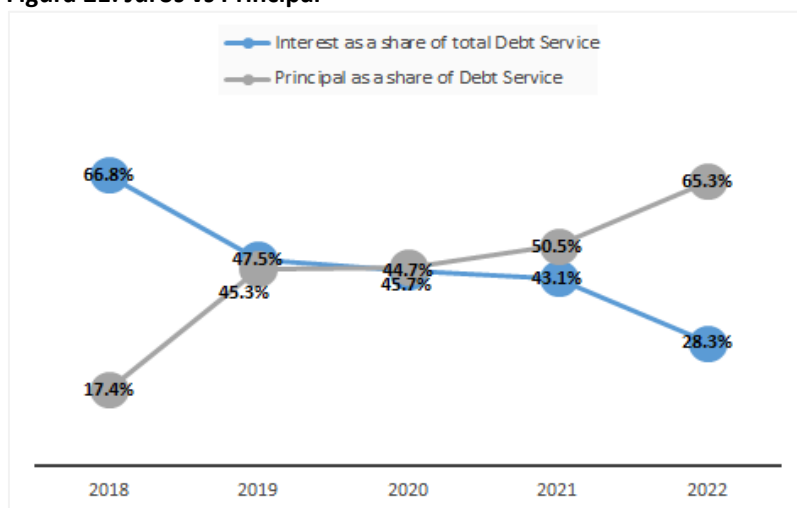
**Figura 20: Capitalização vs Não-Capitalização**



Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

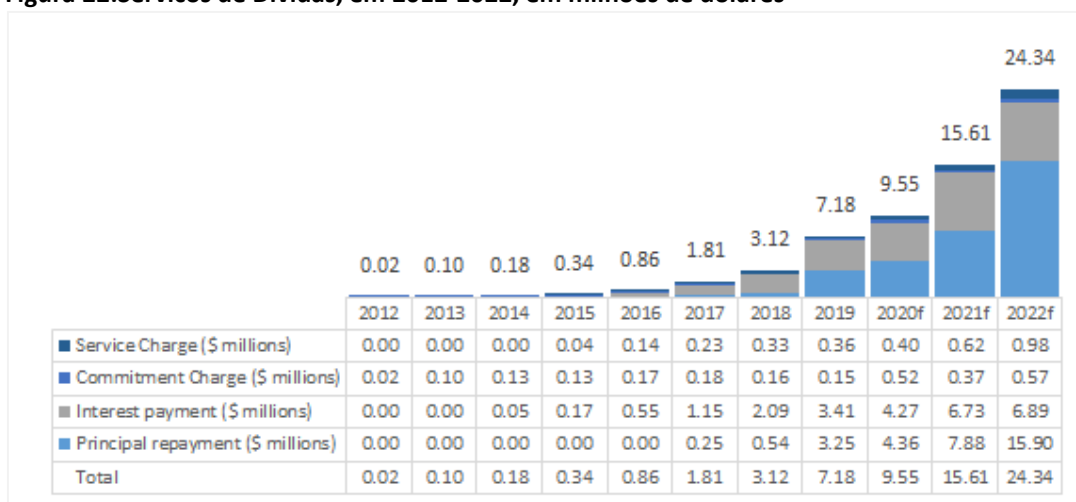
Conforme ilustrado a seguir, a tendência ocorre em consequência do montante dos pagamentos sobre o principal dos empréstimos ultrapassa o montante dos pagamentos de juros. O ponto de cruzamento em 2020 é de cerca de US \$ 4,3 milhões.

**Figura 21: Juros vs Principal**



Fonte: Ministério das Finanças, 2020.

**Figura 22: Serviços de Dívidas, em 2012-2022, em milhões de dólares**



Fonte: Ministério das Finanças, 2020

### Operação de gestão da dívida

O objetivo da gestão da dívida é gerir a dívida pública de forma a minimizar o custo da dívida a longo prazo, tendo em consideração o risco na sua gestão no âmbito da sustentabilidade fiscal. Isto inclui a configuração do equilíbrio adequado entre a dívida pública e as variáveis fiscais, bem como a gestão de risco.

### Mudanças no stock da dívida externa

O stock da dívida externa total permanece administrável, aumentando em 27%, de \$ 248,27 milhões, no final de 2020, para \$ 311,09 milhões, no final de 2021. Este aumento decorre principalmente de um aumento esperado nos desembolsos, relativo a 2020 e da contratação do novo projeto de construção da estrada nacional de Aituto-Letefoho.

**Tabela 30: Indicadores da dívida externa, 2017-2021, % PIB e receita**

	2017	2018	2019	2020f	2021f
Total Dívida Externa em Relação ao PIB	6.7%	9.2%	11.9%	16.3%	20.0%
Total do Serviço de Dívida em Relação às Receitas	0.3%	0.4%	1.0%	1.3%	2.2%
Em milhões de dólares americanos, salvo indicado em contrário					
Itens de memorando					
Total da Dívida Externa	107.10	145.71	192.20	248.27	314.60
Serviço de Dívida	1.81	3.12	7.18	9.55	15.61
GDP	1590.50	1578.10	1620.00	1523.00	1572.00
Receita	671.15	741.17	720.67	716.75	719.76

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020. Nota: O PIB figura para o Y2019 é uma estimativa. F = previsão

Apesar do aumento contínuo no valor do stock da dívida externa, a previsão da dívida em relação ao PIB em 2021 permanece abaixo da carga da dívida e dos limites de referência estabelecidos no Quadro de Sustentabilidade da Dívida do FMI / BM para Países de Baixo Rendimento. Sendo

avaliado como um país com capacidade de carga de dívida a um nível moderado, o limite da dívida de Timor-Leste está atualmente definido em 40 por cento.

O rácio entre o serviço da dívida total e as receitas permanece estável, aumentando cerca de 0,8 pontos percentuais para 2,2 por cento em 2021, principalmente devido ao início do reembolso do principal de vários empréstimos. O maior reembolso do principal, por sua vez, aumenta a taxa de declínio do montante da dívida externa pendente. O valor de referência do limite de endividamento desse índice é de 18%. Estes aumentos marginais nos indicadores não diminuiram a forte posição de sustentabilidade da dívida de Timor-Leste.

O rácio entre o serviço da dívida total e as receitas permanece estável, aumentando cerca de 0,8 pontos percentuais para 2,2 por cento em 2021, principalmente devido ao início do reembolso do principal de vários empréstimos. O maior reembolso do principal, por sua vez, aumenta a taxa de declínio do montante da dívida externa pendente. O valor de referência do limite de endividamento desse índice é de 18%. Estes aumentos marginais nos indicadores não diminuiram a forte posição de sustentabilidade da dívida de Timor-Leste.

**Tabela 31: Riscos de câmbio e juros**

Indikadores Riskus ba Periodu 2018-2021					
	2017	2018	2019	2020f	2021f
Total da participação da dívida em US dolare	75%	76%	73%	69%	67%
Total da participação de não-dolar	25%	24%	27%	31%	33%
Total da participação da dívida de taxa flutuante	47%	49%	47%	45%	41%
Total da participação de taxa fixa	53%	51%	53%	55%	59%
USD milhões					
Item					
Dívida em Dolares americanos	80.04	110.17	139.83	171.81	209.76
Total dívida de taxa flutuante	50.70	70.68	90.41	110.48	129.86

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020

## Risco

Além disso, o governo também continua a exercer uma gestão prudente dos riscos associados à gestão da dívida externa. Isso inclui a gestão de riscos de taxas de juros e câmbio. Ao longo do período, a carteira da dívida externa é maioritariamente denominada em taxas de juros fixas e em dólares americanos. A alta parcela da dívida de taxa fixa contraída aos credores externos ajudou a reduzir o risco da taxa de juros do governo e a manter o custo do serviço da dívida em um nível sustentável. Espera-se que a participação total da dívida ao da taxa fixa na dívida externa aumente de 55%, em 2020, para 59% em 2021. A taxa da dívida externa fixa foi adquirida de credores externos como o ADB, JICA e WB.

Sobre a taxa de câmbio, o governo também se beneficiou muito do dólar americano como a moeda de financiamento mais importante em sua carteira de dívida externa, visto que a economia de Timor-Leste é altamente dolarizada. Isto ajuda a mitigar a dívida externa contra a volatilidade das mudanças nas taxas de câmbio. Embora a proporção entre as dívidas em dólares dos EUA e as dívidas em moedas dos outros países mostre uma ligeira tendência de queda após o ano de 2018, a magnitude é relativamente grande e mantida ao longo dos anos com uma proporção esperada de cerca de 2 para 1. Isso significa que para cada dívida adicional acima de 60 por cento provavelmente será denominado em dívidas em dólares americanos.

## Sustentabilidade da dívida externa

A sustentabilidade da dívida refere-se à capacidade do governo de cumprir as suas obrigações atuais e futuras do serviço da dívida sem exigir a renegociação da dívida, a reestruturação da dívida ou a realização de grandes ajustes implausíveis na política. Na avaliação da sustentabilidade da dívida, o método mais geralmente usado é utilizar uma ferramenta desenvolvida em conjunto pelo Banco Mundial-Fundo Monetário Internacional, conhecido como o novo quadro de sustentabilidade da dívida (DSF) para Países de Baixo Rendimento (PBR), implementado desde julho de 2018 onde a capacidade de carga da dívida de Timor-Leste é atualmente avaliada como “moderada” com um baixo risco de endividamento angustiante usando os indicadores macroeconómicos específicos do país e a Política Nacional e Avaliação Institucional (CPIA) do Banco Mundial.

Conforme mostrado, a dívida externa do governo permanece sustentável, uma vez que as condições necessárias para a sustentabilidade da dívida se mantêm durante o período de projeção. Embora os rácios da dívida permaneçam bem abaixo dos seus respectivos limiares, os indicadores de risco são consistentes com o perfil de risco da nota de política de empréstimos do governo.

Internamente, embora as leis ou regulamentos específicos sejam desenvolvidos sobre como a sustentabilidade da dívida deve ser interpretada e implementada, a prática até agora para a sustentabilidade da dívida externa tem sido que qualquer empréstimo a ser tomado pelo governo deve ter um grau considerável de concessionalidade ou os custos financeiros globais do empréstimo devem ser inferiores ao custo de oportunidade do levantamento de fundos do Fundo Petrolífero.

**Tabela 32: O Custo de Dívida VS Retorno de Investimento do FP**

Ano	Retorno de investimento Anual do FP %	Retorno de Investimento desde o início do FP %	Empréstimo com custos totais %
2017	10.36	4.36	1.7
2018	-2.63	3.82	2
2019	13.25	4.45	2.3
Aug-20	6.47	4.68	1.4
2021f	3.8	3.8	1.84
2022f	3.8	3.8	2.3
2023f	3.8	3.8	2.2

Fonte: Ministério das Finanças, 2020. F= forecast.

O custo dos empréstimos do governo foi mantido abaixo do retorno do Investimento Petrolífero, garantindo que os custos futuros do serviço da dívida permaneçam dentro da sua capacidade de reembolso. A tendência deve continuar no médio prazo até mudanças na classificação do país por novo nível de renda. Timor-Leste está atualmente classificado por Instituições Financeiras Internacionais como um país de baixo rendimento, o que o ajuda a beneficiar mais de empréstimos concessionais.

## Progresso do projeto

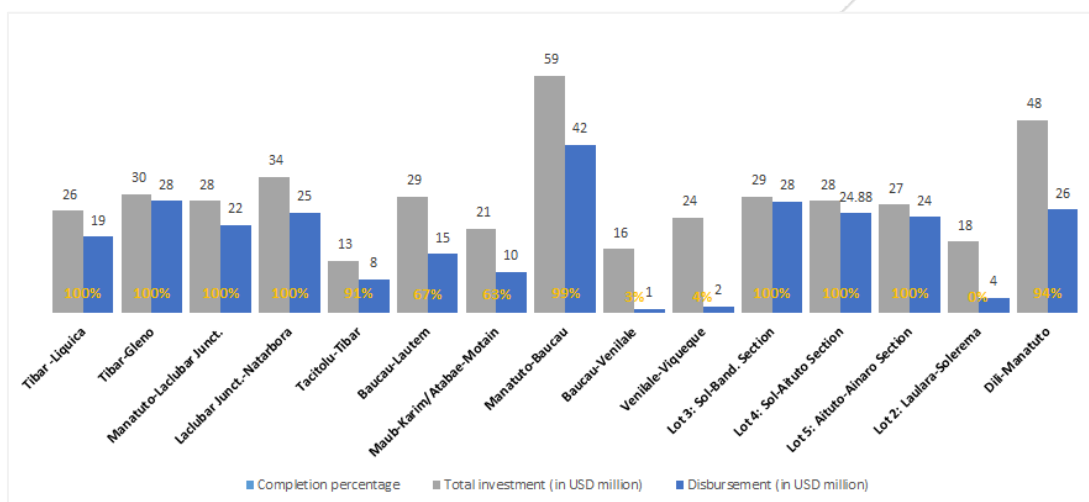
Durante o período entre 2012 e 2020, o governo tem investido fortemente em grandes projetos de infraestrutura rodoviária por meio de empréstimos concessionais. Os recursos são

atualmente usados para financiar 15 projetos de construção em andamento, dos quais 7 já estão concluídos e 3 devem ser finalizados até o final de 2020. No total, isto representa uma taxa de realização de aproximadamente 67%.

Os três projectos quase concluídos incluem troços de quatro faixas de Tibar (Porto) -Tacitolu, estradas Dili-Manatuto, e estradas Manatuto-Baucau. Por outro lado, os 5 projetos de construção em curso referem-se às estradas que ligam Baucau-Lautem, Atabae-Motain / Maubara-Karimbala, Laulara-Solerema, Baucau-Venilale, e Venilale-Viqueque. Os últimos três troços de estradas são projetos relativamente novos, pois as obras de construção estavam apenas começando em meados de 2019. Por esse motivo, o andamento dos projetos ainda é baixo, quase 4%.

Além disso, um novo empréstimo concessional também foi assinado com o Banco Mundial para implementar troços de estradas de Gleno-Aituto-Letefoho-Hatuibilico-Gleno. O projeto está atualmente em fase de preparação para aquisição.

**Figura 23: Por projeto, andamento da construção em junho de 2020, desembolso, e preço do contrato**



Fonte: Ministério das Finanças, 2020

Em dólares, a contribuição total de capital feita por este investimento é de \$ 429,85 milhões, que é por uma proporção do investimento total, os empréstimos concessionais contribuíram com aproximadamente 62%. Desta taxa, \$ 157,07 milhões foram desembolsados, deixando um saldo de \$ 109,33 milhões a ser gasto nos próximos 2 a 3 anos, de acordo com as estimativas de duração do projeto. Por outro lado, a contribuição do estado para o orçamento geral relativo ao contrato de Obras Civas foi de \$ 163,45 milhões, com uma estimativa restante de \$ 43,77 milhões para desembolsos posteriores.

**Tabela 33: Total Investimento em Obras Civas, \$ milhões**

Fontes do Financiamento	Total Investimento em Obras Civas	Desembolsos a partir de junho 2020	Saldo de Contrato
Financiamento de Empréstimo	266.4	157.07	109.33
Contribuição do Estado	163.45	119.68	43.77
Total	429.85	276.75	153.09

Fonte: Ministério das Finanças, 2020

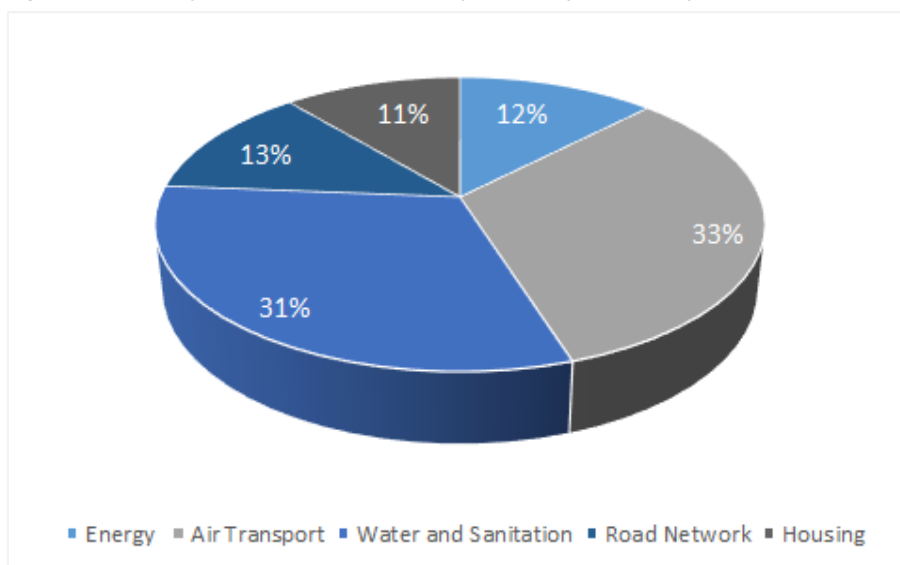


É importante observar que desde que os projetos crescem em tamanhos e complexidades, é necessário fazer ajustes na organização hierárquica de gestão de projetos em andamento. Sobre isso, o Governo está planejando estabelecer dois níveis de hierarquia de Unidades de Gestão de Projetos com o objetivo de melhorar a execução e conclusão do projeto. As funções e responsabilidades podem variar dependendo de quais atividades serão atribuídas às unidades de acordo com os ciclos de vida da gestão de projetos.

### Empréstimos futuros

Uma infraestrutura bem estabelecida é crítica para o desempenho de diversificação econômica, sustentabilidade do desenvolvimento de longo prazo e redução da pobreza. Apoia o desenvolvimento dos investimentos privados e a criação de empregos. Embora os investimentos em infraestrutura até agora tenham se concentrado no desenvolvimento de redes de estradas, energia, água e saneamento, habitação e aeroporto também constituem um programa de investimento prioritário a ser desenvolvido e apoiado financeiramente por meio de um novo pacote de empréstimos concessionais. Para este ano, o governo está propondo US \$ 400 milhões como teto de empréstimo para negociação com credores potenciais.

**Figura 24: Alocação setorial do Teto Proposta Empréstimos para 2021**



Fonte: Ministério das Finanças, 2020

Cumprindo a prioridade de desenvolvimento do setor social, mais de 50% do teto é alocado para as principais infraestruturas relevantes para atender às necessidades dos pobres, permitindo um melhor acesso a água potável, eletricidade e habitação acessível. Outro setor social chave é a educação, que é fundamental para o desenvolvimento humano. O limite máximo do empréstimo para 2020 já inclui o projeto BEST financiado pelo BM com o objetivo de fortalecer o sistema educacional básico em Timor-Leste. A implementação do projeto começa em 2021. O desenvolvimento do Aeroporto de Díli e redes rodoviárias, por outro lado, ajudariam a aliviar os constrangimentos de acesso aos mercados locais e globais, reduzindo os custos de transporte.

**Tabela 34: Total Desembolsos do Empréstimo, 2020-2024, \$milhões**

	Total	2020	2021	2022	2023	2024
Empréstimos	342.99	60.00	70.70	68.76	66.73	76.8

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2020

#### 2.6.4 Títulos do Governo (títulos soberanos)

A proposta da lei do Orçamento para 2021 inclui a proposta com teto de \$20 Milhões de dólares americanos para a possível emissão de títulos de dívidas públicas, para além do teto de \$400 Milhões de empréstimos concessionais, como sendo uma fonte combinada de \$420 Milhões de dívidas públicas, dependendo da aprovação do quadro jurídico dos títulos do governo durante o ano de 2021.

A emissão de títulos da dívida pública é a fonte preferida de empréstimos do governo entre as economias desenvolvidas, contudo nas últimas décadas tornou-se cada vez mais popular entre os países em desenvolvimento de rendimento baixo.

De acordo com os dados da FMI, desde 1995, 49 mercados emergentes e as economias em desenvolvimento têm emitido desde então títulos de soberania, pelo menos uma vez, espalhados entre títulos do mercado de capitais, empréstimos sindicados e colocações privadas, tentados pelo aumento do interesse dos investidores.

A partir de 2010, à medida que o apetite pelo risco melhorou e as taxas de juros globais diminuíram ainda mais, os investidores internacionais, inclinados a diversificar sua carteira de ativos, retomaram sua busca por rendimento num ambiente de taxas de juros baixas e os soberanos aproveitaram as baixas taxas de juros globais para se financiarem em mercados internacionais. Como resultado, as emissões de títulos entre mercados emergentes e economias em desenvolvimento aumentaram consideravelmente.

Isto representa uma oportunidade para Timor-Leste proporcionar uma diversificação das fontes de financiamento, para além dos empréstimos concessionais e levantamentos do Fundo Petrolífero, podendo eventualmente atingir uma taxa de juro inferior a esses, revelando-se assim mais atrativos.

A recente criação do Fundo de Reserva da Segurança Social, que por lei deve investir parte dos seus fundos em títulos públicos nacionais (títulos soberanos do Governo), deverá proporcionar a procura necessária para iniciar pequenas emissões sindicadas e / ou colocações privadas com a maturidade de curto prazo. Se tiver sucesso, emissões mais substanciais podem ocorrer nos anos subsequentes.

A regulamentação das obrigações, e a sua subsequente emissão, deve resultar de uma ampla discussão sobre a política de financiamento do Governo a médio prazo, a sua relação com os instrumentos existentes (nomeadamente empréstimos concessionais) e deve beneficiar da experiência de parceiros internacionais como o Banco Mundial e o IMF.

O regulamento deve definir os instrumentos específicos a serem utilizados, o emitente, o tipo de emissão, o tipo de investidor autorizado, a taxa de juro e o prazo maturidade do título/ da obrigação, entre outros elementos.

Na sequência de recomendações para avançar com a regulamentação e emissão de obrigações, nomeadamente do Parlamento Nacional, o Governo propõe um teto de atribuição específica de títulos na proposta da Lei do Orçamento de 2021, de modo a não utilizar o teto dos empréstimos concessionais de US \$ 400 milhões, para permitir que o processo deva avançar em 2021, se possível.

## 2.6.5 Uso do saldo de caixa

O saldo de caixa total a ser utilizado para financiar o Orçamento de Estado para 2021 é de 247,0 milhões de dólares. Deste valor, 150,0 milhões vêm do Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL) detido na Conta do Tesouro e os restantes 97,0 milhões vêm dos saldos de caixa detidos pela RAEOA/ZEESM. Não se prevê o transporte de saldos de caixa do FDCH a partir de 2020.

Tabela 35: Uso do saldo de caixa em 2021, em milhões de dólares

	2021
O Saldo de Caixa de FDCH	0,0
Balanco para Financiamento Despesas em 2021	150,0
O saldo de Caixa de RAEOA-ZEEMS	97,0
<b>Total Saldo de Caixa</b>	<b>247,0</b>

Fonte: Ministério das Finanças e Secretariado do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, 2020.

## 2.6.6 Apoio ao orçamento

Timor-Leste tem vindo a receber Apoio ao Orçamento (AO) da União Europeia desde 2014. O acordo mais recente foi assinado em 2016, sob o 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Em 2019, AO da EU foi contabilizado *off budget* em conta própria e não contabilizado no total do CFTL. Em 2020, e para todos os anos subsequentes, ficou dentro do orçamento, pois os fundos foram diretamente para o sistema do Governo com o dinheiro detido numa subconta do Tesouro. Isso significa que o AO da UE é considerado um financiamento para o Orçamento do Estado de 2021.

O dinheiro do AO da EU é usado diretamente pelos ministérios beneficiários no programa de gestão das finanças públicas (Ministério das Finanças), má nutrição (Ministério da Saúde) e descentralização (Ministério da Administração Estatal). Os fundos são enviados diretamente para o governo do país sem serem vinculados previamente. Não obstante isto, existe uma tranche variável que está dependente de Indicadores Principais de Desempenho (KPIs) acordados entre o Ministério das Finanças e a UE. Mesmo não sendo os fundos distintos ou adicionais em relação à atividade base do Ministério, precisam ainda assim de apoiar prioridades definidas de forma clara e o quadro de planeamento do próprio Ministério.

O valor total do AO para o Orçamento do Estado de 2021 é de \$ 9,1 milhões. Desse montante, \$ 4,03 milhões são distribuídos ao Ministério das Finanças, \$ 2,24 milhões para o Ministério da Saúde e \$ 2,8 milhões ao Ministério da Administração Estatal.

## 2.6.7 Parcerias Público-Privadas

### 2.6.7.1 Panorama das Parcerias Público-Privadas em in Timor-Leste

Em termos gerais, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) dizem respeito a acordos segundo os quais o setor privado constrói ativos de infraestruturas e presta serviços tradicionalmente assegurados pelo Estado. A justificação subjacente às PPPs em Timor-Leste resulta do facto de este esquema ter potencial para permitir ao Governo beneficiar dos conhecimentos especializados e do financiamento do setor privado, resultando em ganhos ao nível da qualidade e da eficiência. Outra vantagem é que o Governo transfere parte dos riscos para o parceiro privado, como por exemplo o risco de atrasos ou derrapagens financeiras durante trabalhos de construção. Para lá disto, agrupar as várias etapas da prestação de um serviço de infraestruturas

cria os incentivos certos para o contratante apresentar um desempenho de qualidade elevada. Caso o mesmo contratante seja responsável por construir, operar e manter um equipamento de infraestrutura durante vários anos, isso será por inerência um incentivo para construí-lo de uma forma que otimize o funcionamento. Ainda outra vantagem dos esquemas de PPPs é que os contratos de PPPs tendem a ser baseados nos resultados e na obtenção de valor pelo dinheiro gasto através da transferência de riscos para o setor privado ao longo da vida do projeto, ao invés de serem baseados em elementos de produção, tal como acontece com o aprovisionamento tradicional. Isto significa que o Governo tem a certeza de estar a pagar por serviços que realmente funcionam e que dão resposta a necessidades concretas da sociedade.

Timor-Leste tem vindo a explorar as PPPs como modalidade de implementação de projetos desde há 9 anos, tendo começado por estabelecer uma Política de PPPs, legislação sobre PPPs e uma Unidade dedicada a PPPs, subordinada à Direção-Geral de Mobilização e Gestão de Recursos Externos do Ministério das Finanças. A política de PPPs estabelece os princípios fundamentais das PPPs, ao passo que a legislação (Decreto-Lei N.º 42/2012, tal como emendado pelo Decreto-Lei N.º 02/2014, e Decreto-Lei N.º 08/2014) confirma a política enquanto processo formal e define um quadro para permitir ao setor público e ao setor privado serem partes num acordo de PPP; define os poderes das instituições relevantes e regula os procedimentos associados com o ciclo de projetos de PPPs. Tudo isto visa garantir que somente projetos de boa qualidade, com retornos socioeconómicos elevados e que estão alinhados com as prioridades estratégicas do Governo, são considerados para implementação através de uma modalidade de PPP. Por exemplo, a legislação sobre PPPs inclui um requisito em como todos os projetos de PPPs precisam passar por um estudo de pré-viabilidade e por um estudo completo de viabilidade antes de se avançar para a fase de aprovisionamento.

O Decreto-Lei N.º 8/2014 estipula a criação da UPPP, uma unidade subordinada ao Ministério das Finanças que assumirá a tarefa de facilitar, gerir e implementar o Ciclo de Projetos de PPPs em coordenação com linhas ministeriais e sob a fiscalização do Conselho de Administração do Fundo de Infraestruturas (CAFI). Outro papel importante da UPPP consiste em promover e criar um ambiente que atraia investimento direto externo (IDE) através da modalidade de PPP, ao mesmo tempo que procura formas de encorajar o envolvimento do setor privado local em projetos de PPPs através de políticas e regulações que permitam o desenvolvimento de PPPs em pequena e média escala. Um setor com potencial elevado nesta área é o Setor do Turismo.

#### **2.6.7.2 Atuais Projetos de PPPs**

Atualmente existe um projeto de PPP em Fase de Implementação e Operação (PPP do Porto da Baía de Tibar), um em Fase de Aprovisionamento e Negociação (Diagnósticos Médicos) e outros em Fase de Viabilidade (Habitações Acessíveis, Cristo Rei e Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato).

##### **Projeto do Porto da Baía de Tibar**

A modalidade de PPP escolhida para o Porto da Baía de Tibar foi uma concessão a 30 anos, incluindo o desenho, financiamento parcial, construção, operação e manutenção das infraestruturas portuárias. O projeto foi adjudicado a um consórcio composto pela Bolloré Africa Logistics e pela SDV East Timor, através de um concurso competitivo internacional que estabeleceu a Timor Port SA (Concessionária) para o implementar.

O acordo de concessão foi assinado a 3 de junho de 2016 entre o GTL e a TPSA. A concessão foi adjudicada por 30 (trinta) anos, incluindo um período de construção que arrancou a 30 de agosto

de 2018 e que tinha conclusão prevista até maio de 2022. No final de setembro de 2020 a construção estava concluída a 33,5%.

A Licença Ambiental foi atribuída a 15 de março de 2018 e é válida até 15 de março de 2022. Até aqui não há registo de impactos ambientais resultantes da construção do Porto de Tibar.

A despesa de capital na Fase I ronda os 300 milhões de dólares. O Concessionário financiará a maior parte do montante através de emissão de ações e de dívida. O GTL alocou 129,45 milhões de dólares ao Concessionário como *Viability Gap Funding* (VGF). Até ao final de setembro de 2020 tinha sido desembolsado um total de 45,31 milhões a partir do VGF.

A Conta Caução está a render juros. A 30 de setembro de 2020 os juros totalizavam 8,422 milhões de dólares, sendo depositados na Conta de Juros de Caução. O Acordo de Caução estipula que os juros gerados só podem ser transferidos para o Governo após o encerramento da conta e/ou o término do Acordo de Caução.

### **Diagnósticos médicos**

A PPP de Diagnósticos Médicos está atualmente a preparar documentos de concurso e outras estruturas necessárias (por exemplos sala de dados acessível), que são os primeiros passos na Fase de Aprovisionamento e Negociação. A 11 de julho de 2019 o CAFI aprovou o Estudo de Viabilidade e o Relatório de Estruturação de Transação (RET), no seguimento de autorização concedida pelo Ministério da Saúde em junho de 2019.

O RET recomendou que o projeto melhore os centros de imagiologia e diagnóstico laboratorial no Hospital Nacional, em todos os hospitais de referência e em 8 Centros Comunitários de Saúde (CCSs), de modo a cobrir 98,2% da população. Recomenda-se que o período de concessão seja de 11 anos, nomeadamente 1 ano de melhoria e construção do Hospital Nacional, de todos os hospitais de referência e CCS, e um período de operação de 10 anos. Estima-se que a contribuição governamental para o funcionamento e manutenção dos serviços de diagnósticos médicos será de cerca de 12 milhões de dólares por ano.

Está previsto que o setor privado contribua com cerca de 11 milhões de dólares para a melhoria ou construção de instalações, funcionamento e manutenção de laboratórios e centros de imagem, e provisão de serviços de diagnósticos de qualidade a pacientes timorenses. O setor privado irá ainda empregar e formar profissionais de diagnóstico, cumprindo com as regulações locais e as melhores práticas internacionais a nível da prestação de cuidados de saúde. Foram igualmente recomendados potenciais parâmetros e critérios de avaliação de propostas. Todavia o projeto encontra-se suspenso desde o início de 2020 por várias razões, sendo a principal o surto de coronavírus (COVID-19). O Acordo de Serviços de Assessoria Financeira (ASAF) caducou em junho de 2020, pelo que o Governo de Timor-Leste e a Corporação Financeira Internacional (IFC) encetaram negociações e concordaram em prolongar o ASAF. Deste modo as conversações continuaram e foi acordado que a IFC teria de reavaliar e ajustar o Relatório de Estrutura de Transação com base no impacto do COVID-19, em face do grande montante de assistência a nível de equipamento médico e infraestruturas prestado por parceiros de desenvolvimento internacionais. Para lá disto, ambas as partes concordaram que o projeto deveria ser implementado gradualmente, a fim de atingir o alvo de 98,2% de cobertura da população total.

### **Habitações acessíveis**

O direito a ter acesso a habitação está consagrado na Constituição de Timor-Leste e é uma das principais prioridades do Governo. Reconhecendo a necessidade e a importância de ter melhores habitações, o Governo iniciou diversas medidas para procurar responder às questões associadas.

O Governo está a explorar intervenções formais no desenvolvimento de habitações e na criação das condições para a existência de mercados de financiamento imobiliário em parceria com o setor privado, estando ativamente a procurar identificar parcelas de terreno apropriadas para este programa. O alvo imediato do Governo é criar 4.000 novas habitações para cidadãos de diversas categorias de rendimentos. O Projeto pretende contribuir para este alvo através da construção de aproximadamente 2.000 habitações acessíveis em 20 hectares de terrenos disponibilizados pelo Governo através de uma abordagem de Parceria Público-Privada (PPP).

Através da modalidade de PPP o estudo de pré-viabilidade referente ao projeto de PPP sobre Habitações Acessíveis foi concluído, enviado e aprovado pelo Conselho de Administração do Fundo de Infraestruturas (CAFI), a fim de se avançar com o passo seguinte. Atualmente está a ser finalizado o documento de Acordo de Serviços de Assessoria Financeira (ASAF) entre o GTL e a IFC (Cooperação Financeira Internacional). O estudo fez uma avaliação ao ecossistema das habitações em Timor-Leste, incluindo o mercado de habitação existente, a cadeia de valores de habitações (que considera o lado da oferta e da procura relativamente às habitações em Díli) e efetuou recomendações com vista à criação de um mercado de habitação pujante na capital. As recomendações incluem facilitar o acesso a produtos de financiamento de construção e incentivar os empreiteiros a desenvolver soluções com base no mercado visando habitações acessíveis (lado da oferta), facilitar o acesso a empréstimos/hipotecas habitacionais com poder de compra efetivo (lado da procura) e disponibilizar um programa de subsídios com o intuito de aumentar o acesso a habitação por parte de grupos qualificados com baixos rendimentos. O passo seguinte do projeto é avançar para o Estudo de Viabilidade, no qual será feita uma análise mais aprofundada às questões técnicas, jurídicas, comerciais, sociais e ambientais.

#### **Desenvolvimento do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato**

Em linha com a decisão do Conselho de Ministros de desenvolver o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato (“Aeroporto”) através de uma modalidade híbrida de PPP, esta modalidade combina investimentos do setor privado e do setor público. A implementação envolve investimento público através de um contrato de Engenharia, Aprovisionamento e Construção (EAC), com a possibilidade de envolvimento do setor privado na construção, operação e manutenção de todo o aeroporto.

O estudo de viabilidade para o desenvolvimento do aeroporto está em curso e regista bons progressos. A construção destes componentes arrancará em 2022 e deverá estar concluída até 2024-25. Estes componentes, incluindo o prolongamento da pista para 2,1km, plataformas de estacionamento, *taxiway*, paralela parcial da *taxiway* e torre de controlo, serão financiados através de um empréstimo do BAsD no valor de 130 milhões, incluindo 23% de financiamento contrapartida por parte do Governo.

Em 2021 serão iniciados estudos preparatórios relativos a outros componentes importantes (como por exemplo o terminal) e a outros subcomponentes. Os estudos serão financiados pelo Estado, havendo potencial para investimento por parte do setor privado. A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) expressou o seu compromisso de realizar estudos preparatórios e de construir o terminal do aeroporto através de uma verba de 44 milhões de dólares. Um elemento importante do estudo preparatório prende-se com o realojamento das comunidades afetadas que residem na área circundante de modo a viabilizar a expansão da pista. Isto inclui a preparação de um Plano de Ação de Realojamento (PAR), a ser estabelecido pelo Governo com o apoio de intervenientes aeroportuários.

É esperado que a implementação do PAR tenha lugar assim que este seja concluído. Enquanto isso a implementação da fase 1 do Acordo de Serviços de Assessoria Financeira (ASAF) com a IFC

está a avançar bem e tem conclusão prevista para antes do final de 2020. A fase 1 do ASAF consiste em aspetos técnicos, financeiros, ambientais e sociais, bem como diligências prévias e estruturação. A fase 2 engloba o concurso e a adjudicação do contrato ao concorrente selecionado. O projeto do Aeroporto é alvo de muito interesse por parte de algumas agências internacionais, cujo compromisso continua sujeito a confirmação final.

### **PPP do Cristo Rei**

A PPP do Cristo Rei finalizou o seu estudo de pré-viabilidade através de financiamento por parte do programa Turismo para Todos da USAID (USAID TFA). A preparação do estudo de pré-viabilidade foi coordenada entre o USAID TFA, a Direção-Geral do Turismo sob o Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI) e a UPPP sob a Direção-Geral de Gestão e Mobilização de Recursos Externos (DGGMRE) do Ministério das Finanças. O âmbito do projeto de PPP abrange a operação e manutenção da instalação, com algumas reparações e melhorias de instalações existentes para garantir a segurança, alargamento do espaço de restauração e dos espaços verdes e criação de um espaço de bilheteira, tudo com vista a proporcionar uma melhor experiência recreativa e espiritual. O estudo de pré-viabilidade determinou que o projeto é altamente viável, em face do número de visitantes nacionais e internacionais. Foi recomendado preliminarmente que o projeto fosse estruturado de acordo com a modalidade de Desenho, Financiamento, Construção, Operação e Transferência (DFBOT), segundo um modelo de contrato de concessão a termo certo, com a totalidade das despesas de capital a ser suportada pelo setor privado. Mediante a aprovação do CAFI o projeto poderá avançar para a fase de Estudo de Viabilidade, na qual será feita uma análise mais profunda aos aspetos técnicos, jurídicos, comerciais, sociais e ambientais.

### **2.6.7.3 Novas iniciativas**

#### **PPP do turismo**

O Turismo foi definido como um co-pilar da estratégia económica a longo prazo no Programa do VIII Governo Constitucional e na Política Nacional de Turismo. Estima-se que este setor represente 10,4% do PIB global e 9,9% do emprego global.

Apesar de o setor estar ainda a dar os primeiros passos, o Governo vê o turismo como um motor importante para o desenvolvimento de atividades económicas no país e considera que existe potencial para um crescimento rápido num futuro próximo, através de investimento suficiente na melhoria de locais turísticos, funcionamento e manutenção de instalações, melhor acesso a locais turísticos e melhoria dos padrões de hotelaria e restauração. Outro subsector importante do turismo é o marketing do que Timor-Leste tem para oferecer. O marketing do turismo irá aumentar a visibilidade do país a nível global e aumentar a procura (traduzindo-se num maior número de visitas por parte de turistas), o que justificará um investimento sustentado no setor. Para lá disto, o Aeroporto Internacional de Díli será melhorado em breve e terá a sua capacidade aumentada

#### **Outras novas iniciativas de PPPs**

Em 2021 a UPPP irá explorar novas iniciativas em vários setores onde foi identificado potencial para serem implementados através da modalidade de PPP. Estes projetos foram identificados com base nos seguintes critérios:

- Alinhamento com o Programa e as prioridades do VIII Governo
- Potencial para rentabilizar o investimento

- Preparação de pastas empresariais para os projetos
- Cumprimento de requisitos preliminares a nível técnico, jurídico, económico, comercial, social e ambiental

No seguimento deste processo a UPPP, com o apoio de agências de parceiros de desenvolvimento, incluindo a Corporação Financeira Internacional (IFC), a USAID e o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD), elaborou uma lista preliminar de projetos para estudo e avaliação. Os projetos a considerar incluem projetos no setor da energia, ensino técnico e profissional, transportes e agricultura. O próximo passo é coordenar a lista preliminar de projetos de PPPs com as linhas ministeriais relevantes, para depois se avançar com a apresentação para a aprovação do CAFI.



---

## 3 Lei do Orçamento Geral de Estado para 2021

*É favor notar que este documento será enviado em separado.*

### 3.1 Anexos

*É favor notar que estes documentos serão enviados em separado.*

---

## 4 Documentos de Apoio

- 4.1 Justificação para a Transferência a partir do Fundo Petrolífero
- 4.2 Relatório do RSE: Requisito para Transferir o RSE de 2021 a partir do Fundo Petrolífero
- 4.3 Relatório do RSE: Transferências a partir do Fundo Petrolífero acima do RSE de 2021

Os documentos de apoio serão apresentados em separado



República Democrática de Timor-Leste

Preparado para o Governo da República Democrática  
de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Torre Ministerio das Finanças, Aitarak-Laran , Díli, Timor-Leste  
Website - [www.mof.gov.tl](http://www.mof.gov.tl)